

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

Natália Lopes de Souza

**Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras:
Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)**

Juiz de Fora
2020

Natália Lopes de Souza

Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras:

Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientadora: Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa.

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Natália Lopes de.

Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: : Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911) / Natália Lopes de Souza. -- 2020.

144 f. : il.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Maria Firmina dos Reis. . 2. Maranhão Imperial.. 3. Imprensa.. 4. Mulher de letras.. I. Barbosa, Silvana Mota, orient. II. Título.

NATÁLIA LOPES DE SOUZA

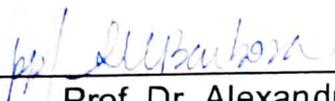
UMA SENHORA MARANHENSE QUE CULTIVA AS BELAS LETRAS: MARIA FIRMINA DOS REIS E SUA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA (1860 – 1911)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em História.

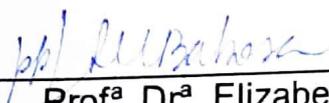
Dissertação defendida e aprovada em 14 de dezembro de 2020.



Prof.^a. Dr.^a. Silvana Mota Barbosa
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.^a. Dr.^a. Elizabeth Sousa Abrantes
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho à minha família, ao suor dos meus ancestrais e à enxada na terra daqueles que vieram antes de mim.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa acadêmica não é um esforço individual de seu autor ou autora: é um trabalho a várias mãos, as quais, direta ou indiretamente, contribuem com o fortalecimento e a lapidação do texto. E, por isso, não poderia deixar de agradecer àqueles que me ajudaram a trazer à tona mais um fragmento da vida de Maria Firmina dos Reis.

Primeiramente, eu agradeço a Deus por ter me tornado forte durante este processo e por ter permanecido comigo em todos os momentos da pesquisa, fossem eles de empolgação com as novas fontes ou de angústia e frustração na escrita. Sem a fortaleza de Deus e de Nossa Senhora, eu jamais teria conseguido.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Carlos Augusto, por toda a paciência e suporte durante esses anos. Seu apoio foi essencial para que eu continuasse firme e não desistisse dos meus sonhos. Obrigada por estar comigo em todas as fases deste processo e por ser meu porto seguro em meio ao caos.

Este texto é dedicado às mulheres da minha vida, que me apoiaram mesmo sem saber o que é a vida acadêmica: à minha mãe Ana Lúcia, minha irmã Gleice e a minha avó Maria Aparecida. Eu carrego comigo toda a ancestralidade e o peso de ser a única da família a cursar uma pós-graduação e posso dizer que estou aqui por todas elas e em nome delas.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos, que me permitiu manter dedicação exclusiva à pós-graduação e conseguir ir ao Maranhão, investigar mais a fundo meu objeto de pesquisa. Sem a bolsa, eu também não teria tido a possibilidade de participar de um evento em São Luís, que me garantiu uma maior aproximação com a historiografia produzida lá.

À minha orientadora, Silvana Mota Barbosa, eu só tenho a profunda gratidão por me acolher e me ajudar a crescer na pesquisa. A Silvana é considerada a “mãezona” de todos, pois preocupa-se com nosso bem-estar e em como devemos nos portar, ensinamentos que são para a vida. Obrigada por tudo! Agradeço também aos professores Alexandre Mansur Barata e Elizabeth Sousa Abrantes, pela leitura crítica, por terem composto a minha banca, tanto de qualificação quanto de defesa, e por serem essenciais na construção e nos rumos desta pesquisa.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP), que me acolheram e me ajudaram a ser uma pesquisadora melhor, eu só tenho gratidão e amor. Dentro deste laboratório, eu conheci e convivi com pessoas incríveis. Obrigado por tudo o que compartilhamos, inclusive as festas de fim de ano. Agradeço também às meninas da linha de pesquisa “Mulheres e a escrita da História”, por todo o apoio e por tudo que vivemos juntas.

Não podia deixar de agradecer à minha rede de apoio e solidariedade, essencial na minha vida. À Luísa e à Raíssa, eu nem sei agradecer o suficiente por tudo o que vocês fizeram e pelo tanto que significam para mim. Luísa apresentou-me ao Maranhão, à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e ao guaraná Jesus, enquanto Raíssa me fez perder o medo de ser criticada. As duas juntas, criticando o seu texto, foi “barra pesada”, porém, se não fossem por elas, eu não teria meu capítulo um. E, por isso, sou eternamente grata.

À Cristiane e ao Thomaz, agradeço por estarem comigo desde sempre, por serem aqueles com os quais sempre pude contar, independente da hora e do dia. Obrigado por cuidarem de mim, por me mostrarem que, quando ajudamos uns aos outros, crescemos melhores e mais fortes. Vocês foram meus primeiros apoiadores e incentivadores da pesquisa, sou eternamente grata a Deus por me permitir compartilhar momentos da vida com vocês.

Por fim, à minha gêmea, Laura, obrigada por me fazer ser uma pessoa melhor! Com você, eu aprendi a curtir a vida e a pesquisa. Você me ensinou a ficar neurótica e preocupada, às vezes, a rir quando estamos na pior, a chorar juntas. Compartilhamos tantos momentos e, cada um deles, nos tornou pessoas e pesquisadoras melhores. Obrigada por estar comigo nas lágrimas e nas alegrias, te amo!

Por fim, faço um agradecimento especial à Universidade Federal de Juiz de Fora e por todo auxílio que tive durante os meus seis anos nesta instituição. A UFJF passou de um sonho de uma menina de dezessete anos para a realização de uma mulher de vinte e cinco. Sou eternamente grata à instituição que me acolheu.

RESUMO

Esta pesquisa buscou traçar a trajetória na imprensa de Maria Firmina dos Reis (1822-1917), poetisa e escritora negra maranhense do século XIX. Esta autora adquiriu notório reconhecimento em sua sociedade, colaborando com variados periódicos na província em que residia. A questão central desta pesquisa é entender como esta mulher conseguiu manter-se atuante na imprensa do período. Para isso, buscou-se pensar as formas de atuação e as estratégias utilizadas por esta maranhense para inserir-se e permanecer neste espaço público. Com esse objetivo, foi necessário adentrar na esfera biográfica, entender quem foi esta mulher e, em seguida, pensar nas especificidades da vida de Maria Firmina dos Reis que auxiliaram na sua estada no universo literário. Esta pesquisa pautou-se na análise de sua trajetória na imprensa, tendo em mente que a autora foi uma mulher de letras que, apesar de não ter sobrevivido da pena literária, utilizou-a como instrumento de trabalho. Deste modo, o propósito deste texto é contribuir para a elucidação de um campo de trabalho transitado por Maria Firmina dos Reis, ainda pouco estudado pelas pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Maranhão Imperial. Imprensa. Mulher de letras.

ABSTRACT

This research sought to trace the trajectory in the press of Maria Firmina dos Reis (1822-1917), a 19th century black poet and writer from Maranhão. This author gained notorious recognition in her society by collaborating with various periodicals in the province where she lived. The central question of this research was to understand how this woman managed to remain active in the press of the period. For this, we seek to think about the forms of action and strategies used by this Maranhão woman to insert herself and remain in this public space. To achieve this goal, it was necessary to enter the biographical sphere to understand who this woman was and then think about the specifics of Maria Firmina dos Reis' life that helped her stay in the literary universe. This research was based on the analysis of her trajectory in the press, keeping in mind that the author was a woman of letters who, despite not having survived from literary pen, used her as a working tool. In this way, the purpose of this text is to contribute to the elucidation of a field of work carried out by Maria Firmina dos Reis that still little studied by academic research.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. Imperial Maranhão. Press. Letters woman.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A PROVÍNCIA E A MULHER: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM.....	18
2.1	DO NASCIMENTO EM SÃO LUÍS À INFÂNCIA EM GUIMARÃES.....	19
2.2	AS IRMÃS REIS E A EDUCAÇÃO FEMININA NO MARANHÃO OITOCENTISTA	27
2.3	A ATENAS BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM MARIA FIRMINA DOS REIS	33
3	MARIA FIRMINA DOS REIS: FACES DA MESMA MOEDA.....	40
3.1	UM OLHAR SOBRE SI A PARTIR DO <i>ÁLBUM</i>	40
3.2	RELAÇÕES RACIAIS: UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL POR MEIO DA TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS	52
3.3	A MESTRA RÉGIA	62
3.4	MULHER DE LETRAS	71
4	“DISTINCTA LITERÁRIA MARANHENSE”: O NASCER E O ALVORECER DE UMA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA.....	77
4.1	A IMPRENSA MARANHENSE COMO LÓCUS DE SABER	77
4.2	ESTREIA DE UMA “JOVEM TALENTOSA NA IMPRENSA”: NEGOCIAÇÕES E RELAÇÕES DE PROXIMIDADE	84
4.3	ATUAÇÃO E COLABORAÇÃO NOS PERIÓDICOS MARANHENSES: RASTROS DE UMA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA	98
4.4	A BALANÇA DO TEMPO: CONCILIAÇÃO ENTRE DOIS TRABALHOS.....	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

D. Maria Firmina dos Reis – Filha de João Pedro Esteves e dona Leonor Felippa dos Reis, nasceu na cidade de São Luís do Maranhão a 11 de outubro de 1825. Dedicando-se ao magistério, regeu a cadeira de primeiras letras de São José de Guimarães desde agosto de 1847 até março de 1881, quando foi aposentada. Em 1880 fundou uma aula mista em Maçaricó, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quase todos os alunos, e por isso foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio. Cultivou a poesia, tanto em verso quanto em prosa, escreveu algumas obras, de que as mais conhecidas são:

- *Cantos a beira-mar*: poesias
- *Úrsula*: romance
- *A escrava*: romance (BLAKE, 1882-1902, p. 232)¹

O trecho acima pertence ao *Diccionario bibliographico brasileiro*, escrito por Sacramento Blake, em 1883. Este livro de pequenas biografias trouxe à luz personalidades do Brasil em fins do século XIX. Nele, é possível visualizar uma descrição sobre Maria Firmina dos Reis e suas principais obras. Assim, o fato de figurar em tal dicionário já evidencia que a autora obteve certo reconhecimento em seu tempo, uma vez que, no momento de publicação do dicionário, ela ainda era atuante na imprensa.

Maria Firmina dos Reis desempenhou muitas atividades no Maranhão Imperial: foi professora, escritora, poetisa e musicista. Não se restringindo a um único segmento, transitou pela vida docente e pela atuação na imprensa maranhenses da segunda metade do século XIX até a sua morte, em 1917. Para José Nascimento Morais Filho (1975), contudo, tanto a carreira literária como a trajetória de Maria Firmina dos Reis teriam caído no esquecimento naquele período.

A presente pesquisa debruça-se sobre a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa, pois foi neste espaço em que se tornou colaboradora dos periódicos, publicando contos, romances, charadas e antologias. Nesse sentido, a proposta aqui é dimensionar como se deu a inserção e manutenção desta mulher no ambiente tipográfico, percebendo as especificidades e negociações de Maria Firmina dos Reis. A escritora é entendida, assim, como fruto de um contexto e não como exceção, uma vez que, no período em que escrevia, a conjuntura era marcada por mulheres que estavam reclamando para si o ambiente da

¹ Grafia atualizada em todo o texto.

imprensa² no Brasil.

O principal problema que guiou esta pesquisa foi como Maria Firmina dos Reis, marcada pelas estratificações de cor no Maranhão, conseguiu manter-se atuante na imprensa do estado. Nesse aspecto, cabe questionar também quais os fatores que possibilitaram sua carreira literária. Para elucidar tais questões, são elencados fatores determinantes na trajetória dessa mulher, como a sua instrução e seu cargo público de professora de primeiras letras, elementos que a diferiam de outras mulheres negras do período, e as relações de proximidade com Francisco Sotero dos Reis e Belarmino de Mattos. Isso porque, nesta análise, as relações com esses dois expoentes, que se dedicavam às atividades de imprensa no Maranhão Imperial, são compreendidas como essenciais para que Maria Firmina dos Reis se mantivesse atuante na imprensa. Afinal, após a morte daqueles dois, a produção literária da escritora na imprensa diminuiu consideravelmente.

Além disso, são examinadas outras negociações realizadas por essa mulher de letras para continuar colaborando na imprensa periódica, como seus requerimentos de afastamento no período em que realizou sua maior produção para os jornais. Para esclarecer tal questão, a proposta é a entender a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis embebida no contexto maranhense e as possíveis negociações desta autora para transitar no ambiente da imprensa.

A pesquisa desta dissertação, diferentemente dos demais trabalhos que tiveram Maria Firmina dos Reis e suas obras como objetos de análise, busca, a partir do ponto de vista de uma história social da cultura, recuperar a escritora e sua trajetória no ambiente impresso. Isso quer dizer que o presente estudo não pretende analisar esta autora sob o prisma do cânone literário, do qual certamente ela faz parte, mas sim evidenciá-la como um sujeito histórico permeada de contradições. E, para tal empreitada, é utilizado o caminho da imprensa, vislumbrando suas negociações, relações e especificidades que guiaram a carreira literária desta mulher de letras.

Desde a primeira biografia de Maria Firmina dos Reis, até então “desconhecida” pela

² Diferentes mulheres em diversas localidades, no século XIX, adentraram e permaneceram no universo letrado, colaborando em periódicos, publicando romances, contos, poesias e outros. Citamos como exemplos: Auta de Souza (1876 – 1901), no Rio Grande do Norte; Luciana de Abreu (1847 – 1880), no Rio Grande do Sul; Ana Luisa de Azevedo Castro (1823 – 1869), em Santa Catarina; Nísia Floresta (1810 – 1885), no Rio de Janeiro; Maria Cristina de Azevedo Marques (1845 – 1899), no Maranhão; e Luísa Amélia Brandão (1838 – 1898), no Piauí, dentre outras tantas mulheres. Sobre escritoras brasileiras, ver: Coelho (2002).

academia³, datada de 1975, sob os esforços de José Nascimento Morais Filho – obra intitulada *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*⁴ e da primeira versão *fac-similar*, no mesmo ano⁵ –, é perceptível um grande aumento de pesquisas relacionadas à vida desta mulher maranhense. É fato que existe um interesse em estudar Maria Firmina dos Reis, o qual se dá, em grande medida, graças aos movimentos sociais e à presença cada vez maior de estudantes e professores negros nos espaços acadêmicos. Associadas a isso, a Lei de nº 10.639, de obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2003), bem como a incorporação do sistema de cotas e o fortalecimento dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, contribuíram e têm contribuído cada vez mais para que Maria Firmina dos Reis seja reconhecida na atualidade – e não só ela, mas também outras personalidades negras da história.

Portanto, a conjuntura brasileira trouxe à luz a importância do legado de atores sociais negros. Isso permitiu que Maria Firmina dos Reis fosse extensivamente estudada pela academia e reconhecida na sociedade contemporânea como a primeira mulher negra a publicar um romance com temática abolicionista no Brasil, tornando-se uma das principais figuras da literatura negra brasileira (DUARTE, 2013).

Além disso, na atualidade, principalmente depois de 2010⁶, várias edições de *Úrsula* foram realizadas, o que contribuiu para uma maior circulação do conhecimento de quem foi essa mulher e quais as suas obras. Um exemplo disso foi a obrigatoriedade da leitura de *Úrsula* para a realização do vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2018 (FISHER; PEDROSO, 2017).

³ O termo “desconhecida”, entre aspas, é utilizado nesta pesquisa para evidenciar ressalvas em torno do esquecimento. Durante o século XX, Maria Firmina dos Reis foi lembrada nos periódicos do Rio de Janeiro como poetisa e escritora maranhense, como veremos nas seções finais deste trabalho. Diferentemente, no Maranhão do século XX, pouco se falou sobre Maria Firmina dos Reis até 1975, quando Morais Filho, jornalista maranhense, publicou seu livro *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. Por isso, consideramos o descobrimento de Morais Filho como fruto de um esquecimento no Maranhão do século XX e de uma não evidência por parte da academia, que só se dedicará a Maria Firmina dos Reis após a biografia produzida por Morais Filho. Nesse sentido, enfatizamos um pioneirismo desse pesquisador, que possibilitou o florescimento de uma gama de trabalhos referentes à Maria Firmina dos Reis e suas obras.

⁴ Morais Filho descobriu a autora em 1973, nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, ao analisar diversos jornais. Depois de uma pesquisa aprofundada, reuniu seus achados e os escritos de Reis, transformando-os em livro. Ver mais em: Lobo (1993).

⁵ Horácio de Almeida, em 1962, comprou um lote de livros usados, entre os quais estava *Úrsula*, cuja autoria foi identificada por ele no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres. Depois disso, Almeida publicou *Úrsula* em versão *fac-similar*, em 1975. Sobre isso, ver mais em: Lobo (1993, p. 222).

⁶ As edições que temos conhecimento de *Úrsula* e livros que reúnem todas as suas obras são: Morais Filho (1975); Reis (1975; 1988; 2004; 2017; 2018); Furtado (2017).

O meu encontro com Maria Firmina dos Reis deu-se entre 2014 e 2015, no momento de pesquisa para a disciplina que discutia a formulação do trabalho de conclusão de curso (TCC) na faculdade. Na busca por romances com a temática da escravidão, deparei-me com *Úrsula* e com sua autora negra, o que fez com que o interesse em ter esta escritora como objeto de pesquisa se intensificasse. Naquele período inicial, a visibilidade de Firmina dos Reis não tinha adquirido tanta magnitude como nos dias atuais.

Algumas dificuldades apareceram no percurso, como a inexperiência no trabalho com as fontes e a metodologia de pesquisa e a dificuldade em adquirir o referido romance, uma vez que as edições impressas estavam esgotadas, sendo a última de 2004. Mesmo com esses contratempos, tomei a decisão de tentar a seleção para o mestrado, em 2017, movida, principalmente, pela curiosidade em saber quem foi Maria Firmina dos Reis e poder fazer parte de um processo histórico que procura dimensionar a trajetória dessa escritora, que publicou vários romances no Oitocentos.

A partir dessas ideias e, com o aprofundamento da pesquisa, novas perguntas apareceram, guiadas, sobretudo, pelo olhar da imprensa. Para realizar tal investigação, contei com o auxílio da minha orientadora, Silvana Mota Barbosa, no que diz respeito à metodologia, para pensar essa mulher maranhense como sujeito histórico. O resto desse contato com Maria Firmina dos Reis é a história que vai ser vislumbrada nesta pesquisa.

Desde que Maria Firmina dos Reis tornou-se objeto desta dissertação de mestrado, notei a proporção do resgate de sua vida e de suas produções. Como já foi mencionado, essa autora maranhense ganhou evidência após 1975, com a biografia produzida por José Nascimento Morais Filho. E, logo em seguida, ela passou a ter destaque no campo acadêmico, em fins dos anos 1980⁷. A primeira pesquisa, neste contexto, foi a tese de doutorado de Norma Telles (1987), a qual trouxe como tema a tradição literária feminina no Brasil do século XIX. Assim, analisando as obras de Narcisa Amália, Maria Benedicta Bormann, Julia Lopes de Almeida e Maria Firmina dos Reis, Telles evidenciou grandes diferenças entre o posicionamento dessas escritoras perante a arte e a sociedade.

Depois daquela década, as produções acadêmicas aumentaram, sobretudo aquelas que

⁷ Cabe ressaltar que esse momento em que vida e obra de Maria Firmina dos Reis passaram a ser estudadas foi também aquele em que surgiu um novo movimento e olhar para a historiografia, que questionava o sujeito masculino universal. Segundo Constância Lima Duarte (1990 apud GAZOLLA, 1990), o movimento feminista de 1960 e 1970 pretendeu resgatar a história das mulheres e reivindicar a condição de sujeito na investigação histórica. Paralelamente, surgiram questionamentos feministas, a partir da década de 1970, que possibilitaram um olhar mais detido sobre temas como família, sexualidade, grupos excluídos, biografias femininas e outros, o que acabou por ajudar no resgate de trajetórias como um todo. Ver mais em: Pinsky (2009).

dizem respeito às obras de Reis, em especial *Úrsula*⁸. Para fins elucidativos, organizei os trabalhos de pós-graduação referentes a Maria Firmina dos Reis em grupos temáticos. Desse modo, verifiquei que algumas pesquisas dedicaram-se a pensar o romance *Úrsula* como objeto de suas análises, discorrendo sobre a constituição do romance, sua estética e estrutura como um todo, como Oliveira (2001) e Nascimento (2009).

Outros estudos procuraram pensar *Úrsula* em perspectiva comparada com outras obras, como é o caso de cinco teses que discutem as obras de Maria Firmina dos Reis, ampliando o campo de investigação, trabalhando com a noção de vozes afro-femininas na América Latina.⁹ Outras pesquisas também abordaram esse romance, relacionando-o com outros textos literários para refletir sobre a figura feminina nessas obras, sobretudo as representações de mulheres negras, como Cunha (2004) e Souza (2014).

Ainda nessa perspectiva comparada, existem trabalhos, como os de Rocha (2008) e Batiguiani (2016), que se dedicaram a problematizar a construção do negro nas narrativas analisadas. A temática abolicionista também é abordada, sobretudo para pensar a forma como os escritores brasileiros, tais como Maria Firmina dos Reis, Joaquim Manuel de Macedo, Aluísio de Azevedo, dentre outros, olharam para a escravidão e como defenderam de forma explícita ou não a abolição (ANDRETA, 2016).

Pelo fato de *Úrsula* narrar episódios ligados à escravidão, algumas pesquisas debruçaram-se sobre os personagens negros desse romance, relacionando-os com os de outras obras da mesma autora, como *A escrava* (1887). Carvalho (2018), por exemplo, investigou, por meio da atuação de Maria Firmina dos Reis na imprensa, a sua produção literária a partir da possibilidade de atitudes políticas manifestadas nos textos antiescravistas. Ainda nessa abordagem, Diogo (2016) discutiu a representação da subjetividade negra na forma literária e Silva (2013) procurou entender como a autora compreendeu o mundo dos cativos e das mulheres.

Para analisar a condição das mulheres oitocentistas, algumas pesquisas utilizaram as personagens do romance *Úrsula* como objeto de análise. São os casos de Francisco (2010) e Carvalho (2013), os quais enfocam a escrava Susana para pensar a diáspora africana e a identidade negra presente no romance. Por sua vez, Correia (2013) debruçou-se sobre a função

⁸ Dados da pesquisa retirados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Rede de Pesquisador@s sobre Maria Firmina dos Reis. Esta rede foi criada em 10 de novembro de 2017, como desdobramento do ciclo "Desvendando Maria Firmina dos Reis", organizado e promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, nos dias 9 e 10 de novembro de 2017, na cidade de São Paulo.

⁹ Refiro-me a: Telles (1987); Mendes (2006); Palmeira (2009); Job (2011) e Abreu (2013).

didática do testemunho de Susana para refletir sobre as travessias transatlânticas. Já outras pesquisas, como as de Mendes (2013), Rio (2015), Pinheiro (2016) e Santos (2015), pretenderam analisar os sujeitos do romance *Úrsula* e o papel da mulher manifestado através de outras personagens femininas, expandindo a investigação para entender as mulheres e as relações de gênero na segunda metade do século XIX no Maranhão.

Além destas, há duas pesquisas acadêmicas que buscaram examinar a trajetória de Maria Firmina dos Reis na província maranhense: uma pretendeu pensar sua vida educacional (SANTOS, 2016) e a outra dedicou-se à trajetória intelectual da escritora (ZIN, 2016). Torna-se nítido, portanto, o volume bibliográfico referente à autora maranhense oitocentista¹⁰. Contudo, mesmo existindo variadas pesquisas na academia que ajudaram no reconhecimento de Maria Firmina dos Reis e de suas obras, as perguntas realizadas na bibliografia destacada acima diferem daquelas apresentadas neste trabalho. Afinal, o campo de atuação desta maranhense na imprensa ainda não foi esgotado, carecendo de novas análises.

E é nesse ponto que esta pesquisa torna-se pertinente, pois, como aponta Jaques Revel (2000), a escolha do individual torna possível uma abordagem que permite destacar uma complexa rede de relações e a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se insere. Assim, a proposta deste trabalho é pensar, a partir do individual – a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa –, as multiplicidades da sociedade e da imprensa maranhense que permitiram as negociações da escritora, sobretudo as relações por ela cultivadas, que favoreceram sua colaboração na imprensa do período.

Pensar a respeito dessas relações de poder envoltas na trajetória de Maria Firmina dos Reis permite estabelecer um diálogo com as estruturas institucionais, sobretudo educacionais, e “na visão de realidade que estas impõem sobre os seres humanos que as integram” (NOCHLIN, 2020, p.12). Isso significa que existe a possibilidade de ter acesso ao modo como Maria Firmina dos Reis lidou com estas relações ao longo de sua atuação na imprensa maranhense.

Mesmo sem a experiência de colaborar em um jornal editado por mulheres na década de 1860, a escritora contribuiu intensamente com periódicos voltados para a literatura e redigidos por homens. Nesse sentido, estudá-la como parte desse movimento de escritos femininos torna-se importante também para a reafirmação da postura e das produções dessa mulher de letras em confluência com outras tantas mulheres no Império do Brasil. Portanto, sua estada na imprensa permite pensar na abertura e no reconhecimento do trabalho dessas

¹⁰ De acordo com a Rede Firminian@s, existem, atualmente, duas dissertações e oito teses em andamento sobre a escritora.

mulheres, retirando-as do esquecimento.

Para que a análise proposta neste trabalho pudesse ser realizada, foi necessária uma pesquisa nos jornais maranhenses do período de 1850 até 1917, sendo este último o ano de falecimento de Maria Firmina dos Reis. A partir do banco de dados elaborado, constatou-se a presença da autora na imprensa até o ano de 1911. Os jornais foram, portanto, o ponto de partida desta pesquisa e, a partir deles, foi possível elencar fatores que contribuíram com a entrada e permanência de Maria Firmina dos Reis no universo da imprensa. Além disso, outras fontes foram essenciais, como, por exemplo, a biografia produzida por José Nascimento Morais Filho, em 1975, sob o nome de *Álbum*. Esta obra reuniu registros pessoais escritos pela autora ao longo do tempo¹¹. Tais fragmentos foram essenciais para a análise de sua vida privada e o consequente entendimento da trajetória dessa mulher.

Outras fontes que auxiliaram no entendimento da vida docente da autora e da relação deste trabalho com a sua carreira literária foram algumas leis provinciais e documentos encontrados no Arquivo Público do Maranhão (APEM). Dentre eles, estão: um que versa sobre a aprovação e nomeação de Maria Firmina dos Reis em um concurso público, os requerimentos de licenças da escritora para o presidente de província, os relatórios destes, os ofícios expedidos por ela e as edições do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* da década de 1860.

Cabe destacar ainda a relevância do livro *Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor*, escrito por Dilercy Aragão Adler (2017). Este trabalho contou com a publicação de uma documentação transcrita por Reis, chamada *Autos de justificação de nascimento* (REIS, 1847), requerida para sua admissão no concurso público que prestara. Esse material auxiliou no entendimento da rede familiar da escritora, contribuindo para elucidar equívocos bibliográficos anteriores¹². Assim, todas essas fontes possibilitaram a realização da análise da trajetória na imprensa de Maria Firmina dos Reis .

Ao avaliar as fontes, devemos recordar, como coloca Ginzburg (2002), que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser seletivo e parcial, depende das relações de força que o

¹¹ Esses fragmentos foram escritos durante os anos de 1850 e 1903 e nunca foram publicados pela autora. Posteriormente, foram agrupados e publicados em caráter *fac-similar* por José Nascimento Morais Filho (1975), no livro *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*.

¹² Tanto na biografia produzida por José Nascimento Morais Filho, intitulado *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida*, quanto na bibliografia acadêmica mais antiga, o ano de nascimento da escritora consta como 1825. Contudo, a partir de estudos mais recentes e do esforço de Dilercy Aragão Adler, no APEM, descobriu-se um documento chamado *Autos de justificação de nascimento*. Este corresponde a um processo que Maria Firmina dos Reis abriu para justificar sua data de nascimento a qual, de acordo com ela, seria 11 de março de 1822. Ver mais em: Adler (2017) e Reis (1847, p. 2).

condicionam. Desse modo, é preciso aprender a ler “os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força, quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 43).

Nesse sentido, buscando nas fontes uma leitura de realidades e possibilidades tal como Ginzburg sugere, Maria Firmina dos Reis é analisada como mulher concreta que vivenciava os desafios de ser mulher na sociedade maranhense oitocentista. E, para evidenciar os aspectos contraditórios de sua vida, proponho uma análise histórica que busca compreender a sua realidade e as formas encontradas pela escritora, dentro de sua própria conjuntura social, para construir para si uma carreira literária na imprensa periódica maranhense. Assim, para analisá-la como um sujeito histórico, a investigação percorreu tanto a província em que Maria Firmina dos Reis nasceu e viveu quanto a sua trajetória de vida, procurando compreender o contexto e as especificidades da província maranhense em que ela se formou.

Nesse sentido, a próxima seção deste trabalho, intitulada *A província e a mulher: histórias que se cruzam*, torna-se essencial, pois busca entender essas especificidades da conjuntura maranhense, tendo como pano de fundo a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis. A partir da história da escritora, é possível vislumbrar os anos turbulentos da província e os possíveis motivos que levaram a sua família a mudar-se de São Luís para a Vila de Guimarães. Nessa parte do trabalho, é debatido o ensino ofertado a Reis e a sua irmã e a importância da instrução em um momento no qual se estruturava o ensino feminino. Dimensiono também a construção do mito “Atenas Brasileira”, que possibilitou que a província e seus habitantes, incluindo Maria Firmina dos Reis, vivenciassem um momento de exaltação e incentivo à literatura, sobretudo a local.

Na terceira seção, denominada *Maria Firmina dos Reis: Faces da mesma moeda*, analiso a vida privada de Maria Firmina dos Reis por meio do *Álbum*. A partir deste, tive acesso a textos autobiografados, poesias, músicas e passagens de sua vida pessoal. Além disso, por intermédio do *Álbum*, procuro observar a problemática racial posta na sociedade através das estratificações sociais, bem como seu impacto na vida de Reis. Mediante isso, discorro sobre questões raciais que envolveram a autora, bem como sobre possíveis resistências, advindas, sobretudo, da escrita do auto de bumba-meu-boi¹³, festa considerada

¹³ O teatro popular do bumba-meu-boi conta a história de Pai Francisco e Mãe Catirina, negros que viviam em uma fazenda. Com o desejo da mulher em comer a língua do boi, Pai Francisco mata o boi mais querido da fazenda, criando um conflito com o fazendeiro, que é branco. Na resolução do conflito, aparecem os indígenas, os quais capturam Pai Francisco nas matas, além do pajé, responsável por curar o novilho e ressuscitá-lo. A festa estende-se aos dias atuais, sendo uma das maiores festas populares do Maranhão. Ver mais em: Martins (2017, p. 9).

negra no Maranhão oitocentista.

Por fim, ainda na terceira seção, examino as duas facetas de Maria Firmina dos Reis: professora pública e mulher de letras. Na carreira docente, analiso como se deu o processo de seleção para a cadeira de professora de primeiras letras de Guimarães e como estava estruturando-se o ensino público feminino na época. Nesse ponto, resalto a importância da carreira docente de Reis, demonstrando como, através dela, é possível perceber a estruturação do ensino. Investigo também Maria Firmina dos Reis a partir da designação de mulher de letras¹⁴, percebendo suas conquistas no ambiente da literatura ao longo da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, também exploro a perspectiva de que a narrativa de suas obras estava embebida no contexto em que se inseria. Dessa forma, tal seção é fundamental para o entendimento dos aspectos centrais de sua vida, os quais a levaram a colaborar na imprensa periódica maranhense oitocentista.

Na quarta seção, intitulada “*Distincta literária maranhense*”: *O nascer e o alvorecer de uma trajetória na imprensa*, adentro, de fato, a história da produção de Maria Firmina dos Reis para os jornais da época, analisando desde a sua estreia até suas últimas colaborações, já no século XX. Procuro demonstrar, nessa parte do trabalho, fatores que possibilitaram que a escritora fosse atuante na imprensa. Assim, destaco a estruturação da imprensa maranhense que, com o passar dos anos, desenvolveu-se com maior rapidez, e a importância de Francisco Sotero dos Reis e Belarmino de Mattos na carreira literária da autora. Ainda nessa seção, estreito os laços entre a trajetória na imprensa e a docência de Maria Firmina dos Reis, averiguando a existência de uma conciliação entre o exercício desses trabalhos, sustentando que ela utilizou ofícios de afastamento para manter-se atuante nos periódicos.

Acredito que a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa revela um outro olhar sobre sua história, marcada, sobretudo, pelas contradições vivenciadas por uma mulher no Oitocentos. A partir dessa trajetória, todavia, é possível vislumbrar a escritora como agente de seu tempo. No mais, como o “fazer histórico” é o “processo pelo qual as pessoas registram, interpretam e reinterpretam o passado, a fim de entregá-lo a futuras gerações” (LERNER, 2019, p. 246), espero que esta pesquisa possa contribuir para que novas perguntas sejam suscitadas.

Boa leitura!

¹⁴ Ancorada nas concepções de Jeferson Cano (2001) e Maria Bernardes (1988), analiso Maria Firmina dos Reis a partir da designação “mulher de letras”, principalmente por ela ter sido atuante como escritora e poetisa. Tal designação será esmiuçada na subseção 3.4 desta dissertação.

2 A PROVÍNCIA E A MULHER: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM

“Minha compleição é débil, minha alma sensível [...], meus desgostos são filhos dos meus caprichos. Só vós Senhor, me compreendeis porque me gerastes” (REIS, [1863?] apud MORAIS FILHO, 1975).

No dia 11 de março de 1822, na Província do Maranhão, situada em um vasto território chamado de “províncias do Norte”¹⁵, nascia uma criança negra, do sexo feminino, chamada Maria Firmina dos Reis. Ao longo dos seus 95 anos de vida, essa mulher se tornaria professora, escritora, poetisa, compositora e musicista, adquirindo prestígio social nas áreas educacional e literária. Naquele contexto, em meio às mudanças estruturais ocorridas no século XIX com relação à escravidão e à sociedade como um todo, Reis adquiriu notório reconhecimento por suas produções, tanto em prosa quanto em poesia.

Este reconhecimento pela imprensa de seu tempo, como nos diz Moraes Filho (1975), chama atenção devido ao contexto de grande analfabetismo e pouca inserção de mulheres naquele âmbito. Mesmo com este panorama, Maria Firmina dos Reis, filha de uma mulher forra, conseguiu ser educada e adentrar o espaço das letras, adquirindo certo prestígio no meio impresso. Tendo isso em mente, cabe dimensionarmos que sociedade é esta em que Reis nasceu e cresceu, e o que possibilitou que a escritora adentrasse naquele universo.

Desse modo, sua trajetória permite acessarmos as especificidades da província que moldaram a pessoa de Maria Firmina dos Reis e, ao entendê-las, traçar reflexões sobre a formação desta mulher. Pensando nisso, a proposta desta seção é analisar a sociedade em que a escritora viveu e como ela impactou sua vida, demarcando seu contexto social e econômico e o reflexo deste na trajetória da autora. Para isso, temos como fio condutor os primeiros anos de vida de Reis e as particularidades de sua família, os anos de formação e instrução da escritora e as condições educacionais das meninas no período de sua infância. Além disso, discutiremos sobre como a educação recebida por Reis tornou-se um facilitador na sua carreira literária.

Por fim, abordamos a construção do mito de Atenas Brasileira e como, a partir deste, instalou-se na província um clima de valorização da literatura e da intelectualidade, em geral. Além disso, buscamos relacionar este momento de exaltação literária com a estreia de Maria Firmina dos Reis na literatura, pois este se deu no mesmo momento em que a Atenas Brasileira estava sendo erigida. Assim, buscamos dimensionar a existência do impacto dessa

¹⁵ A expressão “províncias do Norte” foi sendo construído a partir da oposição em relação às “províncias do Sul”. Ver mais em: Costa (2018, p. 242).

efervescência na carreira literária da autora maranhense.

Esta seção, como um todo, propõe-se a pensar a conjuntura da província e a forma com que suas especificidades atingiram e moldaram a trajetória de Maria Firmina dos Reis. Analisar a sociedade da qual a literata fez parte ajuda a evidenciar as condições às quais ela foi exposta e que, de certa forma, auxiliaram-na a trilhar sua história nas letras.

2.1 DO NASCIMENTO EM SÃO LUÍS À INFÂNCIA EM GUIMARÃES

“Os maranhenses são urbanos, francos e hospitaleiros, amantes da ordem, das honras e distinções; obedientes e dóceis, sendo conduzidos por princípios de justiça e maneiras de afabilidade [...] Os costumes na classe bem-educada são quase os mesmos que em Portugal” (LAGO, 2001, p. 69-71). Era dessa forma que Antônio Bernardino Pereira Lago¹⁶, português oitocentista, descrevia seus conterrâneos, na década de 1820. Sua fala evidencia uma ideia de evolução da província à imagem e semelhança de Portugal, uma aproximação com a Metrópole que acabaria por impactar as estruturas da sociedade maranhense, nos âmbitos político, cultural e social.

No ano de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1822, a província do Maranhão vivia um período de tensão política, sobretudo a partir da sua adesão à Revolução do Porto¹⁷, em abril de 1821. Além do Maranhão, outras “províncias do Norte” aderiram ao movimento, como Pará e Bahia (CUTRIM, 2017). Com isso, a província maranhense deixava nítido seu estreitamento com a Metrópole. Afinal, mesmo que alguns personagens tivessem sido expulsos por serem contrários à adesão (GALVES, 2010), a Revolução contou com o forte apoio dos principais comerciantes e agricultores locais¹⁸, que almejavam manter seus privilégios.

Segundo Galves (2010, p. 335), a Revolução do Porto “deu novos tons à dinâmica política provincial, captados nas reuniões em praças públicas, residências, casas comerciais e teatro, além das ruas, sempre movimentadas”. Deste modo, o Maranhão estava vivendo e

¹⁶ Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros. Teve destaque na administração de Pinto da Fonseca (1819 – 1822), tendo produzido mapas, roteiros e estatísticas. Ver mais em: Galves (2010, p. 38).

¹⁷ O movimento político denominado Revolução Liberal do Porto foi um levante ocorrido em 1820, que tinha como principal característica o caráter liberal e antiabsolutista. A Revolução foi organizada por militares e políticos liberais portugueses, a partir do Levante do Porto, em 24 de agosto de 1820. Do movimento participaram também províncias da Colônia do Brasil, dentre elas, a maranhense. Ver mais em: Prado Filho (2015) e Ribeiro (2012).

¹⁸ A adesão do Maranhão à Revolução do Porto deu-se em 6 de abril de 1821. Sobre isso, ver mais em: Galves (2011, p. 3).

fazendo circular pelos espaços públicos o exercício da política.

Com a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, “a ruptura do sistema colonial no Maranhão foi caracterizada pela grande resistência do segmento social dominante constituído de filhos do reino e americanos aderentes” (MARTINS, 2009, p. 268). Assim, as pressões políticas de adesão começaram a aumentar no Maranhão. Contudo, somente em 28 de julho de 1823, com o cerco à cidade de São Luís, comandado pelo almirante Cochrane¹⁹ e pelo “exército libertador”, é que “proclamou-se solenemente a adesão do Maranhão à independência do Império do Brasil. Festejada com salvas de artilharias dos fortes e das embarcações e com o repique dos sinos” (MEIRELES, 2001, p. 213).

A “adesão” do Maranhão não foi seguida pela “aclamação” do imperador, o que só ocorreu três anos depois, em 1826 (CUTRIM, 2017). No intervalo de tempo entre a proclamação e a “adesão” do Maranhão à independência, sucederam grandes embates políticos, confrontos armados e mesmo uma pressão do Rio de Janeiro, como o cerco e a ameaça por mar realizada por Cochrane, além de conflitos no interior entre as tropas do Maranhão e aquelas voluntárias enviadas por Dom Pedro (GALVES, 2010). Por fim, houve juramentos à Proclamação da Independência e a expulsão daqueles que se negaram a fazê-lo (GALVES, 2011a).

Dos primeiros cinco anos de vida de Maria Firmina dos Reis, vividos em São Luís, quatro deles foram em meio às tensões ligadas à política e à Independência. Fica nítido que estes conflitos alteraram a conjuntura e a base da sociedade maranhense, remodelando a identidade tida como portuguesa para uma brasileira, após os conflitos da Independência. Tal identidade, aproximada da Metrópole antes da Independência, dava-se, principalmente, pelo fato de a província maranhense possuir laços estreitos com Portugal. Isso ocorria tanto pela proximidade geográfica entre eles quanto pela existência de importantes comerciantes na então colônia e que formaram uma elite agrocomercial (MARTINS, 2009).

Esse fortalecimento deu-se, sobretudo, a partir da instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII, que disponibilizava créditos, ferramentas e escravizados aos agricultores (GALVES, 2011b). A partir da Companhia, a exportação maranhense de algodão e de arroz estimulou sua economia e, em pouco tempo, a província atingiu “níveis de prosperidade jamais vistos, projetando-se com rapidez entre as principais capitanias da América portuguesa” (MARTINS, 2009, p. 274). Segundo Arruda (1988), esse período do final do século XVIII e início do XIX foi marcado por

¹⁹ Cochrane foi um almirante britânico que participou ativamente do processo de incorporação das “províncias do Norte”, entre os anos de 1822 e 1823. Ver mais em: Galves (2010, p. 17).

um grande dinamismo da economia maranhense. Assim, para o autor, a significativa exportação maranhense foi o resultado do desenvolvimento da agricultura, principalmente do cultivo dos dois produtos supracitados.

No entanto, se nos anos iniciais do XIX a província vivia um momento de grande exportação, o biênio 1819-1820 caracterizou-se como um período de acentuado processo de endividamento (CIRINO, 2019). De acordo com Raíssa Cirino (2019), a euforia pela alta dos preços dos anos antecedentes animou os agricultores à compra de escravizados e tomada de crédito. Só que, com o declínio do preço das exportações, os proprietários e negociantes ficaram com grandes prejuízos, o que os impossibilitou de quitarem suas dívidas. Afinal, “a inconstância, tendendo para a baixa dos preços no início da década de 1820, abalou a dinâmica socioeconômica entre os setores de elite” (CIRINO, 2019, p. 64).

O período em que Maria Firmina dos Reis nasceu coincidiu com o fortalecimento de uma elite agrária e mercantil, que auxiliou na construção do Maranhão como região agroexportadora. Logo, com a intensificação e dinamização da economia, promovida pela instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em meados do século XVIII, ocorreu uma inserção massiva de mão de obra escrava naquela região. Deste modo, durante os anos de 1755 a 1778, a Companhia trouxe aproximadamente doze mil africanos para a capitania (ASSUNÇÃO, 2010).

Portanto, em fins do XVIII e início do XIX, com a exportação de arroz e algodão, a província consolidou-se como um dos lugares mais arraigados ao sistema escravista (LACROIX, 1982). Além disso, o Maranhão “continuava - assim como a Amazônia e o Mato Grosso - uma importante região ‘indígena’” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 5). Também Abrantes pontua que São Luís era uma cidade “onde a maioria da sua população era negra ou mestiça devido à forte presença de escravos africanos e seus descendentes, com uma ordem fundada na exploração e na desigualdade social” (ABRANTES, 2013, p. 25).

Assim, nos anos iniciais do século XIX, a camada escrava correspondia a 53% da população do Maranhão (FARIA, 2012). De acordo com os levantamentos de Antônio Bernardino Pereira Lago (2001), em 1822, a população da província era de 152.843 habitantes, dos quais 74.979 eram livres e 77.914 escravizados. Portanto, fica nítido que a maioria populacional da região na década de 1820 era, de fato, negra. E, muito provavelmente, foi neste contexto de fins do XVIII e início do XIX, que Leonor Felippa dos

Reis²⁰, mãe de Maria Firmina, nasceu escrava ou chegou da África.

Nessa conjuntura agroexportadora, Leonor Reis teria sido escrava de um importante negociante da praça maranhense, o Comendador Caetano José Teixeira. Este, entre os anos de 1809 a 1818, possuía diversas embarcações, como sumacas, galeras, bergantins e navios, que circulavam pelo Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande, Liverpool, Londres, Porto, Lisboa, Guiné-Bissau e Cabo Verde²¹. Tal fato evidencia que o Comendador movimentava diversas praças comerciais, o que acabou por transformá-lo em um importante credor do erário e representante do Banco do Brasil no Maranhão – além de um dos principais comerciantes de escravos do período (GALVES, 2012).

Não sabemos as causas e nem o ano da alforria dada à Leonor Fellipa dos Reis, entretanto, através da certidão de batismo de Firmina dos Reis (1847), o nome de sua mãe aparece com a descrição “forra”. Assim, mesmo sem saber o ano exato em que Leonor Reis foi libertada, podemos dimensionar que Maria Firmina dos Reis nasceu quando sua mãe já não era escravizada.

No Maranhão, Matthias Assunção (2015) destaca serem as emancipações individuais mais frequentes que as coletivas. Por sua vez, Mattoso (1982, p. 186) afirma que a alforria era “um ato comercial, raramente um gesto de generosidade”, sendo muitas vezes concedida a escravos velhos e incapacitados de trabalhar ou a “escravos de estimação”, na hora da morte do senhor (ASSUNÇÃO, 2015). Como Leonor Fellipa dos Reis não fazia parte do rol de escravos velhos, é possível sugerir que ela tornou-se livre em 1817, devido à morte de Caetano José Teixeira.

Outro fator que pode ter motivado a concessão de alforria seriam os esforços da própria Leonor Reis, pois a prática de acúmulo de pecúlio por mulheres negras era largamente difundida no Império. Nesse sentido, o livro *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (2012) traz uma análise das experiências de mulheres escravizadas que juntaram recursos para a conquista da sua alforria ou de pessoas próximas, acumulando dinheiro ao longo de suas vidas. Dessa maneira, podemos considerar a prática de acúmulo de pecúlio como uma possibilidade estratégica utilizada pela mãe de Maria Firmina dos Reis,

²⁰ Nas fontes analisadas, o nome da mãe de Maria Firmina dos Reis aparecia tanto como Leonor Fellipa dos Reis quanto Leonor Fillipa dos Reis. Na pesquisa, utilizaremos a grafia Leonor Fellipa dos Reis. As primeiras produções bibliográficas que versaram sobre Maria Firmina dos Reis nos diziam que sua mãe era uma mulher branca. Podemos citar como exemplo a dissertação de Janaína Correia (2013). Entretanto, com novas fontes, como o *Autos de justificação de nascimento*, juntamente com os esforços de pesquisas recentes, constatou-se que Leonor Fellipa dos Reis era uma mulata forra, que pertenceu ao comendador Caetano José Teixeira. Ver mais em: Carvalho (2018) e Adler (2017).

²¹ Ver: SÃO LUÍS (MA). *Códices*. Lv. 1.321 (1809- 1822). APEM.

tanto para conquistar sua liberdade quanto para proporcionar o sustento e a educação de suas filhas.

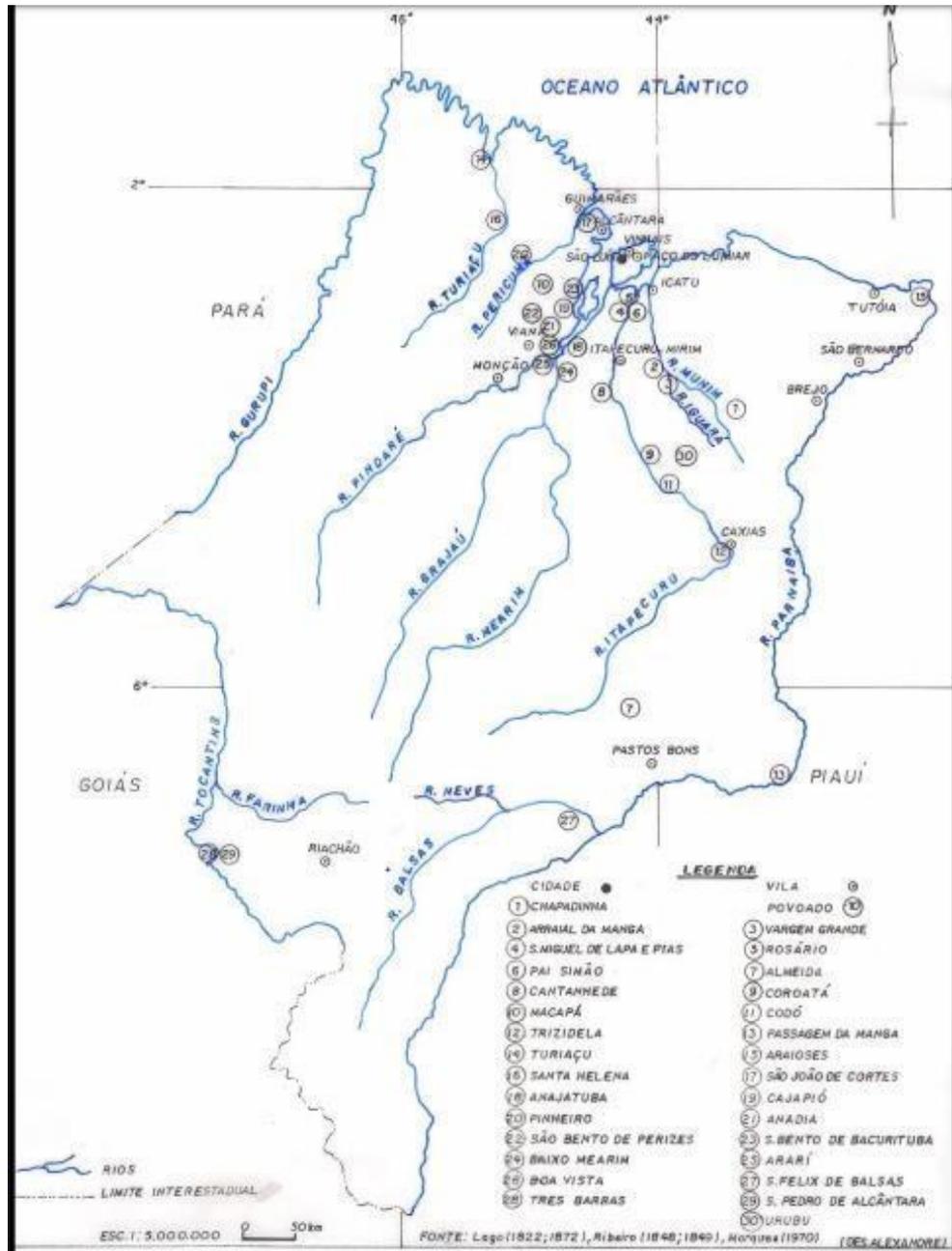
Na certidão de batismo da autora, não consta o nome de seu pai. Este aparece apenas no seu atestado de óbito, sob o nome João Pedro Esteves (MORAIS FILHO, 1975), um dos sócios do estabelecimento comercial de Caetano José Teixeira²². Não sabemos as causas exatas do reconhecimento paterno surgir apenas no último documento, porém, a partir de textos deixados pela autora e pela sua certidão de batismo, é possível constatar que sua criação não contou com a presença do pai, mas apenas com a de sua mãe, sua irmã e sua avó.

Em 1827, quando Maria Firmina dos Reis completou cinco anos de idade, ela acabou mudando-se, juntamente com sua mãe e sua irmã, Amália Augusta dos Reis, para a Vila de Guimarães, onde viveria sua vida como professora pública, mulher de letras, poetisa e musicista – e também onde morreria, em 1917. Guimarães é uma cidade do interior do Maranhão que começou a ser colonizada no final do século XVII. De acordo com o *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de 1870, Guimarães foi criada como uma vila de índios, após José Bruno de Barros ceder sua fazenda, na qual habitavam 360 índios livres (MARQUES, 1870).

No mapa a seguir, datado de 1890, podemos verificar que Guimarães ficava a uma distância considerável de São Luís. Desse modo, o trajeto entre uma cidade e outra dava-se, sobretudo, pelo mar.

²² Pesquisas atuais referentes a Maria Firmina dos Reis apontam que o pai dela seria o João Pedro Esteves, sócio do comendador dono de Leonor Fellipa dos Reis. Sobre isso, ver mais em: Cruz; Matos; Silva (2018).

Figura 1 - Mapa das vilas, povoados e cidades no Maranhão (1822)



Fonte: Faria (2012, p. 54)²³.

A infância de Maria Firmina dos Reis deu-se em Guimarães. Nas palavras da própria escritora: “encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas, e as flores, que minha avó cultivava com esmero talvez, por isso eu tanto ame as flores” (REIS, [1863?] apud MORAIS FILHO, 1975). A partir disso, é possível refletir sobre possíveis motivos que

²³ Segundo Regina Faria (2012), este mapa foi elaborado por ela mesma, com o intuito de demonstrar como era o Maranhão Imperial na primeira metade do século XIX. Ele foi feito com base nos estudos dos oitocentistas Antônio Bernardino Pereira Lago (1822; 1872), Francisco de Paula Ribeiro (1848; 1849) e César Marques (1970).

impulsionaram a mudança da família para uma cidade do interior.

O primeiro deles pode estar ligado ao fato de que “poucas crianças livres chegavam a idade reprodutiva, necessitando de um aporte externo para crescer” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 91). Isso significa que, em uma sociedade com alta taxa de mortalidade, ter um suporte poderia ajudar a garantir a sobrevivência das crianças. No caso de Leonor Fellipa dos Reis, este apoio foi encontrado na casa de sua mãe, como descrito por Maria Firmina. Contudo, as fontes disponíveis não nos permitem dizer se a avó da escritora era forra ou escravizada – sabemos apenas que a criação das filhas de Leonor contou com seu apoio.

Grande parte da bibliografia que versa sobre Maria Firmina dos Reis afirma que ela possuía relações de parentesco com Sotero dos Reis²⁴. Dessa forma, a mudança de cidade da família Reis poderia estar relacionada também com o fato de a fazenda dos pais de Francisco Sotero dos Reis²⁵ situar-se em Guimarães (MARTINS, 2009). E este indivíduo, por sua vez, também pode ter sido um suporte para Leonor na criação de suas filhas.

Outro fator que pode ter influenciado a mudança foi a questão do trabalho. Guimarães, naquele período, estava vivendo um contexto de difusão do povoamento e da colonização (ASSUNÇÃO, 2015). Além disso, segundo Regina Faria (2012), Guimarães possuía uma produção voltada para o mercado interno, principalmente de pescado, aguardente, açúcar e farinha de mandioca. Essa conjuntura do interior acabava por “recrutar sobretudo forros” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 221), podendo ser a busca por trabalho para suprir as necessidades das filhas um motivo para a mudança de Leonor Fellipa dos Reis.

A província como um todo passava por um aumento expressivo do número de pretos livres, o que se deu, em especial, para a elevação das taxas de natalidade. Uma prova disso foi a constituição de povoados por negros forros, como Rampa, Pai Simão e Bomsucesso, sem contar as aldeias dos quilombos (ASSUNÇÃO, 2015). Por isso, de acordo com Matthias Assunção (2015), a formação dessas comunidades ao redor da província pode também explicar a mudança da família de Maria Firmina dos Reis para a cidade de Guimarães. Afinal, a

²⁴ Podemos citar como exemplos: Abrantes (2013) e Santos (2016).

²⁵ Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) nascido na cidade de São Luís (MA), filho de Baltasar José dos Reis e Maria Teresa Cordeiro. Descrito como poeta, crítico literário, gramático, jornalista, professor, parlamentar, Comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo. Sotero dos Reis é lembrado como o grande erudito do grupo Maranhense, cultivador das letras clássicas e representante oitocentista das ideias linguísticas e da historiografia literária brasileira. No âmbito historiográfico, produziu o famoso *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* para a formação de nosso grupo de histórias literárias românticas. Além disso, influenciou diretamente na criação e organização da instrução pública maranhense, trabalhando como inspetor de ensino e envolvendo-se com trabalhos de cunho didático-pedagógico na formação educacional do Maranhão. Ver mais em: Santos (2016, p. 32 e 33).

coletividade era algo de grande importância na vida do forro, podendo ser, igualmente, um apoio para Leonor Reis.

Maria Firmina dos Reis e sua irmã cresceram, portanto, sob o *status* social de “livres” e/ou “mestiças”. Neste aspecto, Regina Faria (2012) deixa nítido que havia grandes imprecisões nas definições dos mestiços e das camadas sociais. Essa imprecisão dava-se, sobretudo, devido aos diferentes matizes sociais encontrados na província. Segundo Assunção (2015), a classificação social ocorria de forma estamental²⁶, sendo organizada a partir de três dimensões: aspecto político e legal (escravos/forros/livres), a cor e o gênero.

Entretanto, não apenas os negros viviam sob a forma estamental, mas toda a estrutura social da província. Matthias Assunção (2015) divide a sociedade em três dimensões: a primeira seria a dimensão ideológica; a segunda, a econômica; e a terceira, a jurídica. De acordo com o autor, a dimensão ideológica estaria baseada no critério da cor. Assim, no topo da pirâmide estariam os brancos (portugueses e brasileiros); na faixa intermediária, os mestiços, cafuzos, mulatos e outros; e na base, os pretos.

Já na dimensão econômica, o topo seria representado pelos grandes fazendeiros e comerciantes, enquanto o meio seria constituído por um grupo diversificado e hierarquizado de pequenos fazendeiros, artesãos, soldados e uma “elite” dentro da própria massa escrava, composta por negros de ganho, feitores, etc. Na base desse esquema social, encontravam-se os escravos de oito. E, por fim, na perspectiva jurídica, a primeira camada seria integrada por indivíduos livres e proprietários de escravos; a segunda, por livres sem escravos; a terceira, por forros e índios domesticados; e ainda haveria uma quarta, formada por escravos.

Baseados nas considerações acima, podemos inferir que Maria Firmina dos Reis ocupava uma classe mais elevada, se comparada com a de sua mãe, pelo simples fato de ter nascido livre. Essa classe livre procurava afastar-se do *status* de escravo, o que era uma tarefa complexa e de reafirmação, visto que, muitas vezes, escravos e livres executavam as mesmas funções (ASSUNÇÃO, 2015). Assim, é importante destacar o lugar que Maria Firmina dos Reis ocupou na sociedade, pois, de certo modo, isso organizou a sua vida e interferiu diretamente na sua trajetória, tanto pessoal quanto pública.

Torna-se claro que os primeiros anos de vida da autora foram marcados pelas intensas mudanças ocorridas na província do Maranhão, as quais, em algum grau, impactaram sua vida. Desse modo, a conjuntura maranhense e sua realidade escravista são importantes para entendermos a origem da mulher de letras Maria Firmina dos Reis.

²⁶ Conceito utilizado para referir-se ao *status* social adquirido pelos agentes sociais, trabalhado por Matthias Assunção (2015) e Regina Faria (2012).

2.2 AS IRMÃS REIS E A EDUCAÇÃO FEMININA NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Na infância, tanto Maria Firmina dos Reis quanto sua irmã, Amália Augusta dos Reis, receberam algum tipo de educação.²⁷ Isso garantiu, no caso da autora pesquisada, a possibilidade de ela escrever e publicar. A instrução diferia Maria Firmina dos Reis e sua irmã de outras mulheres livres, e tal ferramenta possibilitou que ambas ocupassem uma posição de privilégio diante da extensa massa negra iletrada na província. No entanto, como se deu a educação das irmãs e como era tratada esta questão no Maranhão oitocentista? De que forma essa instrução deu acesso a espaços que, em sua maioria, eram vedadas às populações negras? São estes os questionamentos que buscaremos elucidar nesta subseção.

De acordo com Carla Sampaio dos Santos, os primeiros aprendizados de Maria Firmina dos Reis e sua irmã “foram concebidos no seio familiar, como a grande maioria das mulheres daquele período” (SANTOS, 2016, p. 81). Desse modo, fica nítido que a educação feminina no início do século XIX era pouco difundida: apenas as mulheres de classes mais elevadas obtinham algum tipo de instrução, a qual, em geral, dava-se em suas próprias residências.

Apenas em 1827 foi criada uma lei com o objetivo de regulamentar a instrução pública no Império. Antes disso, no período colonial, a instrução ofertada era, sobretudo, aristocrática, ou seja, voltada para a formação dos filhos da elite agrária e para a geração dos quadros religiosos da própria ordem (MARTINS, 2009). Portanto, até a Independência, a instrução era precária, contando apenas com algumas aulas públicas “pagas pelo erário provincial” (MARTINS, 2009, p. 489).

Assim, a Lei de 15 de outubro de 1827, segundo Viveiros (1953, p. 7), “é o primeiro dispositivo legal que aborda a questão de método de ensino em nosso país, tornando obrigatório nas escolas brasileiras o ensino mútuo, preconizado, então, na Europa”. Em suas disposições, constava que:

Art 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias [...].

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionando a compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

²⁷ Inferimos que Augusta Amália dos Reis também foi instruída, já que ocupou o cargo público de professora interina de primeiras letras depois da aposentadoria de sua irmã. Ver em: Maranhão (1881b).

Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento (BRASIL, 1827).

Esse novo aparato que a lei determinava incluía uma série de medidas educacionais, como a criação de escolas e de formas de avaliação para contratação de professores. Além disso, regulamentava a educação feminina. No corpo da lei, especificava-se, inclusive, o conteúdo que deveria ser dado nos estabelecimentos educacionais, principalmente aqueles ensinamentos voltados para a moral cristã. Essa reorganização veio com a Independência, gerando uma estruturação do projeto educacional.

Sobre a educação feminina, a lei dispunha que o ensino seria voltado para as lições aritméticas básicas, ler e escrever, noções de gramática, moral cristã e ensinamentos da vida doméstica, como a costura e o bordado. Assim, a educação nas escolas seria uma extensão do espaço familiar, lugar onde as meninas seriam preparadas para exercer melhor as funções de boas esposas e mães.

No caso maranhense, com a sociedade, em sua maioria, analfabeta, a instrução permeava apenas os mais altos segmentos sociais nos anos iniciais do século XIX. Deste modo, o Maranhão oitocentista era marcado por uma minoria branca e letrada e por um contingente populacional de negros, índios e homens livres pobres iletrados (COSTA, 2018). Antes da Lei de 1827, na província do Maranhão, não havia regularidade das aulas ministradas, que eram, geralmente, ofertadas nas casas dos próprios professores – embora, às vezes, ocorressem também em casas alugadas pelos cofres públicos. No que diz respeito ao ensino particular, sobretudo os de primeiras letras, as aulas eram ministradas, em sua maioria, por padres (ASSUNÇÃO, 2015).

Viveiros (1953) demonstra que, relacionadas à Lei de 1827, foram criadas, no Maranhão, mais duas leis. A primeira, sob o número 76/1838, dizia que o Presidente de Província poderia enviar alguém para a França, para aprender o método lancasteriano. Já a segunda lei, de número 77/1838, criava o Liceu Maranhense. Assim, podemos perceber que ambas as legislações ajudaram na construção de uma atmosfera letrada. Além disso, essas leis enfatizam o esforço da província para adequar-se e incluir mais alunos nos estabelecimentos públicos de ensino.

Nesse cenário de reestruturação educacional na província, não conseguimos encontrar registros das irmãs em instituições de ensino. Contudo, fragmentos escritos deixados por Maria Firmina dos Reis mostram que ela obteve, de fato, alguma instrução: “uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais” (REIS, [1863?] apud

MORAIS FILHO, 1975). Tal afirmação leva-nos a crer que ela conseguiu atingir um grau de instrução elevado graças ao autodidatismo, condição compartilhada por grandes literatos, como o próprio Francisco Sotero dos Reis. Este, inclusive, pela proximidade geográfica e de parentesco, pode ter auxiliado na instrução das filhas de Leonor dos Reis.

A prática autodidata não era incomum no período, pois:

O acesso restrito ao ensino de qualidade, mesmo público, em face talvez da diminuta receita provincial para investimentos no setor, explica em parte o fato de que muitos intelectuais e homens de letras maranhenses acabaram por optar, até mesmo pela falta de opções, pela formação autodidata, ainda que coadjuvados pelo ensino de professores particulares (MARTINS, 2009, p. 499).

Desse modo, o autodidatismo funcionava como uma ferramenta de instrução, como modo não escolar de circulação do saber no século XIX (GALVÃO, 2001). Isso porque, na primeira metade daquele século, grande parte da instrução pública não estava estruturada e não havia ainda uma institucionalização da educação feminina. Assim, em geral, a instrução “provinha do seio familiar, do interior das casas, do ambiente doméstico, da mesma forma que os recursos, as instalações e até mesmo o ordenado dos professores” (MARTINS, 2009, p. 507). Isso significa que, no que diz respeito às mulheres, havia um esforço pessoal, realizado, sobretudo, pela parcela mais alta da sociedade.

Como não encontramos registros de Maria Firmina dos Reis em escolas, podemos pensar que sua educação foi realizada em casa e continuada pelo seu próprio esforço pessoal, estudando praticamente sozinha (ABRANTES, 2013) ou tendo ajuda de terceiros, como o já mencionado Francisco Sotero dos Reis. Nesse sentido, Mendes (2013) indica que a instrução da literata maranhense fez-se por meio de leituras não apenas em português, mas também em francês, no qual lia e escrevia fluentemente²⁸.

Para além do autodidatismo, o ensino ofertado às mulheres era direcionado à elite maranhense e não àquelas de outras camadas sociais, como as forras, quitadeiras e escravizadas. Por isso, vale salientar que Maria Firmina dos Reis, mesmo não pertencendo à elite econômica, conseguiu, por meio da sua instrução, destacar-se nessa camada intermediária livre, diferenciando-se da grande maioria negra do período.

²⁸ Melissa Mendes (2013) defende essa teoria porque, segundo a autora, Maria Firmina dos Reis realizou traduções do francês para algumas publicações, uma razão para seus poemas terem epígrafes em francês. Além disso, Morais Filho (1975) sugere também que Maria Firmina dos Reis era fluente em francês, devido à citação, nesta língua, de um texto de Byron, no seu poema intitulado *Dedicação*, datado de setembro de 1861 e publicado no periódico *A Verdadeira Marmota*.

Segundo o oitocentista Antônio Lago, essas mulheres da elite que recebiam instrução eram:

[...] bem educadas, distingue-se também muito por suas virtudes e bons costumes; em geral, muito brancas, belas e agradáveis, de maneiras polidas, trajando o melhor gosto da Europa, e quase todas possuindo as prendas da parte agradável da educação, isto é, a dança, a música, que torna tão interessante o belo sexo (LAGO, 1822, p. 82).

Em linhas gerais, Lago reafirmava a boa educação das senhoras maranhenses. Tal visão assemelhava-se à dos viajantes bávaros Spix e Martius, em 1819. Estes apontaram que:

As mulheres do Maranhão, além da louvável modéstia e virtudes domésticas, também possuem um espírito, ilustrado por muitos conhecimentos, e mostram-se, daí em relação aos homens, numa independência cheia de dignidade, que mais e mais lhes dá o direito, assim como às suas irmãs europeias, de fazer sentir sua influência na sociedade (SPIX; MARTIUS, 1817 – 1820, p. 381).

Desse modo, tanto Lago quanto os viajantes Spix e Martius exaltaram as mulheres maranhenses, destacando sua educação. Outro elemento, posto em evidência pelos últimos autores, foi a assimilação dos costumes europeus, algo visto com bons olhos por eles.

Diferentemente desses contemporâneos, o inglês Henry Koster (2002), ao viajar para o Maranhão, em 1811, observou que havia uma falta de instrução ali. Em suas palavras, “a educação das mulheres não é cuidada, o que delimita as possibilidades de sustentar a conversa sobre muitos temas, mesmo quando levadas às solenidades” (KOSTER, 2002, p. 245). A crítica do autor referente à educação feminina estende-se aos costumes e ao cotidiano das mulheres, em geral. Para ele,

As senhoras de S. Luis, entretanto, não são geralmente reservadas. Ambos os sexos jogam muito e com algum excesso. Uma jovem senhora, em certa ocasião, indo com a mãe a uma festa, passou a um salão onde seu pai jogava com vários amigos. Este chamou sua filha dizendo-lhe que tomasse uma carta. Obedeceu. Ficou jogando até perder trezentos mil reis, cerca de 80 libras, quando confessou não ter mais dinheiro (KOSTER, 2002, p. 245).

Esta percepção evidencia um olhar divergente em relação aos outros viajantes do período, pois Koster (2002) não via com bons olhos a expansividade das mulheres maranhenses. Tal noção deve-se, em grande medida, a uma ideia preconcebida em torno do comportamento socialmente aceito para as mulheres no século XIX, baseado em modelos de feminilidade e virtude. Essa ideia parece ter guiado suas anotações sobre as mulheres maranhenses.

As três visões apresentadas naquele contexto a respeito das mulheres e da educação na

província estão carregadas de subjetividades e seletividades a respeito do que seria um comportamento feminino, segundo as próprias experiências daquela região. Essas perspectivas distintas podem também estar relacionadas com o tempo, pois, entre 1811 e 1819, muitas transformações devem ter ocorrido em São Luís.

As mulheres maranhenses, nas primeiras décadas do século XIX, eram consideradas de “péssima conversação, pois faltava-lhes uma instrução escolar que lhes dessem os conhecimentos mínimos exigidos para uma conversa mais intelectual” (ABRANTES, 2013, p. 91). Nesse sentido, “até meados do século XIX, a educação das mulheres se baseava na dicotomia entre educação e instrução, em que [...] às mulheres se educavam para desenvolverem o caráter” (ABRANTES, 2003, p. 3), ou seja, essa era a lógica da educação feminina. Podemos constatar tal fato quando, ao olharmos os registros daquela época, encontramos exaltação às virtudes domésticas e aos bons costumes. Desse modo, quando as mulheres distanciavam-se desse ideal doméstico, eram apontadas e retratadas em tons de crítica.

Ainda que a instrução feminina estivesse voltada para o lar, houve, no período, mudanças na educação escolar que:

[...] pareciam indicar um avanço da mentalidade quanto à imagética feminina, com um número maior de estabelecimentos de ensino, especialmente os particulares, que ofereciam às mulheres das camadas sociais superiores o acesso a um nível de ensino mais elevado, baseavam-se em princípios conservadores do status *quo* da família e da sociedade, pretendendo manter a mulher submissa e reservada ao espaço do lar (ABRANTES, 2003, p. 5).

A partir de uma preocupação crescente com a educação feminina e também com a abertura de escolas para as meninas, um novo *modus operandi* estabeleceu-se e estruturou-se na sociedade maranhense. É claro que a instrução ainda estaria voltada para o lar e para a formação de boas mães e esposas, mas, agora, um novo espaço estava sendo conquistado: a instrução fora do ambiente privado.

Assim, as escolas voltadas para o sexo feminino foram contempladas com uma maior organização. Isso permitiu que o ensino, antes ofertado às elites, pudesse descer para as demais camadas sociais, de modo que foram criadas instituições com esta finalidade. Uma delas foi o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios que, conforme Rodrigues (2010), constituiu-se na década de 1840 como uma das mais relevantes instituições para o atendimento às meninas desvalidas. Esse espaço, a partir de 1850, passou a abrigar mulheres das mais diversas classes por diferentes motivos. Dentre elas, estavam mulheres casadas, órfãs, viúvas, filhas submissas, educandas e professoras (VIVEIROS, 1953).

Contudo, na época da estruturação e constituição de escolas públicas femininas, tanto Maria Firmina dos Reis quanto sua irmã, provavelmente, já tinham recebido instrução, fosse por meio do autodidatismo ou do ensino em sua própria residência, com ajuda de terceiros. Ressaltamos que o fato de terem conseguido adquirir instrução revela que, possivelmente, a família possuía alguma renda, a qual teria facilitado a formação da autora.

No período, de acordo com Abrantes (2013), mesmo que fosse algo raro, existiam mulatos que eram cultos e ricos. Nesse sentido, Maria Lúcia de Barros Mott comenta que Maria Firmina dos Reis viveu alguns anos na casa de uma tia materna “mais bem situada economicamente” (MOTT, 1988, p. 68) Assim, a família da autora pode ter tido algumas posses, incluindo escravos – o que, reiteramos, pode ter facilitado o acesso à instrução das irmãs Reis. Tal hipótese pode ser exemplificada pelo seguinte aviso, de 24 de setembro de 1859, encontrado na edição nº 215 do jornal *Publicador Maranhense* (1859, p. 2):

Vapor *Camossin* com 5 dias e 12 horas de viagem [...] equipagem 30 pessoas [...] Passageiros: D. Maria Firmina dos Reis, D. Amália Augusta dos Reis. D. Leonor Fellipa dos Reis, D. Balbina Amelia dos Reis, e 2 escravos.

Desse modo, podemos supor que, como estava viajando na companhia de escravos, a família, provavelmente, possuía alguma ligação com eles ou até mesmo fosse sua detentora. Tudo isso leva-nos a crer que, mesmo que não pertencesse à elite maranhense, a família da escritora enquadrava-se em uma camada intermediária, podendo, inclusive, ter recursos capazes de proporcionar alguma instrução às irmãs Reis.

Assim, partimos da premissa que Maria Firmina dos Reis não fazia parte da elite maranhense, já que trabalhou, em grande parte da sua vida, como professora pública, além de ter colaborado na imprensa local. Entretanto, consideramos que a instrução que recebeu permitiu que a autora adentrasse um espaço letrado, circulando pela docência e pela literatura. Esse saber adquirido por Reis a colocava em uma posição privilegiada em relação a outras mulheres negras livres no período. Afinal, ela não ocupou espaços de trabalho tradicionalmente delimitados às mulheres forras e livres, como amas de leite, domésticas, lavadeiras, cozinheiras, quitandeiras e com o comércio ambulante de “fatos de boi” (PEREIRA, 2013)²⁹.

Estes fatores, dentre outros, podem ter colocado Maria Firmina dos Reis em uma posição distinta em relação às outras mulheres filhas de forras. Além disso, a alfabetização foi o que possibilitou sua vivência no universo das letras, haja vista que este espaço era de difícil

²⁹ As vísceras podiam ser vendidas pelas ruas, em tabuleiros. Quem realizava esse comércio eram, principalmente, as mulheres pobres, livres ou escravas (ABRANTES, 2013).

acesso até mesmo para as mulheres brancas letradas. A instrução recebida por Reis, sem dúvidas, foi um facilitador, inclusive, para o exercício da docência, haja vista que possibilitou que ela alcançasse um emprego público como professora de primeiras letras.

Além disso, a conjuntura maranhense de acesso público à educação ofertada às mulheres permitiu que a província tivesse recursos para a estruturação do ensino. Isso impactaria o trabalho exercido por Maria Firmina dos Reis, em Guimarães. Desse modo, torna-se evidente que a educação ofertada às irmãs Reis permitiu que elas transitassem por espaços privilegiados, pois, mesmo anos depois, a taxa da população analfabeta ainda era alta³⁰.

Assim, em uma sociedade diversificada, atingida por tantas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, a jovem Maria Firmina dos Reis cresceu cercada pela exaltação e valorização da cultura europeia e de um crescente enaltecimento das letras. Este contexto contribuiu para seu desenvolvimento pessoal e sua trajetória, tanto na docência quanto na literatura.

2.3 A ATENAS BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM MARIA FIRMINA DOS REIS

“É sem contestação a esse benéfico e vigoroso impulso, que deve o Maranhão o primar neste ponto às suas irmãs, e merecer de alguns escritores o mui lisonjeiro epíteto de Atenas Brasileira” (LEAL, 1987, p. 9). A frase que inaugura a presente subseção pertence a Henriques Leal, literato maranhense do século XIX. Nela, ficam nítidas a exaltação e a valorização da sociedade maranhense como um espaço letrado. No período em que São Luís ganhou a alcunha de “Atenas Brasileira”, Maria Firmina dos Reis já estava na fase adulta de sua vida, tendo conquistado, em 1847, a cadeira pública de instrução de primeiras letras para o sexo feminino. No entanto, como este contexto impactou, de fato, a vida desta autora?

O período de desenvolvimento da noção de Atenas Brasileira coincide com a atuação de Maria Firmina dos Reis na literatura e do Grupo Maranhense³¹, na mesma localidade. O grupo

³⁰ No recenseamento de 1872, na cidade de São Luís, 11.212 pessoas sabiam ler, enquanto 23.511 não sabiam (MARANHÃO, 1874).

³¹ Segundo Antônia de Souza (2017), o Grupo Maranhense atuou entre 1832 e 1868 e dele fizeram parte escritores que se tornaram conhecidos nacional e internacionalmente. Foram seus integrantes: Manoel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Francisco Lisboa, Trajano Galvão de Carvalho, Antonio Gonçalves Dias, Antônio Henriques Leal, Joaquim Gomes de Sousa Andrade (Sousândrade) e César Augusto Marques. Menor repercussão teve nomes como: Frederico José Correia, Lisboa Serra, Cândido Mendes de Almeida, Pedro Nunes Leal, Belarmino de Matos, Gentil Homem de Almeida Braga, Antônio Joaquim Franco de Sá, Francisco Dias Carneiro, Joaquim Serra, entre outros.

em questão era formado por escritores que pertenciam ao movimento literário vinculado ao romantismo brasileiro e esteve em atividade entre os anos de 1832 e 1868. Alguns nomes pertencentes a esse grupo participaram, inclusive, dos mesmos ambientes tipográficos em que circulou Maria Firmina dos Reis. Dessa forma, será que, para além da influência do romantismo, Reis estaria a par desse círculo letrado? De algum modo, esse grupo pode ter apoiado a entrada e estadia dessa mulher no mundo da literatura? Ela poderia ter atuado neste grupo?

Além destes questionamentos, outros se fazem presentes, como: por que tal denominação foi dada ao grupo? Qual a importância desta para o surgimento e proliferação da atividade literária na província? Esta conjuntura impactou na entrada de Maria Firmina dos Reis na esfera literária? São estes os principais questionamentos que embasam as discussões deste tópico.

A denominação Atenas Brasileira foi dada à cidade de São Luís a partir de uma movimentação de intelectuais do XIX, os quais se colocaram como expositores da historiografia local, valorizando-a. Portanto, esse enaltecimento estaria pautado em uma idealização do passado forjada pelos próprios escritores e literatos do período (MARTINS, 2009). A Atenas Brasileira foi resumida por Ricardo Martins como:

[...] mito explicativo, de uma representação do passado, na qual a historiografia local cumpre um papel decisivo, cujo objetivo fundamental é o resgate de um “passado glorioso”, através da afirmação contínua das peculiaridades sócioeconômicas, com a finalidade de construir uma alusão diferenciada a uma porção da nação brasileira, cuja importância econômica, especialmente a partir da segunda metade do século 19, começou a declinar e, portanto, sai de uma posição política central e ingressa na periferia econômica (MARTINS, 2009, p. 289 e 290).

Dessa forma, o autor deixa claro que a construção de Atenas Brasileira seria uma ferramenta de rememoração do passado. Esta, de acordo com Martins, estaria baseada em marcos cronológicos que estabeleciam “um momento de abundância e riqueza econômica da região durante o período colonial e parte da história após a emancipação política do Brasil, seguido de decadência e perda de importância econômica” (MARTINS, 2009, p. 301).

Para Borrvalho (2009, p. 19), a “Atenas” não foi criação de uma única mente, mas uma “aspiração de frações de classes conforme mudava o jogo político no Brasil e no Maranhão”. Segundo este autor, as figuras que participaram dessa construção ocuparam espaços de legitimação social, instâncias de poder e decisão, fosse na estrutura administrativa da província, na imprensa, na educação formal, como educadores, ou na literatura (BORRALHO, 2009).

Segundo Regina Faria (2012), as figuras que ocuparam esses espaços de legitimação, ditos por Borralho, eram, em sua maioria, pertencentes ao Grupo Maranhense e responsáveis pela sua projeção intelectual, alicerçando a representação de Atenas Brasileira. Desse modo, é perceptível a importância dos atores envolvidos no mundo das letras na construção desse mito, pois, a historiografia regional, direcionada por um grupo de literatos, deu o aporte necessário para consolidar o ideário de cidade privilegiada e letrada³².

Por sua vez, Yves-Merian (2013) aponta que o Grupo Maranhense era composto por uma parcela de autores, intelectuais, literatos, biógrafos, geógrafos e historiadores que surgiram na sociedade compartilhando a construção da Atenas Brasileira. Literatos como Manoel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, Trajano Galvão e Antônio Gonçalves Dias, os quais passaram a movimentar a literatura maranhense. Alguns deles, como Antônio Gonçalves Dias e Francisco Sotero dos Reis, participaram dos mesmos espaços tipográficos de Maria Firmina dos Reis, o que revela um estreitamento de laços entre estes autores. E tais ligações podem ter contribuído em muito para o reconhecimento dela como escritora e poetisa.

Os autores que fizeram parte deste grupo foram formados em um período no qual a conjuntura econômica do Maranhão era favorável. Isso porque, em finais do século XVIII e início do XIX, a prosperidade econômica propiciou uma mudança sociocultural significativa, uma vez que “os excedentes gerados pela economia local permitiram o surgimento de uma abastada ‘elite’ econômica, política e cultural no Maranhão, que teve assim o privilégio de formar quadros intelectuais importantes” (MARTINS, 2009, p. 531). Sobre essa mudança advinda do crescimento econômico, Sérgio Buarque de Holanda afirma que:

A rápida e efêmera ascensão econômica do Maranhão coincidirá, por sua vez, com um aumento notável no número de estudantes daquela capitania e província nortista, que chegará a ultrapassar largamente, no meio século imediato, os próprios totais de Minas e de Pernambuco (HOLANDA, 1979, p. 109).

O aumento de riquezas na província propiciou um ambiente favorável à instrução, ocasionando uma alta no número de estudantes no Maranhão e possibilitando que muitos deles fossem estudar na Europa. Tais fatores provocaram a constituição de um entusiasmo cultural e

³² “Cidade letrada” é um conceito trabalhado por Ricardo Martins em sua tese de doutorado. Segundo ele, essa expressão procura explicar a participação de grupos de letrados na construção e consolidação da sociedade latino-americana, desde a conquista ibérica até o início do século XX, estabelecendo, por igual, as relações e os vínculos que mantinham com o campo do poder. Ver mais em: Martins (2009, p. 240 e 241), e, para um debate mais aprofundado sobre o conceito, ver também: Rama (2015).

intelectual latente. Assim, para Ana Silva (2008, p. 24):

Essa ambiência, considerada “refinada”, possibilitou um surgimento de um destacado grupo de literatos, com participação na configuração da literatura nacional [...] cujos ícones foram o humanista Odorico Mendes, o gramático Sotero dos Reis, o poeta Antônio Gonçalves Dias e o jornalista e historiador João Francisco Lisboa.

Portanto, de acordo com a pesquisadora, o momento favorável da economia maranhense possibilitou a existência de um grupo de literatos. Estes, mais tarde, formariam o Grupo Maranhense e forjariam a alcunha de Atenas Brasileira.

Desse modo, os esforços para a construção da Atenas Brasileira contaram com o auxílio do Grupo Maranhense³³ e deram-se, sobretudo, a partir dos anos 1840. Tal movimentação, segundo Martins (2009), estava diretamente ligada às agitações ocorridas na província e que impactaram a economia, como a revolta social conhecida como Balaiada³⁴, o fim do tráfico transatlântico e interprovincial, os surtos algodoeiros e, principalmente, a Independência e a Guerra de Secessão americana. Todos esses fatores contribuíram para que a província, outrora rica, experimentasse sucessivos momentos de turbulências e incertezas. Neste contexto, os autores do Grupo pretendiam “conservar a memória do passado, analisar as condições de decadência e propor uma superação” (MARTINS, 2009, p. 290)

É importante destacar, também, que a construção de uma cidade letrada realizava-se no âmbito de uma sociedade majoritariamente analfabeta e negra: naquele período, 51,6% da população era cativa, como nos diz Faria (2012). Além disso, de acordo com Abrantes (2013), os índices apontam que havia, na cidade de São Luís, 5.176 analfabetos, sendo 2.553 livres. Torna-se nítido, portanto, que a movimentação literária de construção da Atenas Brasileira partiu de setores intelectuais, não chegando às maiores camadas sociais. Afinal, esta extensa população negra tinha como preocupação central o trabalho, fosse nas lavouras ou como artesãos, sapateiros, domésticas, amas de leite e outros.

Nesse aspecto, fica evidente a contradição posta na sociedade maranhense, pois, em

³³ Como vimos, o Grupo Maranhense atuou na construção do mito de Atenas Brasileira. Entretanto, este grupo e suas produções sofreram críticas por seus contemporâneos. Um deles foi o literato Frederico José Correia (1817 – 1881) que afirmava que “apesar do romantismo afirmar a céu aberto a tese da originalidade e da singularidade de nossa cultura, e de que o Brasil e o povo brasileiro eram, a cada dia, mês, ano e década que passava, cada vez mais brasileiros”. Ver mais em: Correa (1878).

³⁴ Segundo Janotti (2005), a Balaiada foi uma revolta popular ocorrida na província maranhense, que se iniciou em 1838 e acabou em 1841, estendendo-se a várias cidades maranhenses, incluindo algumas do interior. A Balaiada surgiu em um contexto de emergência de um discurso das camadas sociais marginalizadas, de forte conteúdo social, e que permeava grandemente as fórmulas de protesto do discurso liberal, empregadas nos manifestos e proclamações revolucionárias. O fim do movimento foi marcado por traição, assassinatos, deserções, prisões e torturas, atestados nos relatórios firmados pelo presidente.

meio a uma população, em sua maioria, negra, a província vivenciou um movimento de construção da Atenas Brasileira, proliferando ideais e costumes ditados pela elite local. Tal profusão cultural e exaltação literária solidificou a alcunha dada à cidade de São Luís. Esta, a partir da designação de Atenas Brasileira, passaria a ser vislumbrada como um “lugar propício ao desenvolvimento das luzes e letras” (MARTINS, 2009, p. 290).

Essa representação do Maranhão como um lugar das letras acabou por fixar uma tradição inventada e promover uma maturidade do campo literário, colaborando com uma construção identitária nacional (BORRALHO, 2009). Isso se refletiu em um incentivo social e institucional às letras e à educação, além de ter favorecido o desenvolvimento da imprensa e de jornais literários, coletâneas, peças teatrais, valorizando a produção intelectual e cultural da cidade.

Além disso, na década de 1850, a cidade começou a desenvolver seus serviços públicos de infraestrutura urbana, como o abastecimento de água, a iluminação e os transportes. Estes serviços, até então disponíveis à elite política e econômica, culminaram em melhorias nos serviços públicos de lazer e entretenimento, como ocorreu com o Teatro São Luís (ABRANTES, 2013). Neste período, fundou-se, também, o Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Militar, livrarias, gráficas. Criou-se o Liceu Maranhense e o Colégio Nossa Senhora da Glória para o ensino particular das meninas. Foi realizado, igualmente, um investimento em sociedades literárias e na revalorização da Biblioteca Pública Provincial, a qual, no início de seu funcionamento, foi pouco procurada³⁵. Essa intensa mudança de infraestrutura esteve atrelada também ao clima de valorização das letras.

Portanto, em meados do século XIX, tanto a literatura quanto os literatos, historiadores, educadores e agentes ligados às letras eram bem vistos socialmente. Esses indivíduos ocupavam um lugar social definido, adquirindo funções específicas dentro do processo civilizatório instalado no país após a abdicação de D. Pedro I (FARIA, 2012). Afinal, esses agentes, “independentemente da origem social e situação econômica, tinham acesso ao estudo e à cultura letrada (jornais revistas, livros, teatros e etc) [...] destacando-se da imensa maioria de iletrados e excluídos que compunham a sociedade brasileira” (FARIA, 2012, p. 33). Assim, de acordo com Faria (2012), esse grupo de letrados, independentemente da sua condição financeira, por serem ligados às letras, gozavam de prestígio social – o que

³⁵ A Biblioteca Pública Provincial foi aberta ao público de São Luís em 3 de maio de 1831, contando, a princípio, com um acervo de 1.448 volumes, originários, em sua maioria, de doações. Ver mais em: Martins (2009, p. 464) e Marques (1970, p. 109).

lhes conferia importância para serem categorizados como “elite”³⁶.

Essa geração de intelectuais que estava ligada ao jornalismo na província seria, para Martins (2009), a responsável por uma sucessão de homens de letras incumbidos da construção da vida intelectual e literária maranhense. Estes atribuíam às letras uma função civilizatória, sob o pensamento de que a “literatura deveria servir como um instrumento de formação cultural e moral do povo, além de pedra fundamental na construção da nascente identidade nacional” (MARTINS, 2009, p. 595).

Em meio a esse contexto de construção e valorização das letras em São Luís, Maria Firmina dos Reis estreou como literata, em 1859. Desse modo, a trajetória de Reis na imprensa vai ao encontro da consolidação de um prestígio social dado aos literatos, bem como ao florescimento de gráficas, de sociedades literárias e artísticas, da inauguração de escolas. Tal fato, leva-nos a crer que, aos olhos da sociedade maranhense, Maria Firmina dos Reis, consolidada como poetisa maranhense durante a década de 1860, pode ter gozado de um prestígio social que a aproximou das classes mais abastadas, uma vez que a sociedade era estamental.

Ao aproximar as reflexões sobre Maria Firmina dos Reis das discussões propostas por Faria (2012), podemos pensar que, mesmo que a escritora trabalhasse para adquirir seu sustento e, financeiramente, não fosse qualificada como membro da elite, ela pode ter gozado desta titulação por ter firmado-se na sociedade como poetisa, detentora de um monopólio literário. Entretanto, é preciso destacar que a província maranhense era perpassada pela dinâmica da escravidão e, mesmo adquirindo prestígio social, muito provavelmente Reis enfrentou percalços em sua trajetória por ser negra, filha de mulher forra.

A autora cresceu como figura pública a partir de 1859, momento em que o Grupo Maranhense ainda atuava na sociedade, e, possivelmente, ela participou desse momento de valorização e efervescência cultural e intelectual no estado. Tal clima pode ter sido imprescindível na escolha de Maria Firmina dos Reis em adentrar no espaço literário, escrevendo livros e colaborando na imprensa periódica. Mediante as fontes, não temos como saber se, de fato, a autora maranhense participou ativamente do Grupo, já que a estreia literária de Reis deu-se nos anos finais da sua atuação. No entanto, há grandes chances de ela ter sido influenciada pelos literatos que compunham o Grupo Maranhense, haja vista que alguns de seus membros atuaram ao seu lado em periódicos, como veremos adiante.

³⁶ Para Regina Faria (2012), o conceito de “elite” denota não apenas o grupo que detém o poder político ou econômico, mas também pode abarcar outros campos. Nesse sentido, o grupo incluiria os letrados, visto que estes se destacavam da grande massa maranhense e gozavam de prestígio social.

Assim, a construção de cidade letrada, a instrução de Maria Firmina dos Reis, o esforço da família em seu processo educacional e o incentivo à literatura advindos dessa efervescência cultural, seu trabalho como professora pública e sua versatilidade na produção de conteúdos literários permitiram que a autora se destacasse na sociedade como mulher de letras.

Nesse sentido, esta seção procurou demonstrar as especificidades da província do Maranhão e da trajetória de Maria Firmina dos Reis, evidenciando como o entrelaçar destas especificidades ajudaram a moldar o contexto em que a autora viveu. Além disso, delineamos aspectos cruciais da vida de Reis que possibilitaram sua colaboração na imprensa do estado. Portanto, cabe agora tentarmos entender quem foi essa mulher e quais os papéis assumidos por ela na sociedade maranhense – mas sem deixar de ter em mente que essas condições da província do Maranhão possibilitaram a presença e a permanência da autora no universo das letras.

3 MARIA FIRMINA DOS REIS: FACES DA MESMA MOEDA

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher que, além de professora pública, aventurou-se no universo literário, produzindo diversas obras, atuou na imprensa, como colaboradora, e compôs músicas e poesias. Para entendermos melhor quem foi essa mulher de letras maranhense, é preciso navegar pelas várias facetas da escritora, a fim de compreender as subjetividades e intencionalidades na construção de sua trajetória na imprensa.

A proposta desta seção é pensar quem foi Maria Firmina dos Reis e, para realizar tal tarefa, é necessário analisar aspectos biográficos da autora, bem como esboçar as principais conquistas que ela alcançou no decorrer de sua vida. Assim, dimensionar sua trajetória ajuda-nos a perceber os aspectos que moldaram a existência dessa mulher.

Em um primeiro momento, discorreremos sobre textos autobiográficos deixados por Maria Firmina dos Reis e, a partir deles, podemos problematizar o seu olhar sobre si mesma, captando vislumbres de sua vida privada. Essa análise permite entendermos também a intencionalidade de seus escritos. Em seguida, debruçamo-nos sobre a faceta de professora pública, função esta que Reis exerceu durante toda a vida, até sua aposentadoria. Neste ponto, traçamos sua trajetória docente e examinamos como tal trabalho impactou, ou não, em sua caminhada na literatura.

Por fim, analisamos Maria Firmina dos Reis como mulher de letras. Afinal, pensar sua vivência em um contexto de exaltação da literatura torna-se necessário, haja vista que ela tornou-se uma literata em seu tempo. Tendo em mente as facetas da autora, podemos problematizar as estratégias utilizadas por ela para conseguir trilhar um caminho na imprensa maranhense.

3.1 UM OLHAR SOBRE SI A PARTIR DO *ÁLBUM*

“Bem, compreendeis o que é um álbum – são as páginas d’alma escritas ora com sangue, outra hora com lágrimas; nunca animadas por benéfico sorriso. Amor ou desesperança – saudade, ou dor, eis o que ele significa” (REIS, [1869?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [155?]). A presente citação pertence ao *Álbum*: um compilado de fragmentos escritos deixados por Maria Firmina dos Reis. Tais textos foram publicados na biografia da autora escrita por José Nascimento Morais Filho (1975). Na citação acima, Reis já adianta que aqueles textos tratariam de sua vida privada, dizendo respeito à sua intimidade e às situações que atingiram a sua vida no Oitocentos.

O conteúdo encontrado no *Álbum* transita pelo campo da memória, contendo trechos em que a autora expôs eventos de sua vida, perpassando o campo autobiográfico, ao descrever a si mesma. Portanto, podemos pensar esse compilado como uma fonte híbrida, que reúne memória, autobiografia e conta ainda com intervenções de outras pessoas. Esses fragmentos do *Álbum* apresentam uma voz unilateral, carregada de ressignificações e intencionalidades. Isso porque, ao longo de suas páginas, a construção dos textos é marcada por uma organização e certa intencionalidade da autora. Essa característica, porém, não é exclusiva de Maria Firmina dos Reis, uma vez que muitos diários, por exemplo, apresentam essa característica, evidenciando uma percepção da realidade marcada pela subjetividade.

É possível analisar o *Álbum* dentro de uma conjuntura em que práticas de escrita vinham acontecendo no século XIX na esfera doméstica³⁷. Nesse aspecto, Pinsky e Luca (2009) comentam que os diários pessoais foram, por muito tempo, desconsiderados pelos historiadores. Contudo, a partir da década de 1980, devido à revalorização do indivíduo, os diários tornaram-se documentos valiosos para a compreensão de vidas cotidianas de determinada época, já que a “história não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história” (RAGO, 1995, p. 81).

Assim, tanto os diários quanto cartas e testemunhos ocupavam um lugar de “representações dos sujeitos e das relações de gênero a partir dos [...] indícios variados produzidos e deixados pelas próprias pessoas das quais eles falam” (TILLY, 1994, p. 178). Isso porque eles partem de subjetividades dos(as) autores(as), presentes nos registros deixados. Portanto, o *Álbum* precisa ser pensado a partir da intencionalidade dos assuntos descritos, pois, segundo a própria Maria Firmina dos Reis, foi fruto das experiências de vida que a marcaram.

Segundo Le Goff (2006), o documento histórico é produto de uma construção. Assim, sem perder de vista esse fato, consideramos o *Álbum* uma fonte importante para dimensionar a vida privada de Reis. Buscamos pensá-lo como Neves e Pinto (2002) propõem: como uma fonte de informações que diz respeito a uma realidade externa aos textos, tal qual os diários,

³⁷ Variados pesquisadores estão debruçando-se sobre essa temática voltada para os diários de mulheres oitocentistas. Citamos, como exemplo, a tese de Ludmilla Maia (2016), que analisa os diários e os textos deixados por Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta, no século XIX. A questão central da pesquisa de Maia é pensar as influências do fato de serem mulheres nas experiências das escritoras e viajantes Nísia e Adèle. Já o texto de Anne McClintock (2003), denominado *Couro imperial*, busca, através dos diários de Hannah Cullwick, analisar a relação sadomasoquista de um casal vitoriano. Além disso, partindo desses diários, McClintock traz questões referentes a mobilidade de classe e às várias negociações que sua autora realizava.

porém, levando em conta suas especificidades – visto que esses artefatos visam a semelhança com o verdadeiro.

Como já destacamos, essa fonte está carregada de intencionalidades, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de leitura futura. Isso pode ser confirmado através de um registro deixado por Maria Firmina dos Reis no ano de 1874: “Mas, se o meu álbum, em algum dia, depois de minha morte, puder merecer a atenção de alguém ele levará a posteridade o nome de uma pessoa estimável como era Vicente Cabral” (REIS, [1874?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [165?]).

Tal citação nos faz questionar a produção do *Álbum* e sua possível construção visando um lançamento posterior. Assim, tudo o que está contido em tais escritos parte de um objetivo e é estruturado a partir dele, o que nos faz pensar no porquê da autora escrever tais coisas visando a posteridade. De alguma forma, Reis tinha percepção do lugar ocupado por ela, que era de difícil acesso para mulheres e, principalmente, para mulheres negras e pobres. Por isso, o fato da autora ter colocado uma autobiografia no *Álbum* corrobora a hipótese de uma intencionalidade de transmissão de seus registros para as gerações seguintes e para a história.

Apesar disso, Maria Firmina dos Reis não foi uma curva fora do caminho. De acordo com Maia (2016, p. 17), “ao contrário do que se pensava, o Oitocentos estava cheio de mulheres educadas e intelectualizadas que escreviam em diversas partes do globo, inclusive no Brasil, ainda que a maioria das mulheres não fossem escritoras ou alfabetizadas”. Desse modo, os diários pessoais da escritora auxiliam no entendimento dessa atmosfera social em que a circulação e a produção intelectual femininas eram uma constante.

Para Maria Firmina dos Reis, o *Álbum* significava um espaço para registrar, em forma de texto ou poesia, eventos que marcaram sua vida privada. Em suas palavras: “os nomes daquelas pessoas que nos são gratas, que nos inspiram simpatia que nos cobram sincera amizade deve escrever-se aqui” (REIS, 1872, apud MORAIS FILHO, 1975, p. [168?]). Fica evidente, desse modo, que, para além de um diário, o *Álbum* serviria como uma ferramenta para apresentar ao leitor pessoas e ocasiões consideradas importantes pela escritora maranhense.

Sobre sua estrutura, constam cerca de trinta páginas escritas e diariamente organizadas. Segundo Luiza Lobo (1993, p. 230), “o *Álbum* parece ter forma originalmente entrecortada, descontínua, parecendo apresentar páginas perdidas”. De fato, é dessa forma que o agrupamento apresenta-se, tendo alguns trechos desconexos. Nesse aspecto, Moraes Filho (1975) informa que, durante seu esforço de reunir os textos de Reis, o filho adotivo da escritora, Leude Guimarães, teria sido roubado, tendo algumas páginas do *Álbum* sido levadas

na ocasião.

Entretanto, o *Álbum*, mesmo que apresente páginas perdidas e lacunas temporais, permite-nos vislumbrar uma percepção de si de Maria Firmina dos Reis e “aproveitar as informações esparsas por ele fornecidas, ou ainda ler nas entrelinhas os silêncios impostos ao texto por seu autor, para complementar as fontes oficiais ou não, e assim de algum modo responder às suas indagações sobre o passado” (MOREIRA, 1996, p. 183).

Este compilado foi escrito entre os anos de 1853 a 1903³⁸. Ao longo dos trechos, torna-se clara a postura da autora de compartilhar informações seletivas de sua vida, pois não há menção à sua função como professora ou ainda como literata. Portanto, Reis escolheu apresentar fragmentos de sua vida íntima e de pessoas que participavam de seu ciclo social. Tal característica, novamente, não foi exclusiva de seu trabalho, pois, segundo Williams (1989), escritos autobiográficos escondem intenções subjetivas, não havendo relato livre de desejo, de imaginação. Um exemplo da seletividade do *Álbum*, exposto pela própria autora, é o registro apenas eventos e pessoas que, de alguma maneira, marcaram sua vida: “Aqui neste livro íntimo [...] a quem tenho confiado os mais ardentes e os mais profundos sentimentos de minha alma” (REIS, [1872?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [168?]).

O *Álbum* conta com uma lacuna de dois anos, 1870 – 1872. Sobre isso, Maria Firmina dos Reis reflete: “há dois anos que te abandonei meu pobre Álbum. Por quê? Não te direi hoje [...]. Sou uma desditosa escrava da sorte, uma mísera poetisa [...]. Não te posso cantar: guardo, porém, a tua lembrança” (REIS, [1872?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [166?]). Esta passagem, portanto, confirma seu afastamento da escrita, mas não explicita suas causas. Fora esse período, na década de 1870, não encontramos outras grandes lacunas em seus fragmentos.

Vários fatores podem ter sido responsáveis pelo distanciamento de Maria Firmina dos Reis da escrita do *Álbum*. O mais provável é que, como no ano de 1871 estava sendo lançado *Cantos à beira-mar*, talvez aquele momento de afastamento possa estar ligado à produção de sua antologia. O motivo poderia ainda estar vinculado ao fato de Reis possuir, à época, um número alto de alunas. Dentre as outras hipóteses está, por exemplo, o contexto social de intensa movimentação política em torno da Lei do Ventre Livre e seus desdobramentos na sociedade maranhense. Ou ainda o fato de, no ano de 1870, ter falecido Belarmino de

³⁸ Não se sabe ao certo a datação precisa dos escritos de Reis compilados por Morais Filho, pois, segundo Leude Guimarães, só restaram, após o roubo, as páginas apresentadas no *Álbum* (MORAIS FILHO, 1975).

Mattos³⁹, dono da tipografia que imprimiu *Úrsula* e outros periódicos para os quais Maria Firmina dos Reis colaborou. De fato, não temos como saber a causa exata, visto que esta não foi apresentada nos textos da escritora, mas os eventos supracitados podem ter impactado sua vida a ponto de motivarem seu afastamento do *Álbum*.

Os primeiros escritos dessa mulher de letras datam de 9 de janeiro de 1853, com a poesia *Uma lágrima sobre o túmulo*⁴⁰. Nela, há uma exposição do sentimento de perda, advindo da morte de sua mãe.

Oh! Sim!... E para sempre escondida aquela que eu tanto amara!... Eu chorava... No silêncio da noite, minha dor, tocava a desesperação ... o Mar desbobrava-se a meus pés, - as estrelas cintilavam, sobre minha cabeça, - a viração andava em torno de mim. Deus se me revelava em cada um daqueles objetos. Oh! Eu amo a Deus porque Ele é justo, - santo – e onipotente (REIS, 1872 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [166?]).

Por conseguinte, os últimos escritos compilados pelo biógrafo de Maria Firmina dos Reis, Moraes Filho (1975), datam 11 de setembro de 1903: um fragmento sobre a chegada da escritora no Pará. Notamos, assim, que o conteúdo abarcado pelo *Álbum* vai além de poesias e registros autobiográficos, mas também perpassa eventos corriqueiros da vida privada da escritora ao longo dos anos. Nesse sentido, ela discorre também sobre pessoas próximas, informando, inclusive, a morte de algumas delas. Isso demonstra uma prática mais livre na realização de seus registros, tal qual aquela encontrada em diários (MOREIRA, 1996). Ademais, reforça o caráter seletivo de sua escrita na exposição, ao público leitor, de trechos, situações e pessoas que fizeram parte de sua vida.

Além disso tudo, Maria Firmina dos Reis apresentou uma escrita de si, a partir de um texto autobiográfico intitulado *Resumo de minha vida*, em junho de 1863. Segundo Ângela de Castro Gomes, esse tipo de escrita:

Assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” [...] que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria (GOMES, 2004, p. 15).

Evidenciamos que a escrita de si realizada pode revelar aspectos da vida íntima e

³⁹ Belarmino de Mattos (1830 - 1870). Aos dez anos, começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Temperança de Manuel Pereira Ramos d’Almeida. Em 1863, abriu sua própria oficina tipográfica. Fundou, juntamente com outras pessoas, a Associação Tipográfica Maranhense. Ver mais em: Costa (2013, p. 79 e 80).

⁴⁰ Não sabemos ao certo se esta foi uma das primeiras coisas escritas por ela, mas trata-se, no compilado de Moraes Filho (1975), da primeira publicação do *Álbum*.

privada de quem escreve. Isso nos permite entender a fonte a partir de sua subjetividade, sem perder de vista a ideia de construção que ela faz de si mesma. Por isso, é importante destacar a forma com que Maria Firmina dos Reis olhava para si, descrevendo sua trajetória e suas características físicas na primeira pessoa do singular. Esse fato leva-nos a crer que havia, de fato, uma postura assumida de intenção de leitura posterior, principalmente devido ao título do texto ser *Resumo de minha vida*. Assim, fica o questionamento, qual a intenção de fazer um resumo de sua vida? Seria para compartilhar com outros?

O *Resumo de minha vida* foi dividido em três seções, nas quais a autora descreveu passagens de sua infância e adolescência, informando ao leitor características físicas, bem como fragmentos de seu tempo de criança, representando a si mesma. Neste aspecto, Pinsky e Luca (2009) apontam que estes são meios privilegiados de acesso a atitudes e representações do sujeito. De tal modo, ao descrever a si própria, a autora reforça a construção de uma imagem de si.

Em seu texto, Maria Firmina dos Reis apontou: “de uma compleição débil, e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica” (REIS, 1863 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [155?]). O fragmento permite visualizar a forma com que a escritora colocava-se para o leitor, descrevendo-se como uma pessoa tímida e frágil, fornecendo informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto, prática esta encontrada em escritos autobiográficos (LEJEUNE, 2008)

Ainda no *Resumo de minha vida*, Reis afirmou: “Vida! Bem penosa me tens sido Tu! [...] eu não aborreço os homens, nem o mundo, mas há horas, e dias inteiros, que, aborreço a mim própria” (REIS, 1863 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [157?]). Aqui, a autora procurou enfatizar as agruras de sua vida e o fato de que não aborrecia ninguém sobre seus sofrimentos. Destacamos que muito desse sofrimento pode estar relacionado com a sua condição social, a cor de sua pele ou a maternidade biológica, por exemplo, elementos que podem ter contribuído para que ela considerasse sua vida penosa. Em outro trecho, lemos: “Que me resta pois? Uma mãe querida e terna, uma irmã desvelada e carinhosa. Ajudada por elas arrastarei o peso desta existência até despenhar-se na sepultura” (REIS, 1863 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [157?]). Com isso, fica nítida a reafirmação e descrição de uma vida difícil, compartilhada com sua mãe e sua irmã, Amália Augusta dos Reis.

Em todo o texto *Resumo de minha vida*, a autora procurou relatar momentos da passagem da infância para a adolescência, como no trecho a seguir: “da minha melancolia infantil, passei insensivelmente a um meigo olhar inocente de felicidades. Ah! Por que tão depressa fugiste. Ah! por que fugiste idade única da vida” (REIS, 1863 apud MORAIS

FILHO, 1975, p. [155?]). É interessante pensar que este texto procurou fazer um apanhado geral de como se deram essas etapas de sua vida, demonstrando também momentos específicos da passagem para a vida adulta e atestando ao leitor trechos que ela desejou compartilhar que, de certo modo, moldaram-na. Esses pontos assumem a posição de uma realidade experimentada e construída pela própria escritora.

O *Álbum* também contém fragmentos dos lugares que a autora frequentava. Por meio destes trechos, podemos problematizar a sociedade na qual Reis estava inserida e, mais ainda, entender como ela era enxergada pela escritora. Pensando nessa circulação e sociabilidade de Maria Firmina dos Reis, no texto *O que é a vida?*, datado de junho de 1873, a escritora nos dá um vislumbre da sociedade, expondo um cenário de festas e costumes locais.

O que é a vida? Será acaso a vida o respirar, o sorrir no trocar de cumprimentos banais e quantas vezes frívolos...o banquetear com aparatosa regularidade, com suntuoso luxo dos amigos [...] Ou será então o deslumbrante, e sedutor aspecto de um salão dourado, [...] Ou será a vaidade satisfeita pela posse de um rosto que a natureza adornou com a perfeita formosura dos anjos (REIS, 1875 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [163?]).

Ao misturar o público e o privado, a autora discorre sobre o exterior e os lugares em que circulava, o que inclui aqueles considerados luxuosos, questionando, assim, se a vida seria apenas uma frivolidade social. É interessante destacar que Maria Firmina dos Reis refere-se ao “suntuoso luxo dos amigos”, deixando evidente uma demarcação de classe ao afirmar que o luxo era apenas dos amigos. Contudo, como a autora conseguiu circular por tais espaços? Estaria a resposta baseada no *status* de literata assumido por Reis? Afinal, como vimos, a literatura conferia, em São Luís, prestígio social a quem se dedicava às letras, havendo o “hábito de se reunirem pessoas de alta condição social e parte da intelectualidade” (DUARTE; PAIVA, 2009, p. 13).

Além disso, os saraus de poesias funcionavam “como espaço de socialização intelectual e criação de redes [...] uma forma de alcançar certa visibilidade intelectual, de discutir, de participar da “conversa” (DUARTE; PAIVA, 2009, p. 14). Ou seja, a presença de Maria Firmina dos Reis em tais locais poderia estar ligada à sua trajetória literária. Assim, o prestígio social adquirido com as letras poderia estar associado a estes ambientes de socialização intelectual.

Esse trecho de *O que é a vida?* mostra-nos nuances dos comportamentos sociais e regras de boas maneiras da época, além de narrar um pouco das sociabilidades maranhenses. Estas apresentavam uma imagem da espontaneidade e da revelação da intimidade, remetendo para o jogo sutil entre o público e o privado, entre o íntimo e o ostensivo (PINSKY; LUCA,

2009).

Em outros trechos, Maria Firmina dos Reis relata alguns costumes sociais, como, por exemplo, em *Lágrimas num baile*, escrito em 1873. Nele, a escritora narra sua participação em uma reunião e, ao descrevê-la, apresenta ao leitor questões que iam além do exterior. Neste contexto, ela tece reflexões em relação ao que se apresentava no espaço público e no espaço privado: “Ontem eu assistia uma pequena, mas bem animada reunião. Valsavam os pares alegres, e risonhos: mas no fundo dos corações, quanto fel, quanta amargura! A máscara do rosto, quantas vezes encobre um vértice de dores, e de desesperanças” (REIS, 1875 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [163?]).

Acerca desse período do século XIX, tanto Abrantes (2013) quanto Martins (2009) afirmam que era comum a organização de eventos, como peças e saraus musicais e literários, apresentados por companhias líricas. Essas ocasiões eram regadas à ostentação, exibida, principalmente, em bailes, recepções familiares e festas religiosas. Assim, o trecho descrito por Maria Firmina dos Reis aparece como representação de uma sociedade que participava de uma animada reunião, sendo, contudo, criticada pela autora pelas aparências de tal evento. Nota-se que, ao descrever a reunião social, Reis indica tratar-se de um costume do período, principalmente de pessoas mais abastadas e afeitas à suntuosidade.

O fato dessa mulher ter sido uma professora pública e ter participado desses ambientes reforça o seu trânsito pelos diversos segmentos sociais. Além disso, o relato expõe que tais ambientes valorizavam a socialização de literatos, pois,

[...] os salões foram importantes para a vida literária brasileira e também para o lento processo de aceitação da mulher no espaço público, uma vez que foi este uma espécie de espaço semipúblico pelo qual a mulher abriu caminho para o convívio intelectual (DUARTE; PAIVA, 2009, p. 13).

Ao longo desses registros, visualizamos alguns aspectos do cotidiano maranhense pelo olhar de Maria Firmina dos Reis. Torna-se explícito também que a maranhense circulava por inúmeros espaços de sociabilidades, visto que, enquanto professora pública e literata não pertencente à elite maranhense, conviveu com pessoas de variados âmbitos sociais. Por conseguinte, os fragmentos descritos também nos permitem visualizar os laços dessa autora, bem como os costumes e comportamentos sociais representados pela sua pena na segunda metade do século XIX.

Se até aqui tratamos da visão de Reis sobre si e sobre a sociedade, a partir de agora abordaremos outras temáticas da vida privada dessa maranhense, contidas no *Álbum*. O temas presentes em seus registros dizem respeito às experiências vividas e descritas ao longo de

muitos anos, como, por exemplo, as temáticas da maternidade e da velhice experienciadas pela autora.

O século XIX “sacramentou a imagem da mulher-mãe e do amor maternal como um instinto natural no sexo feminino” (ABRANTES, 2013, p. 77). Nesse sentido, o “ser mãe” era algo esperado e exaltado pela sociedade (HAHNER, 1981). Dentro dessa conjuntura, Maria Firmina dos Reis, mesmo não possuindo filhos biológicos, vivenciou experiências maternas por meio de seus filhos “de consideração”. Sobre eles, ela afirmou: “a todos os meus filhos, amo-os” (REIS, [187?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [157?]).

A primeira experiência materna de Reis foi registrada por volta de 1862/1863, quando ela começou a destacar-se na imprensa maranhense. Naquele momento de sua vida, a literata recebeu uma criança para cuidar, sobre a qual escreveu: “Renato – creio que assim se chamará o pequeno órfão que recebi” (REIS, 1863 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [157?]). Essa primeira vivência acabaria muito cedo, pois logo depois encontramos o seguinte fragmento: “Renato! Renato, meu filho adotivo, meu pobre anjinho, já não existes! Que fatalidade, meu Deus! É duro ver-se morrer aquela a quem se dedica afeição quase materna. [...]. Perdoai-me senhor: mas me criaste tão fraca, tão sensível a dor!! Saudades” (REIS, 1863 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [157?]).

Aqui, vemos Maria Firmina dos Reis relatar o impacto que a presença deste bebê teve em sua vida, deixando marcas. Sobre essas noções, Moreira (2002) indica que diferentes grupos e camadas sociais manifestavam de maneira particular o conhecimento das noções de maternidade, ora confirmando-as, ora transgredindo-as para dar espaço a novas construções. No caso da autora, essa experiência materna a impactou de tal modo que ela colocou-se como mãe adotiva e, ao descrever a morte da criança, expôs todo o seu sofrimento.

Em outras passagens do *Álbum*, a autora menciona o nascimento de outras crianças que considerava como seus filhos. É o que caso do seu relato sobre o nascimento de Leude, em 12 outubro de 1883 e de Vanda, Zuzu e Oton, nascidos em 1887. Assim, mesmo não tendo confirmado a maternidade através do casamento, Firmina dos Reis vivenciou experiências que a marcaram a ponto de escolher compartilhá-las em seu *Álbum*.

Além dos filhos de criação, a escritora mencionou, em 3 de fevereiro de 1864, que foi madrinha de uma menina chamada Maria, filha de sua amiga Guilhermina, escrava de sua tia. Este evento teria ampliado o laço parental entre as duas através do compadrio. Segundo Gisele Quirino (2010, p. 1), “o compadrio não é necessariamente uma relação entre iguais, expressa a hierarquia social, mas também pode diminuir as distâncias dos que nele se encontram ligados”. Tendo isso em vista, o apadrinhamento de Maria, além de reforçar os

laços de reciprocidade da autora com Guilhermina⁴¹, pode ter gerado também uma experiência maternal.

Outro caso de apadrinhamento, mencionado no *Álbum*, ocorreu em 25 junho de 1878, quando Maria Firmina dos Reis foi madrinha de casamento. No trecho, podemos ler: “Casou os afilhados D Amélia dos Santos Cordeiro com Jerônimo H. F. Cordeiro” (REIS, 1878 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [170?]). Sobre esses apadrinhamentos, Franco (1983, p. 79) diz que há um “componente de dominação existente nos laços entre padrinho e afilhado”, gerando uma hierarquia entre os envolvidos.

A partir disso, podemos pensar que tal hierarquia poderia ser aplicada às relações de apadrinhamento de Maria Firmina dos Reis, ocasionando, assim, uma espécie de laço, alicerçado em aspectos maternos de respeitabilidade e apoio. Dessa forma, tais vínculos podem ter feito com que a autora maranhense vivenciasse a maternidade, mesmo que de modo não tradicional, como legitimado socialmente. Essas relações, ao que tudo indica, foram importantes para a literata, visto que ela decidiu destacá-las no *Álbum*.

Por fim, um dos últimos textos do *Álbum* compilados por Moraes Filho foi aquele escrito em 1903, denominado *Lágrimas da Velhice*. Nele, a poetisa afirma sua tristeza e solidão, intensificadas com a velhice.

Essa lágrima é o resumo de quanta dor na vida, de quanta amargura nos punge a alma, de quanta mágoa nos dilacera a alma! Essa lágrima, que a dor espreme na âmbula de quanta dor o mundo oferece. Oh! Essa lágrima vertida na solidão, escondida a todos; porque ninguém comove - como-a lousa de um sepulcro - árida como um deserto - triste, e lúgubre como o som de um sino gemendo um morto que a terra vai fazer desaparecer para sempre! (REIS, 1903 pud MORAIS FILHO, 1975, p. [177?]).

Neste trecho, já podemos perceber a fala da poetisa com relação à velhice, marcada por sua solidão na sociedade maranhense. Além disso, ela apresenta ali um resumo de sua vida, a qual, teria sido de muita dor. Assim, Reis evidencia um olhar que construiu sobre si mesma em torno da representação da velhice, uma visão, que reiteramos ser pautada na solidão.

Outro elemento que merece destaque no *Álbum* são as intervenções de textos escritos por outras pessoas. Estes acabam por reforçar que os poemas encontrados nessa obra partiram do desejo da autora de compartilhar com o leitor os atores sociais que participaram de sua vida. Destacamos, a seguir, a existência de três intervenções diferentes, todas realizadas por

⁴¹ De acordo com o *Álbum*, Maria Firmina dos Reis e Guilhermina eram amigas próximas, sendo que a primeira dedicou à Guilhermina um poema por ocasião da sua morte (MORAIS FILHO, 1975).

vozes masculinas.

A primeira interposição diz respeito a um poema dedicado a Maria Firmina dos Reis, intitulado *Uma saudade - No álbum da Exm^a Snr^a D.M.F.R.*, sem data. De acordo com as informações contidas no *Álbum* e na biografia de José Nascimento Morais Filho, ele teria sido escrito por Raimundo Marcos Cordeiro, um amigo da família. No poema, lemos:

[...] Nestas folhas perfumadas,
Pelas rosas desfolhadas
Dos teus cantos de amizade,
Deixo um – adeus magoado,
Todo de pranto banhado,
No teu álbum, -uma saudade! (REIS, 1869 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [161?])

Em tal trecho, podemos notar um ar de despedida entre os amigos. Luiza Lobo, em *Auto-Retrato de uma pioneira abolicionista*, sugere que esse poema revela “toda a reverência respeitosa por alguém cujo amor seria impossível, quer pela classe social, quer pela raça, quer pela idade” (LOBO, 1993, p. 234). Contudo, não temos como dizer, baseados apenas no *Álbum*, que, de fato, existiu algo entre os dois. O que foi compartilhado com o público leitor foi apenas que existia uma amizade e um saudosismo diante da partida do amigo em questão.

Outro poema, intitulado *A mocidade – a minha Mamaia M. F. dos Reis*, de autoria de Oton F. Sá, é datado de 20 de novembro de 1903. Oton era considerado como um filho adotivo por Maria Firmina dos Reis, e tal aproximação fica evidente no título dado ao poema. Em um trecho deste, ele declara:

[...] Vós sois a sá lembrança dos júbilos passados,
Daqueles que a velhice cobriu com seus palores.
E galgam com os folguedos, ridentes, perfumados, de vossa mocidade repleta de esplendores [...] (REIS, 1903 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [177?]).

Aqui, notamos uma exaltação e uma rememoração presentes no poema, mas também certo orgulho por parte do seu autor. Tal texto ajuda-nos a pensar a vida de Firmina dos Reis por outros olhares, sobretudo, aqueles pautados pelas pessoas que estavam ao seu redor. Nesse sentido, observamos como a caminhada de Reis, principalmente para Oton F. Sá, foi digna de orgulho.

Por fim, a última intervenção no *Álbum* pertence a Plautino Lima. A partir dos escritos deixados, não temos como saber a relação dele com Maria Firmina dos Reis. Entretanto, seu poema difere dos outros, pois apareceu publicado no *Diário do Maranhão*, no dia 22 de junho

de 1893.

[...] Que mais quereis então, Senhora? Que pedis?
 No vosso belo álbum tão rico de fulgor
 Quereis por entre o brilho de tão mimosas pérolas,
 Eu deite ousadamente a mais humilde flor? [...] (REIS, 1893 apud MORAIS
 FILHO, 1975, p. [179?]).

É interessante refletir que, neste poema, em específico, vemos um elogio ao *Álbum*. Esse fato permite-nos pensar que tal registro não se encaixava totalmente na descrição de um documento privado. Ao que tudo indica, algumas pessoas tinham conhecimento de sua existência, ajudando, assim, a compô-lo. Além disso, o fato do poema em questão ter sido publicado na imprensa evidencia que a sociedade passou a ter conhecimento da existência de tal *Álbum*, reforçando questionamentos acerca da natureza do documento – se ele era ou se tornaria público em algum momento.

Tudo isso acaba por validar, mais uma vez, a hipótese de que havia uma intenção, por parte de Reis, de compartilhar aquela obra com as pessoas e/ou as gerações futuras. Afinal, nas intervenções dos fragmentos deixados pela escritora, evidenciam-se pessoas que fizeram parte de sua vida, mostrando a importância que esses textos tiveram, pois foram escolhidos para fazer parte do registro. Assim, o *Álbum* extrapola sua estrutura, tornando-se uma fonte que nos ajuda a ter uma percepção da história que Maria Firmina dos Reis desejava contar.

Além disso, é necessário olharmos também para os silenciamentos impostos pelo *Álbum*. No ano de 1861, corria na imprensa a notícia que João Clímaco Lobato lançaria um romance chamado *A Virgem da Tapera*. Segundo Antônia Souza (2017), na ocasião, foi noticiado que a obra fora dedicada à Maria Firmina dos Reis. Tal fato não foi mencionado em seu *Álbum*, mesmo tendo aparecido na imprensa do período.

Assim, na edição nº 49, de 1 de março de 1862, do jornal *Publicador Maranhense* (1862), lemos: “ROMANCE – Acaba de sair dos prelos do Sr. Ramos de Almeida o romance original – *A Virgem da Tapera* – composição do Sr. João Clímaco Lobato, oferecido a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis”. Tal dedicatória foi encarada por Souza (2017) como uma estratégia para dar maior visibilidade à obra, uma vez que figurara as primeiras páginas do jornal, ao invés das últimas, nas quais se situavam comumente esses anúncios.

Entretanto, é importante destacar que, nas fontes, não encontramos nenhuma outra dedicatória do romance à Maria Firmina dos Reis e, nesta pesquisa, o nome de Lobato não foi encontrado como diretamente ligado aos periódicos nos quais a literata colaborava. Contudo, o fato pode ter contribuído, de alguma forma, para um maior reconhecimento da literata, pois, *A Virgem de Tapera* foi vendida na mesma tipografia que *Úrsula*, escrita por Maria Firmina

dos Reis. Além disso, as duas obras foram anunciadas no *Publicador Maranhense*, ou seja, os romances de Lobato e Reis também circularam no mesmo período.

Não sabemos as causas da não menção deste episódio no *Álbum*, mas a mais provável é que seu objetivo era registrar passagens da vida privada de Maria Firmina dos Reis, e a dedicatória à *A Virgem de Tapera* fora algo público, noticiado pela imprensa. Este fato é um exemplo de como o *Álbum* apresenta-se como documento unilateral e ambíguo, em que sua escrita pessoal revela-nos todo um mundo construído a partir da própria visão da autora maranhense. Esta perspectiva, reiteramos, foi baseada em uma seletividade com relação aos assuntos que marcaram sua vida e à lembrança de pessoas que passaram por ela.

A partir de tudo o que foi apresentado, consideramos que o *Álbum*, escrito por Maria Firmina dos Reis, foi um espaço dedicado ao exercício da escrita, construído a partir do olhar da autora e das pessoas que marcaram sua vida. Assim, o *Álbum* torna-se uma fonte importante para a percepção da autora sobre si mesma. Nesse sentido, a análise dos seus escritos nos permitiu adentrar a vida privada de Reis, mesmo que de forma limitada, vislumbrando momentos de sua intimidade que ajudaram a moldar sua trajetória. Por meio do *Álbum*, enfim, procuramos entender melhor quem foi Maria Firmina dos Reis pela sua própria pena e seu próprio olhar.

Notamos que a professora pública e poetisa circulou por vários espaços sociais, lidando com diferentes segmentos da sociedade maranhense. Mesmo tendo convivido com pessoas da elite, ela manteve relações com escravizados e libertos, possuindo amigos e redes de sociabilidades neste meio. Contudo, no que diz respeito a assuntos ligados à escravidão e às questões raciais, houve um silenciamento por parte da autora, haja vista as poucas menções a este tema no *Álbum*.

Tal silenciamento de questões pertinentes, que circundaram e impactaram a vida da escritora, necessita de uma análise mais acurada, uma vez que a sociedade maranhense era composta, em sua maioria, pela população negra. Considerando este silenciamento, buscamos, a seguir, pensar como a escravidão e a questão racial refletiram na vida desta mulher de letras.

3.2 RELAÇÕES RACIAIS: UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL POR MEIO DA TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Nos dias atuais, tanto a trajetória quanto as obras de Maria Firmina dos Reis vêm ganhando destaque na sociedade brasileira, sendo a autora considerada a primeira romancista afro-brasileira. A maranhense ocupa hoje lugar de destaque social, principalmente por ter sido

uma literata negra. Como já vimos, muito desse reconhecimento deu-se por causa dos esforços de movimentos negros e de uma conjuntura contemporânea de valorização de agentes negros na história.

Nos tempos em que Reis escrevia, como já mencionado, as estratificações sociais baseadas na cor tornavam-se cada vez mais misturadas, pois existia uma multiplicidade de pessoas libertas, cafuzas, mulatas. No que diz respeito à escritora, constata-se que ela, como filha de forra, ocupava uma posição de mulher negra livre.

A autora não deixou nenhuma foto ou descrição de suas características físicas, entretanto, seu biógrafo, Moraes Filho, reuniu testemunhos de pessoas próximas que a descreveram. De acordo com esse material, Maria Firmina dos Reis possuía

[...] rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, [era] meã (1,58, pouco mais ou menos), morena (MORAIS FILHO, 1975).

No Maranhão oitocentista, tanto a escravidão quanto a cor forneciam distinções fundamentais para a sociedade (ASSUNÇÃO, 2015). Deste modo, a cor de Maria Firmina dos Reis tornou-se um indicador de estratificação social: em função dela, a autora, como a grande maioria negra no período, enfrentou discriminações e problemas.

No cotidiano, Reis conviveu com a instituição da escravidão e as consequências deste sistema. Como mulher negra livre no século XIX, pôde ocupar e permanecer em espaços que, até então, estavam vedados à presença negra, principalmente a feminina. Cercada por essas experiências, a literata resolveu compartilhar e discutir esses temas em seu romance *Úrsula* (1859) e seu conto *A Escrava* (1887), promovendo críticas ao sistema escravista. Este esforço crítico, de uma forma geral, foi “constante nessa província e encontrou distintas formas de reprodução, sempre relacionadas a peculiaridades do Maranhão imperial” (COSTA, 2018, p. 255).

Assim, de maneiras diferentes, estes dois trabalhos discorrem sobre a escravidão e a agência negra. Em *Úrsula*, o tema é tratado de forma secundária, enquanto, no conto, a autora traz à luz, como questão central, os males advindos do sistema escravista. Entretanto, ao analisarmos as suas contribuições aos jornais e mesmo nos textos deixados no *Álbum*, Maria Firmina dos Reis pouco trata de questões ligadas a esse assunto.

Não se sabe as causas da discussão de tais temas apenas nos romances e contos, entretanto, o silêncio sobre o assunto em outras produções pode ser problematizado, sobretudo se pensarmos a partir da perspectiva de que Reis estava cercada por experiências

negras. No *Álbum*, poucas foram as menções à escravidão ou aos escravizados, o que causa um estranhamento. Afinal, a autora tinha proposto tratar da sua vida privada ali, mas não mencionou sua convivência com escravizados e livres.

Segundo Orlandi (1995), os silenciamentos encontrados em diários, autobiografias e outros é uma categoria que não estaria apenas ligada à coação e à escolha. Não se trata de “estar em silêncio”, mas de “pôr em silêncio”. Dessa maneira, toda notícia compartilhada com o leitor é baseada em um desejo, em uma subjetividade. E muito do que não está no texto também nos ajuda a pensar questões relacionadas à vida da pessoa que deixou os registros.

Existe um único registro, em 1887, sobre a liberdade concedida a uma mulher escravizada. Neste, Maria Firmina dos Reis afirma que: “Porfíria recebeu a liberdade a 17 do mesmo mês e ano – 1887” (REIS, 1887 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [173?]). O compartilhamento dessa notícia pela autora evidencia que Porfíria deve ter sido uma pessoa importante na sua vida, pois em nenhum outro momento ela narra algo parecido.

Ao não abordá-la com o público leitor, Maria Firmina dos Reis deixou que essa temática fosse silenciada. Não temos como saber as causas exatas disso, mas podemos levantar inquietações. Uma delas é: com a possibilidade de uma publicação posterior do *Álbum*, o fato de a autora não tratar de questões de raciais evidenciaria uma possível discriminação naturalizada? O mais provável é que, em uma sociedade que tinha como base a mão de obra escrava, essas questões não eram ditas – lembremos que a própria cor da pele de Reis, aqui trabalhada, também não foi mencionada em seus escritos biográficos ou nos meios impressos com os quais colaborou.

Em um outro momento, essa temática foi tratada com sutileza, como, por exemplo, em um poema de 1872. Nele, Maria Firmina dos Reis escreveu:

[...] Sim, eu sou a lua, se Deus negou-me dela a beleza, o nítido albor, e o magnífico esplendor de formosura deu-me uma melancolia, sua palidez; [...] cismando como ela, á noite, meditando saudades, e tristezas como ela medita [...] (REIS, 1872 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [166?]).

Percebemos, neste poema, traços da subjetividade da autora quando ela afirma que Deus havia negado-lhe a beleza e o albor⁴²: nas entrelinhas, fica evidente que ela diferia da lua por não ser branca. Assim, Reis não negava a cor de sua pele, porém, colocava essa característica em oposição à beleza, visto que o albor encaixava-se no belo. Deste modo, a

⁴² Em um dicionário de 1832, a palavra “albor” é indicada como sinônimo de “alvor”. Ao procurar por “alvor”, na mesma obra, encontramos como seu significado o termo “alva”, o qual, por sua vez, corresponde a: “romper da manhã; porção branca que rodeia os olhos; vestimenta que usa o sacerdote, quando há de celebrar” (PINTO, 1832).

desigualdade presente na sociedade, em função da escravidão e das teorias que inferiorizavam os negros, perpetuou-se de tal forma que acabou por naturalizar, entre os próprios negros e negras, que sua cor aproximava-se mais ao feio e ao inferior, favorecendo episódios de discriminação.

Além disso, na dinâmica da sociedade, mesmo mulatos livres, de pele mais clara, e que ocupavam uma posição social comparável à dos brancos, não eram mais imunes às discriminações da população branca. Desse modo, os traços físicos, “a cor da pele, a textura dos cabelos e os traços do rosto indicavam a priori em que categoria social um indivíduo podia esperar ser classificado” (YVES-MERIAN, 2013, p. 64). Nesse sentido, ao descrever-se no poema, a autora reafirma a estratificação baseada na cor da pele, mesmo que o tenha feito de forma subjetiva.

A ideia encontrada no poema parte de uma hegemonia da “branquitude” que, segundo Carneiro (2002), instituiu a mulher negra como a antimusa da sociedade brasileira, dando-lhe uma acentuada desvantagem, principalmente no mercado afetivo. Esse fato caracteriza uma situação de solidão estrutural, motivada pelo “desinteresse dos homens brancos e pela deserção de grande parte dos homens negros” (CARNEIRO, 2002, p. 74).

De acordo com Fabiana Leonel Castro (2010, p. 34), “a encruzilhada das várias categorias nas dinâmicas sociais forma uma complexa rede de desigualdade que se perpetua e se reestrutura”. Assim, a escravidão seria responsável pela manutenção de comportamentos sociais que legitimavam a inferiorização dos negros e negras, ocasionando marcas. Estas, por sua vez, seriam carregadas por toda a vida, mesmo que a liberdade fosse alcançada. Nesse aspecto, Maria Firmina dos Reis, como uma mulher negra, provavelmente passou por situações que a levaram a enfrentar esses estigmas.

O Maranhão vivia, no Oitocentos, um acentuado preconceito de cor, sobretudo depois da Balaiada. Isso porque, a partir de revoltas como aquela, o ressentimento dos brancos aumentou, assim como os preconceitos raciais, que marcaram profundamente a mentalidade maranhense (YVES-MERIAN, 2013). E, nessa conjuntura, consideramos que estes preconceitos podem ter sido sentidos por Maria Firmina dos Reis, principalmente, quando analisamos certo acontecimento envolvendo a autora. Este foi relatado no jornal *O Paiz* (1863 – 1889), o qual, segundo Martins (2009), tinha poderosa influência sobre a opinião pública maranhense e noticiava episódios que diziam respeito às discriminações por cor na sociedade.

No dia 16 de setembro de 1885, o periódico em questão divulgou, em sua edição nº 359, uma carta que continha uma resposta ao delegado de Guimarães. Na carta, o autor afirma que o delegado havia o chamado de “mulato”, o que, para ele, não era motivo de vergonha.

Em seguida, ele narra:

Quando disse que os soldados sob o comando do branco Bruce tinham um comportamento irregular, não o fiz sem causa.
Em noites de Junho e Julho últimos, os cidadãos Olímpio, Florencio e Pedro foram atacados por esses soldados.
D. Maria Firmina dos Reis, professora aposentada e outra senhora que com ela vinha do sitio Capituia, ouviram boas chufas deles (O PAIZ, 1885.)

No decorrer da notícia é explicitada a violência sofrida por algumas pessoas em Guimarães e, nas entrelinhas, percebemos que o comportamento repressivo deu-se pela cor da pele. É interessante considerar que Maria Firmina dos Reis foi criada naquela localidade e, provavelmente, era conhecida por todos ali. O fato de ter sido discriminada pode ser algo determinante para pensarmos as relações de pessoas de cor na sociedade maranhense, haja vista que elas também eram vítimas de discriminação com base na legislação, a qual fora influenciada pelo estigma da escravidão, como nos diz Assunção (2015). Assim, fica nítido que as instâncias de poder estavam carregadas de estigmas e preconceitos ligados à cor da pele e à escravidão como um todo.

Episódios como aquele descrito no jornal não se encaixavam em uma situação de excepcionalidade, mas eram, sim, algo corriqueiro. Casos assim chamam nossa atenção pelo tratamento precário dado aos homens e mulheres negros livres⁴³. Neste aspecto, segundo Leudjane Diniz (2015, p. 439), “aos libertos ou nascidos livres, carregar as marcas da cor da escravidão significava, mesmo não sendo eles cativos, continuar sofrendo os estigmas da escravidão”.

Assim, fica evidente que Maria Firmina dos Reis enfrentou obstáculos por causa de sua cor de pele, o que fez com que ela tivesse que lidar com essa questão ao longo da vida. Entretanto, no *Álbum*, tal tema não foi esmiuçado, havendo apenas poucos trechos sobre a escravidão no Maranhão do século XIX. A partir destes silenciamentos, levantamos como hipótese que a causa da não existência aprofundada de temas relacionados à escravidão e à sua cor de pele, provavelmente, ocorreu de forma intencional em sua escrita. Portanto, o fato de existirem poucas menções à escravidão ou aos escravizados na obra pode ter relação com uma possível leitura por parte de outras pessoas ou publicação *a posteriori* – e aqueles detalhes, de algum modo, não seriam bem aceitos pela sociedade.

Inferimos que talvez esse silenciamento possa ter ocorrido pela internalização das

⁴³ Cabe ressaltar que os termos “negro” e “preto” apareceram como equivalentes a “escravo”, contudo, tais termos sofreram modificações na segunda metade do século XIX, com o crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos. Ver mais em: Mattos (1997).

mágoas referentes às práticas discriminatórias, às quais a autora estava sujeita na sociedade maranhense. É o que percebemos no trecho a seguir: “Não olhes a mágoa, a dor, a saudade, que aqui deixas, elas te seguem ao túmulo, e guardadas no santuário do meu peito, hão de sempre repetir teu nome” (REIS, [186?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [150?]). Desse modo, a internalização dos seus sentimentos poderia também ser o motivo do seu silenciamento, uma vez que “a ideologia racial da superioridade branca não estava ausente nas classes baixas, especialmente nos grupos intermediários” (ASSUNÇÃO, 1999, p. 6).

Mesmo que não tenha compartilhado experiências negras em seu *Álbum*, Maria Firmina dos Reis participou de manifestações consideradas negras no século XIX, como as festividades do bumba meu boi, por exemplo. De fato, Reis era influenciada por esses aspectos em todo momento e em todas as nuances de sua vida. Afinal, ao escrever o auto de bumba meu boi, a autora participou e compartilhou das experiências negras, principalmente porque estas manifestações representam uma herança cultural angolana (ASSUNÇÃO, 2015).

Mathias Assunção (2015) afirma que, tradicionalmente, o Maranhão oitocentista é descrito como uma fusão das culturas africana, indígena e ibérica. Contudo, essa noção, para ele, apresenta uma manifestação “reduzida a uma mistura destes três elementos originais, desprezando o fato de que mesmo estes termos são altamente problemáticos, porque eles agregam culturas ou subculturas muito diferentes dentro de uma única categoria” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 21). Desse modo, pensando na questão posta por este encaixe de culturas, notamos que o Maranhão possui uma forte identidade regional, muito mais complexa do que a reducionista ideia de mistura de três etnias diferenciadas.

A sociedade maranhense oitocentista vivenciava diversas peculiaridades em sua construção identitária. Isso porque a mesma província que exaltava a Atenas Brasileira e a construção de uma identidade pautada no universo das letras, também convivia com as músicas, os tambores e batuques negros pelas cidades. Essa complexidade permeava a sociedade como um todo, visto que mais da metade da população era negra. Portanto, sua cultura transpassava todos os segmentos sociais – o que não quer dizer que não houve tentativas de apagamento desses traços culturais.

No Oitocentos apareceu o bumba meu boi, com seu batuque característico, que encantava a população. Segundo Assunção (1999), a festa foi registrada pela primeira vez em um periódico, em uma carta a ele enviada no final dos anos 1820. Nela, há uma descrição na qual o bumba meu boi é visto como uma perigosa assembleia “indígena” noturna, “tendo tanto um caráter marcial em que as pessoas estavam ‘armadas com instrumentos de fogo’ quanto um caráter festivo e alegre, e estava explicitamente associada com a ameaça de ‘revolução’”

(ASSUNÇÃO, 1999, p. 18 e 19).

A elite maranhense sentia-se incomodada. Segundo Martins (2017), o desconforto foi tão grande que teve como consequência a regulamentação para a realização dos batuques, nos quais o bumba estava incluído: eles foram proibidos dentro da cidade após o toque de recolher. De acordo com Carolina Martins (2017), era expressiva a quantidade de notícias, nos jornais da época, em que o bumba meu boi é relatado como um incômodo para as pessoas, principalmente para aquelas que viviam no centro da cidade. Na edição nº 867, de 27 de junho de 1876, do *Diário do Maranhão*, por exemplo, podemos ler:

O bumba, este brinquedo pouco civilizado que se cifra numa gritaria infernal tem nessas noites feito o tormento do ouvido dos moradores de certos bairros, durando a brincadeira até de madrugada para recomeçar na noite seguinte (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1876.).

Sobre o tema, Thompson (1998) aponta que a cultura popular costumeira, alimentada por experiências distintas daquelas da cultura de elite, era transmitida por tradições orais que vinham sendo reproduzidas. Assim, entendemos a “festa do boi” como pertencente a uma cultura popular maranhense e que ocasionava episódios de tensão entre a população mais pobre e negra e a elite.

Segundo Morais Filho, o auto de bumba meu boi escrito por Maria Firmina dos Reis foi criado “a pedido de algumas escravas, entre elas Otávia [...] quem lhe fez o pedido em nome das companheiras [...] e que Maria Firmina não se fez de rogada, escrevendo a letra e a música [...]” (MORAIS FILHO, 1975). Assim, fica nítido que a autora estava cercada por pessoas negras e escravizadas, e que ela participou, inclusive, dessa manifestação negra, compondo para a festa. Em um trecho do seu auto, lemos:

Nós viemos tirar licença
Que nosso amo mandou;
Ele ficou na cancela
Com o boizinho brincador [...]
[...] Chegou!!!
Ou já chegou
O boi “caramba”
Com seus olho (s) matadô (res)
Ou chegou !!!
Nosso boi “caramba” (REIS, [18--?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [183?])

O episódio de criação da letra do bumba meu boi, descrito por Morais Filho (1975), reforça os laços e as relações de sociabilidades mantidas pela autora, pois o auto foi escrito a pedido de mulheres escravizadas que faziam parte da vida de Reis. Além disso, Carolina

Martins (2017, p. 7) lembra que, “o bumba meu boi era uma prática cultural da população negra e pobre de São Luís”. Desse modo, ao participar ativamente da exaltação dessa cultura, por meio da elaboração de algumas letras para a festa em questão, Maria Firmina dos Reis reafirmava sua proximidade com a população negra.

Entretanto, mais uma vez, tal fato não foi mencionado no *Álbum*. Considerando que a função deste era tratar de temas da sua vida privada, cabe ressaltar que a autora, deixou de fora uma significativa parte dela, que incluía os escravizados e a cultura criada ao redor do bumba meu boi – ambos imbrincados na história da escritora oitocentista. Apesar disso, podemos inferir que Maria Firmina dos Reis, por meio do auto de bumba meu boi, expressou-se política e criticamente. Em uma sociedade racializada, assumir para si a autoria de um auto de bumba meu boi podia ser um ato tanto político quanto cultural, o que evidencia que ela não negava a herança negra e sim participava de suas manifestações.

Afinal, de acordo com Carolina Martins, o corpo, a música e os espaços culturais que restavam àquela festividade na São Luís do século XIX “constituíam as estratégias destes sujeitos sociais negros para ganhar visibilidade numa sociedade profundamente racista e desigual, marcada pela escravidão” (MARTINS, 2017, p. 7). Desse modo, o bumba meu boi colocava-se para a população negra como “um canal de expressão política, através do qual estes homens e mulheres subjugados por uma sociedade racializada, podiam se expressar tanto política quanto artisticamente” (MARTINS, 2017, p. 7). Em consequência, eles construíam, assim, uma estrutura da sua vida cultural na música (HALL, 2013).

O auto, enquanto uma forma social de reafirmação negra, não foi a única composição da maranhense. Em comemoração à assinatura da Lei Áurea, em 1888, Maria Firmina dos Reis compôs, também, o *Hino à libertação dos escravos*:

Salve Pátria do Progresso!
 Salve! Salve Deus da igualdade!
 Salve! Salve o sol que raiou hoje,
 Difundindo a liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
 Da nefanda escravidão!
 Aqueles que antes oprimias,
 Hoje terás como irmãos (REIS [18--?] apud MORAIS FILHO, 1975, p. [189?]).

No hino, a autora utilizou expressões como “Pátria do Progresso”, sinalizando o discurso que vinculava o progresso da nação com o fim da escravidão: a sociedade somente “evoluiria” se rompesse com o sistema escravocrata, que durou mais de trezentos anos. Para além disso, Reis exalta a igualdade entre todos, enfatizando “aquele que antes oprimias” como

uma reafirmação da sua própria postura com relação à escravidão, à qual ela critica. Nesta composição, a postura da autora em torno da libertação dos escravos torna-se mais latente e ela assume uma posição política importante em um contexto de quebra do sistema escravista no Império.

A autora maranhense publicou também composições que não estavam diretamente ligadas às festividades negras, como o *Hino à mocidade*. Neste, percebemos uma preocupação relacionada à construção da nação, ou seja, ao trabalho para erguer esse novo modo de estruturação do Estado, que estava entrelaçado com os ideais de construção de uma identidade local e nacional. Isso acaba por enfatizar o caráter nacionalista de seus escritos, visto que o movimento intelectual em que a autora estava inserida era de valorização das letras nacionais.

O mocidade avante! Avante!
 O Brasil sobre nós ergue a fé!
 Esse imenso colosso e gigante
 Trabalhai por erguê-lo de pé (REIS, [18--?]) apud MORAIS FILHO, 1975, p. [188?])

Além de escrever sobre esses temas, Maria Firmina dos Reis dedicou-se também a produzir composições religiosas. Para a sociedade maranhense, a religiosidade era muito importante. De acordo com Abrantes (2013), havia uma ostentação nas festas religiosas e suas peregrinações, que aparecia de forma recorrente nos periódicos. Nesse aspecto, um contemporâneo maranhense da literata, João Lisboa, afirmou que estas festas eram as mais populares da cidade de São Luís, porque delas participavam pessoas de todas as condições e classes sociais (ABRANTES, 2013). De acordo com Assunção (1999), os materiais, como imagens, fitas e medalhas, facilitavam a comunicação com o divino, sendo os aspectos mais visíveis do catolicismo popular.

A própria Maria Firmina dos Reis sempre foi muito religiosa e há algumas passagens de seu *Álbum* que evidenciam a sua devoção ao catolicismo. No trecho “Oh! Eu amo a Deus porque Ele é justo, - santo – e onipotente” (REIS, [186?]) apud MORAIS FILHO, 1975, p. [154?]), a autora comprova sua credulidade. Em outro, diz que “tentar contra os meus dias seria um crime contra Deus e contra a sociedade” (REIS, 1861 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [154?]). Nesta parte, Reis indica que se sentia infeliz, contudo, por causa da religiosidade, não tentaria contra a sua vida.

A importância da religião durante a vida de Maria Firmina dos Reis também apareceu na composição “*Pastor Estrela do Oriente*”, em que expressou sua devoção ao catolicismo:

Bons pastores desses campos
 Não deveis mais descansar,

Já da aurora a luz dourada
 Vem risonha despontar.
 Vinde já, bons pastores,
 Desses campos;

Vinde com toda a pressa,
 Que vos quero contar
 De Belém o sucesso
 De admirar [...] (REIS, [18--?]) apud MORAIS FILHO, 1975, p. [192?]).

Outras de suas composições perpassaram vários temas e sentimentos, existindo desde aquelas em que ela expressava crítica política até as criações em que reafirmava sua religiosidade. Além destas, existiam algumas composições em torno da amizade e da saudade. Assim, a partir de suas letras e músicas, podemos perceber a subjetividade da autora. Na composição *Canto de recordação*, por exemplo, Reis rememora a Praia de Cumã:

Nesta praia de límpidas areias,
 Prateada de noite pela lua.
 Passo horas cismando em meus amores.
 Me perdia, olhando a imagem sua. [...]
 Quando o sol pelo monte neblinado
 Vai ao mar despedaças os seus ardores.
 Uma lágrima me rola pela face,
 Recordando, sozinha os meus amores [...] (REIS, [18--?]) apud MORAIS FILHO, 1975, p. [197?]).

Percebemos, nesta música, trechos da vida da autora que não encontramos em nenhum outro lugar, ou seja, fragmentos de sua vida privada que se entrelaçam em suas músicas. Fica nítido, assim, que as composições ajudaram a constituir Maria Firmina dos Reis e a expressar seus anseios.

Nesta seção, procuramos dimensionar o impacto das hierarquias de cor na vida de Maria Firmina dos Reis e como este fato foi trabalhado com sutileza em alguns de seus escritos do *Álbum*. Além disso, a partir do que foi esboçado até aqui, podemos considerar que, na sociedade maranhense do Oitocentos, a cor era o principal classificador das camadas sociais, existindo uma pluralidade conceitual.

Também visualizamos como as instituições e as pessoas viviam sob o estigma da escravidão, o que incluía a literata maranhense. Portanto, mesmo com uma condição financeira mais confortável em relação a grande maioria negra e com uma instrução que a permitia ocupar espaços distintos, fatos que conferiam à autora um *status* social, Maria Firmina dos Reis sofreu preconceitos advindos de sua cor. Afinal, era sempre mais fácil acusar uma “pessoa de cor” do que uma pessoa branca (ASSUNÇÃO, 2015). Mesmo tendo sofrido preconceitos, o fato de não ter mencionado estas experiências e sua relação com escravizados em seu *Álbum*,

muito provavelmente ocorreu pelo fato de existir uma certa cautela sobre aquilo que seria veiculado na sociedade.

Para além do *Álbum*, Maria Firmina dos Reis possuía uma faceta que convivia com a discriminação e com os estigmas da cor. Ademais, ela participava de festas negras, como é o caso do bumba meu boi. Tais fatos só comprovam que, por mais que a cor de sua pele não fosse debatida, as consequências dela seguiam e moldavam a vida de Maria Firmina dos Reis.

3.3 A MESTRA RÉGIA

A literata Maria Firmina dos Reis também atuou na docência, depois que foi aprovada no concurso público para a cadeira de instrução primária para o sexo feminino da Vila de Guimarães, em 1847. Segundo a edição de 12 de março de 1828 do periódico *Farol Maranhense*, a escolha dessas professoras teria como critério mulheres brasileiras de reconhecida honestidade e que obtivessem os melhores resultados nos exames de admissão (FAROL MARANHENSE, 1828).

No período em que se deu a aprovação de Reis, a província do Maranhão passava por uma reestruturação da educação, sobretudo da função de professor, que havia começado com a lei de 1827. Esta, além de regulamentar a instalação e o formato das escolas, também foi responsável por delimitar a função de docente e as formas em que se dariam os concursos públicos. Por meio dessa lei, podemos ter uma noção de como foi o processo ao qual Maria Firmina dos Reis se submeteu. Nela, lemos:

[...] Art 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art 8º Só serão admitidos à oposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta. [...].

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem a economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º.

Art 13º As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art 14º Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; [...] (BRASIL, 1827).

Os artigos da lei de 1827 diziam respeito tanto ao ensino público masculino quanto ao feminino. No caso do último, havia uma reafirmação de um perfil das proponentes para a

cadeira de instrução feminina, tendo a honestidade e a moral cristã como perfil a ser seguido. Desse modo, o primeiro critério de escolha da mestra seria sua conduta exemplar na sociedade (ABRANTES, 2013). Assim, os requisitos da lei pressupunham determinado comportamento social que acabava por conferir um *status* social de respeitabilidade às professoras.

Quanto ao ensino, ocorreu uma organização do conteúdo das disciplinas. Estas girariam em torno das lições aritméticas básicas, leitura e escrita, noções de gramática, moral cristã e ensinamentos da vida doméstica, como a costura e o bordado (ABRANTES, 2013). Assim, a educação nas escolas seria uma extensão da casa familiar, um lugar onde as meninas seriam preparadas para exercer melhor as funções de boas esposas e mães.

Segundo César Castro (2011), o ensino público maranhense, precário em todos seus aspectos, começou a delinear-se mais fortemente em meados do século XIX. De acordo com Viveiros (1953), foi nesse período que se deu a criação do Liceu Maranhense, em 24 de junho de 1838, sob as Leis nº 76 e 77, ambas concebidas naquele mesmo ano. As duas leis, porém, relacionavam-se àquela estabelecida em 1827, ou seja, ajudavam na criação de uma atmosfera letrada, contribuindo na construção da alcunha de “Atenas Brasileira” para a cidade de São Luís. Além disso, essas legislações enfatizavam o esforço da província para adequar-se e levar mais alunos para os estabelecimentos públicos de ensino.

Depois da instituição do Liceu Maranhense, outros estabelecimentos de ensino surgiram na região, como a Escola Normal, o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios e a Casa dos Educandos Artífices⁴⁴. No entanto, mesmo com os estabelecimentos públicos de instrução, alguns professores concursados de primeiras letras ainda lecionavam em suas casas, tanto na capital da província como nas comarcas existentes (MOTTA, 2008).

Com a criação da Inspeção da Instrução Pública do Maranhão, em 1841, a educação na província passou a ser mais controlada. Segundo Coelho (2014, p. 26), “ela tinha como principal objetivo manter o controle da educação escolar da província, estabelecendo aos professores como deveriam desempenhar as suas funções”. O cargo de inspetor de ensino ficou sob a responsabilidade do diretor do Liceu Maranhense, o qual, na época, era também o professor de latim, Francisco Sotero dos Reis. Assim, o ensino “se estabelecia de forma mais sistemática e frequente a partir de 1844, quando começou a funcionar de forma efetiva a Inspeção Geral da Instrução Pública [...]” (CASTRO, 2013, p. 104). Portanto, quando Maria

⁴⁴ A Casa de Educandos Artífices, com o tempo, cresceu e tornou-se referência na educação dos mais pobres, chegando a oferecer oficinas de sapateiro, alfaiate, marceneiro, pedreiro, aulas de desenho, escultura, música e um curso primário completo. Além disso, a instituição gozou de grande prestígio e conceito junto à sociedade maranhense, em função dos serviços relevantes que prestou, formando profissionais úteis e salvando vocações do abandono e da marginalidade (MARTINS, 2009).

Firmina dos Reis prestou o concurso para a cadeira de primeiras letras, o ensino na província estava mais estruturado.

De acordo com César Castro (2013), essa organização educacional veio ao encontro de uma possível sistemática de organização no campo político, devido ao fim da Balaiada. Essa estruturação da instrução auxiliou na necessidade de ampliar a regulamentação sobre as ações dos professores nos usos dos materiais escolares e nos mapeamentos da frequência e da permanência dos alunos em aulas de caráter público ou particular.

Esse aparato ajudou a organizar e sistematizar o ensino na província maranhense, o que incluía as escolas voltadas para o sexo feminino. Uma delas, criada naquele contexto, como já mencionamos, foi o Colégio de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios⁴⁵. O Recolhimento, que deu origem ao Colégio, conforme Rodrigues (2010), constituiu-se na década de 1840 como uma das mais relevantes instituições para o atendimento às meninas desvalidas. A partir de 1850, a instituição passou a abrigar mulheres das mais diversas classes por diferentes motivos: casadas, órfãs, viúvas, filhas submissas, educandas e professoras (VIVEIROS, 1953).

Na sociedade imperial, a preocupação com a instrução feminina maranhense era mínima, pois, em 1850, a instrução de primeiras letras para as mulheres contava apenas com 264 alunas, enquanto a masculina com 1484 alunos (ABRANTES, 2013). Mesmo com uma maior reorganização da educação, o ensino ofertado às mulheres ainda encontrava poucas adeptas se comparado ao dos homens.

Entretanto, a partir das leis anteriormente citadas e da organização educacional, ainda que de forma minoritária, percebemos uma maior preocupação com a instrução de primeiras letras femininas, sendo esse comportamento lento e gradual. Nas localidades mais distantes, a educação ficava a cargo da família, embora a criação de escolas tenha fornecido novas perspectivas para as moças que vislumbravam uma abertura do espaço público, antes impensável para essa camada social (CUNHA, 2010). Desse modo, o espaço público representou novas possibilidades de socialização e de circulação de ideias, bem como um contato maior com o mundo para além do doméstico, motivando um aumento de mulheres alfabetizadas e leitoras (SALES, 2010).

Como já mencionamos, a organização da instrução feminina possibilitou avanços nesta área e contribuiu como campo de trabalho para mulheres. Contudo, esse novo campo não

⁴⁵ O Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios foi criado em 1751, pelo frei Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus. Em 1865, foi criado, dentro do Recolhimento, o Colégio de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, que oferecia educação feminina mediante pagamento de mensalidades (RODRIGUES, 2010).

foi estruturado sem críticas e disputas, sobretudo no que diz respeito à docência feminina. No século XIX, para alguns, parecia uma completa insensatez entregar às mulheres, usualmente despreparadas, a educação das crianças. Outros, argumentavam que elas tinham, “por natureza”, uma inclinação para lidar com as crianças, já que eram as primeiras e “naturais educadoras”⁴⁶ (LOURO, 2004, p. 450). As mulheres, portanto, dotadas do poder de orientar o desenvolvimento moral dos filhos e de formar bons cidadãos para a nação, ajudariam a compor o projeto de modernização do país (HAHNER, 2011).

Em meio a essas discussões, as professoras conquistaram seu espaço de atuação no mundo do trabalho, e no Maranhão não foi diferente. Podemos afirmar que as mulheres já estavam ocupando a docência, mesmo que de forma particular, como é o caso de D. Marta Alonso Veado Alvarez de Castro Abranches⁴⁷. Esta, pertencente à elite, passou a dar aulas de graça para outras mulheres e, em 1844, fundou o Colégio Nossa Senhora da Glória. Popularmente denominado Colégio dos Abranches, a instituição foi a primeira escola feminina de São Luís (JANOTTI, 1996).

O ensino ofertado por D. Marta Abranches dizia respeito, além das disciplinas escolares, aos cuidados com o preparo físico, artístico, social e moral das alunas. Criando, com o tempo, classes masculinas elementares e preparatórias, ela também instituiu um internato para atender às famílias do interior, que para lá enviavam suas filhas (JANOTTI, 1996).

Uma das discípulas de D. Marta Abranches foi D. Emília Pinto Magalhães Branco⁴⁸. Esta, apesar de não ter sido professora, organizava, em sua residência, reuniões e saraus literários, nos quais recebia um pequeno número de escritores e artistas abolicionistas – entre eles, Gonçalves Dias (JANOTTI, 1996). Assim, a trajetória dessas duas mulheres evidencia o estreitamento de laços entre a docência e a literatura, ambos os campos beneficiando-se dessa interação.

⁴⁶ Segundo Louro, houve uma grande discussão a respeito da entrada das mulheres neste campo. Dentre os que acreditavam ser uma insensatez entregar a responsabilidade educacional às mulheres portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos”, foi Tito Lívio de Castro, o qual afirmava que havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil e, embora essa semelhança pudesse sugerir uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças, na verdade, representava “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa”. Para outros, as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, já que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, pensava-se que o magistério representava “a extensão da maternidade”, sendo cada aluno ou aluna visto como um filho ou uma filha “espiritual”. Era importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação (LOURO, 2004, p. 376).

⁴⁷ Educadora espanhola, nascida nas Astúrias, por volta de 1800, e falecida em 1855, em São Luís. Ver mais em: Janotti (1996).

⁴⁸ Natural de Lisboa, nascida em 1818 e falecida em 1888, em São Luís. Ver mais em: Janotti (1996, p. 227).

D. Marta Abranches e D. Emília Branco, da mesma forma que Maria Firmina dos Reis, compartilhavam, apesar das diferenças de classe, uma vivência que misturava o espaço público e privado, como “é próprio de todas as relações sociais que se desenvolvem em um estado patrimonialista” (JANOTTI, 1996, p. 245). Assim, partilharam o prestígio social e o amor pelas letras e pela instrução, sobretudo feminina.

Como já vimos, Maria Firmina dos Reis foi aprovada no concurso no ano de 1847 para o cargo em que permaneceu até sua aposentadoria, em 1881⁴⁹. Sua aprovação foi noticiada pela edição nº 158 do jornal local *O Progresso*, em 13 de agosto de 1847. Nele, lemos a seguinte nota:

Tendo sido examinadas no dia 11 do corrente no Palácio do Governo as opositoras à cadeira de 1ª Letras do sexo feminino da Vila de Guimarães, D. Úrsula da Graça de Araújo, D. Marianna Firmina dos Reis, e D. Antônia Barbara Nunes Barreto, unicamente a segunda foi aprovada, por ter sido julgada competentemente habilitada (O PROGRESSO, 1847).

De acordo com Morais Filho (1975), essa notícia da aprovação do concurso público pertence a Maria Firmina dos Reis, tendo ocorrido apenas um erro de impressão. No que tange à nomeação, encontramos um ofício que diz:

Requerimento de Maria Firmina dos Reis que pede ser admitida ao concurso da cadeira de primeiras letras de Guimarães, vaga por demissão de Francisca Theodora de Melo [...] alega ser maior de 25 anos, parece que não deve ser admitida ao concurso enquanto não o fizer, por isso que não tem [...] as condições exigidas no artigo da lei de 15 outubro de 1827.
Deus guarde a v ex Lyceu do Maranhão (SÃO LUÍS, 1847).

De acordo com a fonte, Reis obteve uma negação do seu pedido de admissão, pois não poderia assumir a vaga de professora enquanto não informasse legalmente que possuía mais de 25 anos. A negação dada estava baseada na Decisão nº 222 do Império, promulgada em 1830, na qual estipulava-se aquela idade mínima para a nomeação dos professores (BRASIL, 1876).

Para comprovar que possuía mais de 25 anos, a escritora realizou o requerimento denominado *Autos de justificação de nascimento*, mediante o qual pedia para ser admitida na vaga em que fora aprovada (REIS, 1847). O documento de doze páginas reúne a certidão de batismo, além de testemunhas essenciais que corroboraram o argumento da justificante sobre sua data de nascimento. No pedido de justificação, podemos ler:

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos quarenta

⁴⁹ O trecho a seguir confirma a data de sua aposentadoria: “Nos termos da lei provincial nº 784, de 11 de julho de 1866, foram aposentados os seguintes professores do ensino primário: D. Herculana Firmina Vieira de Souza, da cadeira da villa de Curupurú, [...] D. Maria Firmina dos Reis, da villa de Guimarães”. Ver: Maranhão (1881b).

e sete anos, aos vinte e cinco dias do mês de junho do dito ano, nesta cidade de São Luís do Maranhão, [...] preparei uma petição e um documento da Justificante á cima declarado [...] Diz Maria Firmina dos Reis, filha natural de Leonor Fellipa dos Reis, que ela quer justificar por este Juízo que nasceu no dia 11 de Março do ano de 1822, e que só teve lugar o seu baptismo no dia 21 de dezembro de 1825 [...] por causa de moléstia que então lhe sobreveio e privou ser batizada antes (REIS, 1847).

No processo, aparecem três testemunhas que auxiliaram na comprovação da data de nascimento de Maria Firmina dos Reis. A primeira é o tenente Raymundo José de Sousa, natural de São Luís, 56 anos, pardo. Este homem, que exercia a profissão de avaliador do conselho, foi um grande amigo de Leonor Fellipa, mãe da requerente, na época do nascimento de Reis. A segunda testemunha foi Martinianno José dos Reis, natural de São Luís, pardo, de 38 anos, que vivia de suas lavouras e era tio da requerente. Em seu testemunho, ele disse que morava com Leonor Fellipa na época do nascimento da sua sobrinha. E, por fim, a última testemunha foi Joanna Maria da Conceição, natural de Alcântara, cafuza livre e solteira, de 58 anos, que vivia de fazer rendas e disse ter assistido ao parto de Reis (1847).

Todas essas testemunhas apresentadas no documento permitem-nos pensar sobre a camada social ocupada pela autora e a rede familiar na qual se apoiava. É interessante refletir, nesse aspecto, acerca da multiplicidade de denominações de cor. Duas das testemunhas consideravam-se pardas e a outra cafuza, designações vistas anteriormente, e que afastavam essas pessoas das camadas escravas. Assim, elas passavam a ocupar posição intermediária na estratificação social.

Os serviços prestados pelas testemunhas demonstram que elas exerciam atividades correspondentes a classes intermediárias, como sapateiros, vendedores, quitadeiras, escravos de aluguel domésticos, escravos de ganho, amas de leite, lavadeiras, mucamas, cozinheiros, artesãos e pequenos comerciantes. Nesse sentido, podemos considerar que, muito provavelmente, a autora pertencia a essa camada social que, de algum modo, poderia levar à acumulação de bens. Como filha de mulata forra, Maria Firmina dos Reis poderia ter se dedicado a qualquer uma das atividades acima, ou mesmo utilizado o trabalho doméstico para sobreviver e completar a renda da família, como muitas outras mulheres negras faziam (NUNES, 2011). Contudo, devido à sua posição de mulher instruída, ela conseguiu atuar no espaço público como professora de primeiras letras da Vila de Guimarães.

Essa rede de testemunhas tornou possível a visualização da rede de solidariedade na qual se apoiou o processo de Maria Firmina dos Reis. Neste aspecto, Cristiane Jacinto (2008), em seu estudo sobre as relações de intimidade de sujeitos escravizados na capital de São Luís,

evidenciou que o ambiente urbano promovia certa autonomia aos sujeitos escravizados. Isso favorecia o desenvolvimento de uma rede de solidariedade, a qual, por sua vez, possibilitava àqueles indivíduos a abertura de algumas brechas na estrutura escravista, promovendo uma rede de apoio. Assim, torna-se nítido que a rede de testemunhas, juntamente com a documentação entregue, foram essenciais no deferimento do processo de Maria Firmina dos Reis.

Com todos os documentos aprovados, Reis teve sua nomeação para o cargo de professora de primeiras letras publicada em 17 agosto de 1847. Essa nomeação reafirma que a maranhense conseguiu, através do processo, comprovar sua data de nascimento, podendo assumir a cadeira de professora na Villa de Guimarães. Lemos, em sua nomeação:

Maria Firmina dos Reis, opositora a cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Guimarães, se acha [...] habilitada na forma da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte e sete, hei, por bem, em conformidade das leis em vigor provê-la na serventia vitalícia da mencionada cadeira (SECRETARIA DO GOVERNO DO MARANHÃO, 1847, f. 55).

Como já percebemos, as mulheres conseguiram espaço de atuação, sobretudo como professoras, mas a condição material para suas aulas não eram as melhores. Segundo Sampaio (2016), Maria Firmina dos Reis, ao assumir a cadeira na Vila de Guimarães, deparou-se com a escassez de recursos financeiros, além dos poucos recursos da província, número insuficiente de edifícios para as aulas, de objetos e livros e baixa frequência dos alunos.

Mesmo depois de alguns anos, a escassez ainda era notável, visto que, na década de 1860, funcionavam, em toda a província, 75 cadeiras de ensino primário: 51 do sexo masculino e 24 do sexo feminino (MARANHÃO, 1861). Neste cenário, apresentavam-se algumas dificuldades, como, por exemplo:

A falta de utensílios; a prática adotada de lecionarem os professores em suas próprias casas, que são pela maior parte acanhadas e não comportam o número de alunos matriculados; a falta de compêndios para serem distribuídos pelos alunos pobres, e mesquinhez dos ordenados dos mesmos professores (MARANHÃO, 1861, p. 19).

Sobre a falta de casas adequadas, Batista (2005) comenta que este fator atrapalhava o bom funcionamento das escolas, devido à falta de móveis, pedra de lousa, lápis de escrita, tinta, tinteiro, papel, pena, cartilhas, etc. O pesquisador ainda nos fala que essa questão e o número pequeno de escolas foram elementos decisivos para a deficiência do ensino. Isso comprova que a instrução pública maranhense, em sua estruturação, encontrou problemas de cunho material e profissional, o que tornava o ato de lecionar mais difícil.

Com o decorrer dos anos, houve uma maior preocupação com a materialidade do

ensino e com a educação, em geral. O regulamento da Instrução Pública de 1874 mostrou que o governo cederia instrumentos indispensáveis para a manutenção de alunos pobres nas aulas públicas primárias da província, assegurando a entrada em escolas particulares, quando as primeiras não estivessem disponíveis (CASTRO, 2015). Com isso, vemos crescer uma maior preocupação e uma intervenção de aparatos públicos no que tange ao ensino primário no Maranhão.

Nas escolas primárias, “geralmente os docentes desabilitados eram os responsáveis pelo ensino, oferecido, em sua maioria, nas suas próprias casas, o que revelava a deficiência e a ausência de escolas e de professores” (SILVA, 2017, p. 67). Em Guimarães, em específico, “o ensino leigo predominou por longos anos, especialmente nas residências de algumas professoras leigas, que improvisavam em suas residências, pequenas salas de aula” (JUCÁ, 2018, p. 1).

Entretanto, Maria Firmina dos Reis, por ser concursada, regia uma cadeira pública no povoado de Maçaricó, na primeira escola primária de Guimarães (PESSOA, 2013). Depois desta, existiu um esforço de criação de novas escolas primárias na Vila, sobretudo para crianças desvalidas⁵⁰. Mediante a escassez de fontes, não podemos verificar o nome da escola na qual Reis teria lecionado, porém, baseados nestas considerações, podemos considerar a coexistência, em Guimarães, de escolas primárias com o ensino aplicado nas residências dos professores. Segundo Lacroix (1982), poucas freguesias possuíam instalações de ensino próprias, sendo que a maioria funcionava de maneira precária em residências. Nesse aspecto, sabemos que a mestra régia⁵¹ Maria Firmina dos Reis, no caso, possuía de onze a quatorze alunas por ano (MATTOS, 1859), e que ela poderia ter lecionado em sua residência, contudo, não encontramos fontes que elucidassem esta questão.

Reis lecionou durante boa parte de sua vida, assumindo uma postura mais rígida: “era uma mestra enérgica cobrava e exigia de seus alunos falando baixo e não ralhava um dedo neles” (MORAIS FILHO, 1975). No entanto, ainda que trabalhando na docência, colaborou também em periódicos, buscando conciliar a vida educacional com a vida de escritora, ao transitar em ambos os espaços. Além disso, mesmo depois de sua aposentadoria, em 1881, não parou de lecionar, abrindo, no mesmo ano, uma escola mista.

Sobre essa escola, Carla Sampaio aponta que se tratava de uma sala de aula que

⁵⁰ Em 1877, criou-se a Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães, que tinha como finalidade criar escolas de ensino primário. Deste modo, o trabalho docente nas residências pode ter diminuído graças a esta associação. Ver mais em: Pessoa (2013, p. 47).

⁵¹ Ela era reconhecida como “mestra régia”, o que, na época, significava “professora formada e concursada”, em contraposição à “professora leiga”. Ver mais em: Telles (2004, p. 343).

funcionava na propriedade de um senhor de engenho. Nela, Reis lecionava para as filhas do proprietário e para outras crianças (SANTOS, 2016). Ao que tudo indica, a escola funcionou por apenas dois anos e teve que ser fechada (MORAIS FILHO, 1975). Apesar disso, grande parte da bibliografia encontrada sobre Maria Firmina dos Reis demonstra que a professora foi uma das pioneiras em abrir escolas mistas, embora essa prática já existisse na época. Tal esforço encontrava-se, inclusive, na legislação provincial, como se percebe no relatório do presidente de província de 1877:

Além destas medidas tomadas no sentido de melhorar o ensino, segundo as disposições vigentes, ainda ordenei ao inspetor da instrução pública que permitisse que as escolas do sexo feminino sejam frequentadas por meninos de seis a nove anos, idade aceita hoje em todos os países como de grande proveito para o ensino dos meninos de tal idade (MARANHÃO, 1877, p. 38).

Cabe ressaltar que Maria Firmina dos Reis não foi a primeira e nem seria a última professora maranhense a ocupar uma cadeira de instrução pública. Tivemos outras tantas mulheres que vislumbravam a carreira do magistério, como, por exemplo, a professora de primeiras letras da Vila de Cururupu, Herculana Firmina Vieira de Sousa. Esta exerceu o magistério entre os anos de 1855 e 1888, tendo publicado o manual didático *Resumo da História do Brazil* (1868)⁵².

A identidade de professora permeou toda a trajetória de Maria Firmina dos Reis, pois possuía certa estabilidade, além de seu trabalho proporcionar um constante exercício de intelectualidade. Desse modo, boa parte de quem ela era esteve atrelada à condição de professora e de seu *status* social e, na sociedade maranhense, tais características colocavam-na em um lugar de destaque. Uma prova disso é que, quando contribuía em periódicos do século XIX, Reis era saudada como “professora pública da Vila de Guimarães”. Assim, notamos que sua profissão garantia-lhe uma respeitabilidade pela sociedade maranhense.

Essa respeitabilidade estava atrelada diretamente ao trabalho exercido por ela, pois o ofício de professora requeria uma conduta moral, sendo visto como um sacerdócio e não como uma profissão (ABRANTES, 2013). Nesse sentido, tanto casos de embriaguez quanto concubinato público e maus costumes levavam à demissão (COSTA, 2013). Desse modo, exercer a docência automaticamente conferia-lhe uma posição social de honradez e aceitação

⁵² Herculana Firmina Vieira de Sousa (1815 - 1903), professora de São João do Cururupu, lecionou no período de 1855 a 1888. Ali, onde atuava como professora de primeiras letras, tornou-se conhecida pela autoridade docente construída na vida laboral como professora e autora de livros voltados para a formação da infância e juventude no Maranhão. Dentre eles, o *corpus* documental deste estudo: *Resumo de História do Brazil*, publicado em 1868. De acordo com Melo (2017), este livro foi considerado um dos impressos pioneiros na sistematização da disciplina História do Brasil.

enquanto uma figura moral. Portanto, a respeitabilidade adquirida na função de professora pode ter sido um dos fatores que contribuíram com a entrada e permanência de Maria Firmina dos Reis no universo da literatura e da imprensa.

Mediante tudo isso, esta subseção procurou mostrar a importância da docência na vida da escritora Maria Firmina dos Reis e como se deu esta fase importante de sua vida. Além disso, procurou entender sua vivência educacional e a forma com que seu *status* social ajudou Reis a adentrar na literatura. A vida como professora permeou toda a trajetória da autora, moldando-a, e discorrer sobre as nuances de sua vida permite-nos entender seu prestígio social e suas formas de atuação nos espaços de instrução. Ancorada nessa percepção, a próxima subseção pretende tratar a outra faceta de Maria Firmina dos Reis: a de literata, participante da vida literária maranhense.

3.4 MULHER DE LETRAS

Maria Firmina dos Reis, como vimos até agora, foi uma mulher que transitou por vários segmentos em seu tempo, sendo moldada pelos recortes sociais em que esteve imersa. Uma outra faceta assumida por ela foi a de mulher de letras, adentrando o espaço da literatura, no qual produziu obras e colaborou com a imprensa do Maranhão oitocentista. Mas, por que tal denominação pode ser dada a essa mulher? Qual a conjuntura literária no período de inserção de Maria Firmina dos Reis naquele meio?

Durante o século XIX, mesmo que não existisse um mercado favorável para as letras, sobretudo antes da Independência, isso não impossibilitava a existência de homens de letras (CANO, 2001). Naquele contexto, a literatura não era a principal fonte de renda, mas havia um debate acerca do que seria uma literatura nacional⁵³. Cano (2001) considera os homens de letras do período como intelectuais, que se moviam pelos campos do drama, da poesia, do romance e da história, e não apenas aqueles que se dedicavam às letras. Ademais, os homens de letras, em sua grande maioria, ocupavam cargos públicos, haja vista que viver da pena não era satisfatório financeiramente. Eles atuavam, assim, como dignatários, estudantes, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, caixeiros, tipógrafos, redatores.

Portanto, fica claro que, para Cano (2001), os homens de letras seriam todos aqueles

⁵³ Em 1837, surgiu o grupo da revista Niterói, no Rio de Janeiro, com o foco a concepção de que a literatura teria uma função civilizatória bem definida. Havia uma crença na existência de um gênio nacional e, portanto, de uma criatividade típica da cultura de expressão nacional, além do estabelecimento da independência política como o divisor de águas da vida cultural do país (MARTINS, 2009).

que, direta ou indiretamente, estariam envolvidos na produção das letras, um campo permeado pelos literatos e seus agentes, além de participarem da esfera pública. Desse modo, podemos estender o conceito para abarcar as mulheres que fizeram parte deste processo de produção literária.

De acordo com Bernardes (1988, p. 98), as mulheres de letras corresponderiam às “poetisas, jornalistas, dramaturgas, autoras de romances, de contos, de livros didáticos, de manifestos, de pareceres e também tradutoras de vários idiomas”. Baseados nessas considerações, podemos dizer que Maria Firmina dos Reis configura-se como uma mulher de letras, que produziu obras como o romance *Úrsula* (1859), os contos *Gupeva* (1861) e *A Escrava* (1887) e a antologia de poesias *Cantos à beira-mar* (1871). Ricardo Martins compartilha dessa visão, afirmando que o literato brasileiro era “um intelectual a serviço do poder, porque engajado na luta de emancipação, formação e consolidação da pátria” (MARTINS, 2009, p. 29). Assim, o literato assumia uma função pública de auxílio na construção da nação.

Enquanto Jeferson Cano (2001) atribui a denominação “homens de letras” àqueles envolvidos com as práticas literárias de forma mais abrangente, Martins (2009) restringe o conceito. Este autor designa como “atenienses” os literatos maranhenses que contribuíram com o alargamento e a difusão da literatura na província e no Império, além de influenciarem gerações futuras. Estes “atenienses” seriam, então, “os vários grupos de intelectuais e homens de letras surgidos em torno da cidade letrada de colonização portuguesa, como São Luís” (MARTINS, 2009, p. 31) e que possuíam um papel muito importante na configuração da vida política e literária da província.

Ao longo do século XIX, houve uma necessidade de consolidação do prestígio social desses homens de letras no Império, principalmente no período pós-Independência. Essa consolidação da figura do literato esteve atrelada à função civilizadora dada à literatura. Desse modo,

[...] difundiu-se por todo o país, em especial entre os jovens, notadamente os membros e filhos da elite, a crença no papel civilizatório e nacionalista associado à atividade literária, além da concepção, amplamente aceita e tida como verdadeira e necessária, de que o intelectual e o literato deviam ser pessoas públicas, incumbidas de inúmeras funções e tarefas, sobretudo aquelas que eram consideradas úteis à construção da identidade nacional (MARTINS, 2009, p. 595).

Torna-se nítida, então, a importância que a literatura passou a adquirir com o tempo. Os questionamentos daqueles indivíduos embasavam-se nas ideias do que seria uma literatura

brasileira e foram responsáveis por criar um campo fecundo de debate sobre a literatura nacional. Além disso, esse contexto favoreceu a produção de um intenso número de obras literárias.

A formação do campo das letras, de acordo com Jeferson Cano (2001), funcionava como uma arena privilegiada de intervenção política, pois a literatura era usada como instrumento reafirmador da nacionalidade, a partir da qual se pensavam as especificidades da nação. O mesmo autor, ao analisar a conjuntura dessa literatura, tida como nacional, debruça-se sobre os intelectuais do século XIX que debatiam tais temas. Nesse sentido, Cano analisa que, de fato, o que poderia ser considerado como literatura nacional estava diretamente ligado às discussões da nação e aos avanços políticos pós-Independência. Assim, a literatura tornava-se um instrumento que enfatizaria a nação em construção.

Por isso, Cano (2001) afirma que, para Machado de Assis, era um erro identificar o espírito nacional da literatura apenas na presença do assunto local. Segundo este literato oitocentista, a nacionalidade literária era um “sentimento íntimo”, algo equivalente à “alma da pátria” (CANO, 2001, p. 168). Entretanto, muitos intelectuais voltavam-se, sobretudo, para a questão indianista para referir-se à consolidação da nação. Nesse período pós-Independência, tentava-se criar uma literatura nacional, entendendo que o seu caráter era algo que poderia ser fabricado. Nas décadas de 1850 e 1860, por sua vez, Machado de Assis finalmente conquistou o seu lugar na sociedade e consolidou o seu prestígio, tanto no campo cultural quanto político (MARTINS, 2009). Somado a isso, o lugar do literato foi favorecido pelo romantismo brasileiro que ajudou a sedimentar as bases do mundo literário⁵⁴.

Assim sendo, os intelectuais e homens de letras, lutando por consolidar a sua independência perante as outras nações, “conseguiram fundir [...] as ideias do romantismo europeu com o esforço conjunto de fundação e organização de uma literatura genuinamente brasileira” (MARTINS, 2009, p. 557). Portanto, o romantismo adaptou-se à realidade brasileira, ajudando a fundar a identidade cultural.

Nesse sentido, Gonçalves Dias não foi o único maranhense influenciado pelo romantismo e pela literatura como um todo. Outros nomes, como Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Joaquim Serra, Gentil Homem de Almeida Braga, dentre outros, influenciaram a província do Maranhão como um todo, movimentando a produção local.

⁵⁴ No Brasil, surgiu a revista *Niterói*, que trouxe as ideias fundadoras do romantismo no Brasil, sobretudo, baseada no trabalho de Ferdinand Denis (1798 – 1890). Pouco mais de três ou quatro décadas após a publicação da *Niterói*, o romantismo brasileiro alcançou a firmação de uma literatura nacional, que adquiriu feições próprias e sedimentou o mundo literário como um lugar social cercado de enorme consideração e respeito (MARTINS, 2009).

Juntamente com a atuação do Grupo Maranhense, os literatos dessa província ajudaram a difundir o romantismo e as instituições relacionadas à cultura letrada, como o Liceu Maranhense, o Gabinete Português de Leitura, o Teatro São Luís e a Biblioteca Pública.

Para fins elucidativos, reafirmamos Maria Firmina dos Reis como mulher de letras, envolvida nos processos literários e na imprensa. Produzindo obras que dialogavam com o cerne de uma literatura tida como nacional, a autora construiu uma carreira literária em paralelo com a sua vida docente. Assim, ao longo do século XIX, Reis publicou uma série de obras literárias que, ligadas às suas colaborações na imprensa, colocaram-na em uma posição de destaque na sociedade maranhense, na qual construiu para si uma imagem de escritora e poetisa, enfatizando a característica de mulher de letras.

Embebida nos ideais que embasavam a literatura, Maria Firmina dos Reis produziu obras influenciadas pelas ideias de valorização do romantismo brasileiro. A primeira delas foi *Úrsula*, datada de 1859, e que foi publicada sob o pseudônimo “uma maranhense”. Apesar disso, logo após a estreia, Reis ficou reconhecida como sendo a autora de *Úrsula*.

A história da obra é protagonizada por um casal, Úrsula e Tancredo, ambos brancos, que se apaixonaram e precisaram lidar com o tio da garota, o Comendador P, o qual desejava desposá-la. Entretanto, o que chama atenção no romance é a forma com que a autora lida com a temática da escravidão, tecendo críticas ao sistema, além de demonstrar a agência negra dos personagens secundários da obra.

Segundo Charles Martin (1988, p. 10), “*Úrsula* é o único romance de seu tempo que tenta apresentar os negros como tal e não de acordo com estereótipos como o do bom cristão, entre outros”. Isso se torna evidente, já que, no período de atuação de Maria Firmina dos Reis, grande parte da produção literária colocava o sujeito escravizado em uma posição de passividade e propriedade. Portanto, a obra dá uma perspectiva humanizada para o escravizado, diferindo-se de outras que se debruçaram sobre essa temática.

Além disso, ao descrever as mulheres e as opressões vivenciadas por elas, Reis distancia-se de obras literárias escritas por homens. Isso porque estas últimas são carregadas por noções de como as mulheres deveriam se portar, como ocorre em *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo, *Mariana* (1871), de Machado de Assis e *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães.

Ainda em *Úrsula*, nota-se que Maria Firmina dos Reis dá voz a uma escrava, chamada Susana, que descreve os horrores sofridos na sua captura e narra um conjunto de experiências e detalhes de uma vida além-mar, no continente africano. Ao longo de *Úrsula*, a autora descreve as travessias transatlânticas em navios negreiros e o cárcere no mar, tecendo e

representando memórias de tantos africanos e africanas presos, escravizados e distribuídos como “mercadoria humana” a tantos portos na América, sobretudo no Brasil.

No prefácio da terceira edição do romance, Martin (2010) aponta que Maria Firmina dos Reis não inferiorizou o negro escravizado em relação aos brancos, mas, ao contrário, colocou-os como exemplo de moralidade. Entretanto, por mais o romance evidenciasse a agência e subjetividade dos escravizados, até então não valorizados em obras com esta temática, expôs práticas comuns de violência sofridas por eles.

No século XIX, a imprensa periódica divulgava a literatura, principalmente sob o formato de folhetins⁵⁵ e, no Maranhão, não foi diferente. Entretanto, ao lançar seu primeiro romance, Maria Firmina dos Reis não o adequou ao folhetim, preferindo comercializá-lo como livro. Não se sabe a motivação por trás disso, mas o fato é que *Úrsula* seguia um padrão romanesco de sucesso francês, que apresentava como característica a oposição entre paixão/razão, vício/virtude, libertinagem/amor inocente. Assim, os objetivos moralizantes surgiam como as consequências trágicas da paixão, da degradação física, da doença, da morte (SILVA, 1977).

Depois de *Úrsula*, a mulher de letras circulou pela imprensa maranhense, tornando-se atuante e consolidando sua carreira literária na província. Assim, desde sua estreia, Reis colaborou com antologias e, na imprensa, com charadas, logogrifos e poesias. Além disso, publicou os contos *Gupeva*⁵⁶, *A Escrava* (1887) e sua própria antologia, *Cantos à beira-mar* (1871).

Mediante tudo isso, torna-se evidente a gama literária produzida por Maria Firmina dos Reis ao longo da segunda metade do Oitocentos. Suas produções ganharam destaque na imprensa da província maranhense, contribuindo para que a autora angariasse o *status* de literata. Além disso, as narrativas de suas obras estavam embebidas no contexto em que se inseriam. Assim, entender esta conjuntura ajuda a dimensionar sua relação com as obras produzidas.

Portanto, esta seção, como um todo, procurou demonstrar quem foi essa mulher maranhense e quais as identidades assumidas e negociadas por ela ao longo de sua vida. Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra, com certa condição financeira, que buscou no trabalho de professora seu sustento. Mediante seus esforços, estratégias e sua carreira de

⁵⁵ Os romances-folhetins consistiam em capítulos de obras literárias publicados nas páginas dos periódicos. Ver mais em: Vieira (2016).

⁵⁶ Publicado nos anos 1861, 1864 e 1865, nas folhas *O Jardim das Maranhenses*, *Porto Livre* e *Echo da Juventude*, respectivamente.

professora pública, conseguiu adentrar no universo literário maranhense, consolidando-se como mulher de letras. Desse modo, a trajetória de Reis permite-nos pensar em uma sociedade mais dinâmica, que possibilitava estratégias e negociações para mobilidade social de sujeitos marginais.

No entanto, a carreira literária de Maria Firmina dos Reis não se deu apenas na produção de romances e contos: deu-se também por meio da imprensa maranhense do período. Assim, estudar sua trajetória nesse espaço adquire importância, uma vez que existe uma relação entre suas obras e suas colaborações na imprensa.

Para tratarmos da trajetória dessa autora na imprensa, foi necessário o esforço de entender quem foi Maria Firmina dos Reis e quais foram os vários papéis assumidos por ela socialmente. Por isso, compreender a trajetória de sua vida privada permite vislumbrarmos o percurso e as experiências que marcaram a sua história e os possíveis impactos daquela na sua carreira literária.

4 “DISTINCTA LITERÁRIA MARANHENSE”: O NASCER E O ALVORECER DE UMA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA

“Sob qualquer ponto de vista que se pretenda estudar, os jornais são os melhores testemunhos da história de uma época” (SERRA, 1883, p. 15).

Nesta seção, debruçamo-nos sobre a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa. A partir dela, podemos pensar tanto a inserção quanto a manutenção da literata naquele espaço. Para isso, procuramos dimensionar as possíveis estratégias de Reis na imprensa maranhense e suas especificidades no Oitocentos. Assim, por meio de sua contribuição na imprensa, buscamos pistas sobre a consolidação de sua carreira literária.

Em um primeiro momento, discorreremos sobre como a imprensa maranhense desenvolveu-se no período. Seguidamente, abordamos a estreia de Maria Firmina dos Reis na imprensa maranhense e sua recepção pela sociedade, analisando também a proximidade da autora com outros literatos que atuaram na imprensa ao seu lado.

Depois disso, tratamos a atuação de Reis na imprensa, passando pela década de 1860, considerada como essencial na sua carreira, haja vista que foi o período de maior publicação da literata, e chegando ao final do século XIX, quando sua produção diminuiu. Neste momento, propomos também uma análise tanto da sua produção como da relação entre a sua trajetória na imprensa e na docência. Tais problematizações são importantes, pois ajudam a elucidar os caminhos literários percorridos por Maria Firmina dos Reis na imprensa maranhense do Oitocentos.

4.1 A IMPRENSA MARANHENSE COMO LÓCUS DE SABER

A proposta desta subseção é pensar as formas que a imprensa maranhense assumiu no século XIX e como ela foi facilitadora na carreira de Maria Firmina dos Reis. Deste modo, precisamos ter em mente que a imprensa oitocentista, como fonte, permite entender as relações dos sujeitos com a sociedade. Afinal, como um veículo de reconstrução do passado, ela atua como objeto e sujeito da história brasileira (LUCA; MARTINS, 2008). Isso porque, segundo Barbosa (2007), o jornal pode ser visto como um espaço de diálogo, no qual ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade. E é a partir desse espaço que tentamos pensar Maria Firmina dos Reis, levando em conta as especificidades da imprensa e sua intersecção com as várias camadas sociais.

A imprensa imperial trilhou seus primeiros passos a partir da instalação de uma tipografia situada no Rio de Janeiro⁵⁷. Com a vinda Família Real para o Brasil, abriu-se espaço para a expansão da imprensa, que “gerou proliferação de novos espaços de sociabilidade” (GOMES, 2009, p. 11), transformando o cotidiano da sociedade. Segundo Patrícia Pina (2010), o jornal também era um suporte de informação, responsável por suprir as necessidades intelectuais do leitor, podendo ser lido em qualquer lugar.

A sua expansão ocasionou uma circulação de ideias que, direta ou indiretamente, chegavam em variados segmentos sociais. Isso conferia à imprensa certo poder de legitimidade social. Assim, “a imprensa periódica ao lado das sociedades literárias e científica, bibliotecas, teatros, entre outros, assumiu para si a função de educar seu público através da capacidade de erigir e disseminar ideias, conceitos e valores” (GOMES, 2009, p. 13).

Pautados nisso, podemos dizer que a imprensa obteve uma grande margem de atuação política no Segundo Reinado, além de ser um lugar em que os indivíduos eram ativos na sociedade (ARAÚJO, 2015). Esses elementos corroboraram a disseminação de ideias, incluindo comportamentos e costumes, cumprindo um papel simbólico de direcionamento de informações a um público específico (MOREL, 2003). Devido à sua estruturação, a imprensa assumiu um papel de auxiliador na construção de uma opinião pública⁵⁸, legitimando posições políticas e, ao mesmo tempo, assumindo a função de instrução e recreação.

Nesse sentido, a partir do Segundo Reinado, houve mudanças estruturais na imprensa em dois momentos:

O primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, no qual predominou o discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes; o segundo, sobretudo de 1868 em diante, quando da queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que figurou como porta-voz de credos diversos, reunindo polifonia de falas que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico (LUCA; MARTINS, 2008, p. 47).

Esse caráter pode ser observado pelo conteúdo veiculado na imprensa, pois, no que diz respeito aos costumes, configurou-se como conservador e doutrinador. Contudo, a segunda fase

⁵⁷ A Imprensa Régia do Rio de Janeiro foi criada pelo Decreto de 13 de maio de 1808 para dar continuidade na nova sede do Império Português. Criou-se, então, uma tipografia, que atuou na legitimação e sustentação de uma função política e cultural de difusão do conhecimento das luzes na nova sede da Coroa. Sobre isso, ver mais em: Barra (2015).

⁵⁸ Na visão de Morel, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. Ver mais em: Morel (2008, p. 33).

estava baseada em um ambiente de coexistência de vozes múltiplas, caracterizando um espaço mais amplo para disseminação de variadas questões sociais. Podemos compreender, então, que a imprensa tornou-se dinâmica e mutável, existindo relações de poder e diversas vozes dentro das folhas noticiosas – relações que podiam gerar tensões ou não.

Nesse sentido, o ambiente dos jornais era regido por estratégias de negociação, marcadas, sobretudo, por relações de poder. Estas, por sua vez, construíram um campo de disputa, pontuado por uma intencionalidade que legitimava determinada opinião pública. Assim, a imprensa chegava a todas as estratificações da sociedade, a todos aqueles que “possuíssem condições mínimas de se inserirem na sociedade como consumidores de um mercado de bens materiais” (ARAÚJO, 2014, p. 370).

Segundo Morel e Barros (2003), existem indícios de que não eram apenas os membros da elite os consumidores de periódicos, e que, mesmo com a taxa alta de pobreza e analfabetismo, a imprensa era importante e presente na vida das classes mais baixas. Isso porque os periódicos eram lidos em saraus e leituras do dia a dia, “quando era comum ler coletivamente e em voz alta” (FERREIRA, 2005, p. 3), sobretudo nos espaços tipográficos.

Enquanto lócus de saber, a imprensa rapidamente transformou-se em um instrumento de veiculação de ideias, que tinha a capacidade de atingir variadas camadas sociais. Assim, a circulação de notícias aumentava na sociedade imperial, auxiliando na construção de uma opinião coletiva proposta pelos periódicos. E, no Maranhão, não foi diferente: por lá, proliferaram-se as folhas impressas regidas por literatos, disseminando sujeitos sociais e suas vozes.

A imprensa tipográfica maranhense surgiu em 1821, em meio à agitação política da Revolução do Porto. A primeira apareceu sob o nome de Tipografia Nacional Maranhense, controlada pela administração provincial (GALVES, 2010). A finalidade desse espaço era imprimir as publicações oficiais da província e opúsculos de natureza didática. Entretanto, em seus prelos, também se deu a impressão do primeiro jornal da província, o *Conciliador do Maranhão*⁵⁹. Este, antes de ser impresso, teve trinta e quatro números circulados escritos à mão (JORGE, 1987).

O *Conciliador do Maranhão* era financiado pelo governador da província, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, e também foi fundado em meio à luta entre brasileiros e portugueses, divididos quanto à Revolução do Porto (PINHEIRO, 2004). Segundo Galves

⁵⁹ O primeiro periódico maranhense era oficial e noticioso. Segundo Joaquim Serra (1883), ocupava-se de assuntos próprios, dava notícias resumidas do exterior, fazia algumas transcrições e apresentava anúncios de caráter oficial. Ver mais em: Serra (1883) e Jorge (2000).

(2010), entre os anos de novembro de 1821 e julho de 1823, a tipografia vinculada à administração provincial dedicou-se, prioritariamente, à publicação do *Conciliador*. Neste período, a imprensa nascente e o *Conciliador do Maranhão*, tornaram-se os principais veículos de informação e de posicionamentos políticos a respeito do clima vivido na província, consolidando-se como ferramenta política e porta-voz dos anseios da sociedade.

A sociedade maranhense, de um modo geral, “não era muito diferente das demais sociedades à margem do Atlântico; no entanto, parecia existir uma espécie de vivacidade intelectual que a fazia destacar-se” (ARAÚJO, 2014, p. 370). Essa vivacidade mencionada estava atrelada ao conceito de cidade letrada, no qual São Luís embasava-se, e ao caráter simbólico da “Atenas Brasileira”. Este pretendia a valorização das letras, promovendo transformações nos primeiros anos dos Oitocentos, que “podem ser visualizadas a partir do aumento de livros, jornais e folhetos em circulação” (GALVES, 2010, p. 58). Esse crescimento no consumo, por sua vez, ajudou a solidificar o espaço tipográfico.

A cidade de São Luís possuía uma circulação e produção de ideias que eram absorvidas por um público cada vez maior. Isso é confirmado pela profusão de folhas noticiosas e de tipografias que apareceram, sobretudo, na segunda metade do século XIX. Desta forma, São Luís, a partir daquele momento, vivenciou uma proliferação de atividade tipográfica, haja vista que, até os anos de 1830, existia apenas uma tipografia em funcionamento na província, a Tipografia Nacional Maranhense (MARTINS, 2009).

Neste período, a prática tipográfica maranhense tornou-se uma atividade intensa e difundida pela sociedade, na qual se estabeleceram variados profissionais que competiam entre si na produção de impressos. Alguns destes se destacaram na província, atuando na impressão e venda de jornais, revistas e antologias. Foi o caso de José Maria Correa de Frias, Antônio Pereira Ramos d’Almeida, Belarmino de Mattos e Joaquim Correia Marques da Cunha Torres (FERREIRA, 2005).

De acordo com Odaléia Costa (2013), entre os anos de 1848 a 1882, existiam dezenove tipografias no Maranhão. O desenvolvimento destas e a consequente estruturação e intensificação da imprensa propiciaram novas relações políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade maranhense. Afinal, os impressos passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, sendo suas ideias propagadas e circuladas por todos os espaços da sociedade. Desse modo, tanto o desenvolvimento do parque tipográfico maranhense quanto esta evolução tornaram-se benéficas para a produção de impressos na província.

De acordo com Frias (1978, p. 5), a partir de então, as impressões maranhenses “em relação ao Império podem aparecer sem que causem vergonha”. Assim, para o maranhense

oitocentista, o trabalho tipográfico estava cada vez mais aprimorando-se e fomentando todo um campo de comunicação. Sobre isso, Araújo (2014, p. 369) fala que:

A existência de uma imprensa especializada não apenas em política, mas também nos fatos da vida cultural da província, acolhia na São Luís dos anos 60 do século XIX as necessidades de uma sociedade em processo de modernização.

Assim, em meados do século XIX, a atividade tipográfica desenvolvia-se cada vez mais. Um exemplo disso é a tipografia de Frias, considerada um exemplo modelar do desenvolvimento que as tipografias poderiam alcançar no país, pois se dedicou ao constante aperfeiçoamento de sua profissão e de seu negócio (MARTINS, 2009, p. 321)

Apesar disso, no interior do Maranhão, “a marcha dos jornais seguiu lenta, pois as motivações sociais, culturais, políticas e econômicas sustentadoras da vinda tardia dos impressos continuaram a predominar na maioria das cidades” (PINHEIRO, 2004, p. 2). Assim, a maioria dos periódicos foi fundada em São Luís, mas circulava por outros lugares da província.

Já na segunda metade do XIX, as folhas impressas passaram a desempenhar “um papel importante no desenvolvimento político e cultural da província” (MARTINS, 2009, p. 362), assumindo a forma de jornais e revistas de conteúdo partidário ou literário. Tal consolidação influenciava a construção de uma opinião pública na cidade.

O entretenimento também passou a ter um alto consumo na sociedade maranhense. Esta fase passou a ser de prosperidade no que diz respeito ao aumento dos periódicos literários na província. Ainda que a maioria tivesse duração breve, eles foram decisivos para a consolidação do mundo literário da província. Podemos considerar, então, que tanto a consolidação da atividade letrada do Maranhão quanto a construção do mito de Atenas Brasileira estavam diretamente associadas a este jornalismo literário e político de São Luís.

Neste período, contava-se com um aumento significativo de leitores, muito provavelmente devido ao “aumento da oferta de espaços destinados à publicação de textos diversos e propaganda comercial, com uma distribuição razoavelmente melhor e preços mais baixos” (MARTINS, 2009, p. 362). Assim, surgiram muitos periódicos de curta duração, que eram, sobretudo, de conteúdo literário e recreativo, destinados à vazão da produção literária da província. Por meio destes jornais e revistas, “o Maranhão conheceu uma profusão incontável de verzejadores, ficcionistas, articulistas e biógrafos de homens de letras e ciências” (MARTINS, 2009, p. 450).

De acordo com Pena (2008), foi no século XIX que a influência da literatura nos

periódicos tornou-se mais visível, resultando em um “fenômeno universal”. Este apresentou o folhetim como principal instrumento da junção entre jornalismo e literatura. Em meados do século, a qualidade dos periódicos foi melhorando, o que acabou por favorecer a proliferação de artigos literários e de variedades nas folhas impressas, contribuindo para a consolidação da atividade letrada (MARTINS, 2010).

A intensificação e valorização da presença literária nas folhas aconteceu, especificamente, a partir da segunda metade da década de 1830⁶⁰. Um dos primeiros periódicos predominantemente literários que apareceu na província foi o jornal *Recreio dos Maranhenses* (1839). Depois dele, houve um aumento das folhas que possuíam vínculos com a literatura e, segundo Ana Luiza Martins (2008), ela passou a ser contemplada com vários títulos⁶¹. Esse movimento culminou em uma diversificação das folhas na metade do século XIX, estruturando um clima literário crescente no Maranhão⁶².

A partir deste novo cenário, surgiu, na província, o periódico estudantil *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846). Este, mesmo que com duração efêmera, foi um veículo essencial para a formação da primeira geração de literatos ativos no Maranhão em um período de consolidação da literatura na província. O principal expoente desta primeira geração foi Odorico Mendes⁶³, o qual, ao lado de outros intelectuais, como Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e Francisco Sotero dos Reis, ajudou a fundar o mito da Atenas Brasileira (MARTINS, 2009).

Na edição de 15 de fevereiro de 1845 desse mesmo periódico, que se intitulava uma “revista de belas letras”, escrito por literatos da Associação Literária Maranhense, lemos:

⁶⁰ Todos os jornais analisados estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital. Entre eles, há uma predominância de jornais políticos, que contêm, contudo, artigos literários. É o caso, por exemplo, do periódico *Minerva* (1828 – 1829), que se denominava uma folha política, literária e comercial, mas que não era apenas um jornal literário. Este tipo de periódico surgiu apenas a partir de fins da década de 1830.

⁶¹ *Minerva Braziliense* (1843-1845), *O Ostensor Brasiliense* (1843-1846), *Íris* (1848), *O Beija Flor* (1849). Em 1844, foi lançado o *Lanterna Mágica*, uma das primeiras folhas ilustradas. No Recife, registra-se *O Progresso* (1846-48) e, na Bahia, o *Ateneu* (1849) e *A Época Literária* (1849), todos eles periódicos de relativo alcance. Data também daí a publicação de um dos primeiros almanaques, o *Almanaque Laemmert* (1844), contendo informações úteis para os diversificados usos e gostos (LUCA; MARTINS, 2008).

⁶² Não há, de fato, consenso sobre este termo, seja no Brasil ou no exterior. Para fins argumentativos, John C. Hartsock afirma que não há uma designação universal. Ele opta, assim, por “jornalismo literário”, devido à compreensão de que os textos em consideração são narrativos. Ver mais em: Martinez (2017).

⁶³ Manuel Odorico Mendes (1799 - 1864) foi poeta, jornalista, político, publicista e tradutor, mais conhecido por ser o autor das primeiras traduções integrais para português das obras de Virgílio e Homero, além de ter exercido grande influência na política no Oitocentos (COELHO; FERNANDES, 2014).

Não foi certamente incessante desejo de vanglória, que nos obrigou a publicar um Jornal: o estado de inércia a que tem chegado a nossa Literatura, o desânimo geral nas artes e ciências, nos incitaram esta publicação (JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO, 1845).

Na citação acima, como justificativa para a circulação do *Jornal de Instrução e Recreio*, apresenta-se o argumento de que a sociedade andava inerte à literatura. Por isso, o periódico em questão buscava tornar acessível o conhecimento literário. Em suas páginas, esta folha estudantil contava com a colaboração de Gonçalves Dias, Antônio Henriques Leal e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, possuindo como redator Sotero dos Reis, então diretor do Liceu.

Podemos dizer que a variedade nas folhas noticiosas, bem como a intensa atividade tipográfica, propiciou o aparecimento de formas literárias por meio da imprensa. Assim, disseminou-se a literatura e outras ciências, promovendo o aumento significativo do incentivo às letras na província. Neste clima, além das folhas já mencionadas, apareceram revistas literárias, livrarias e bibliotecas⁶⁴, que contribuíram para a formação de uma sucessão de “gerações de intelectuais e homens de letras, muito importantes para a consolidação e construção da vida intelectual e literária não somente maranhense, mas também do país” (MARTINS, 2009, p. 360).

Segundo Abrantes (2010, p. 64), “a imprensa e a literatura foram canais privilegiados no debate das questões ligadas às mudanças de costumes, especialmente os periódicos e obras literárias destinadas ao público feminino”. E foi neste ambiente de aproximação entre imprensa e literatura que Maria Firmina dos Reis conseguiu buscar um lugar para si, estabelecendo-se e tornando-se assídua colaboradora na segunda metade de século XIX. Tal trajetória na imprensa maranhense oitocentista evidencia o quanto a autora foi atuante no cenário público de seu tempo, mantendo-se nele por muitos anos.

Deste modo, entendermos a construção da imprensa maranhense ajuda-nos a pensar quais as estratégias e negociações utilizadas pela autora para manter-se ali. Além disso, permite-nos problematizar que imprensa foi esta que possibilitou a entrada e a consolidação de uma mulher negra, como escritora e poetisa, naquele meio – sendo, inclusive, reconhecida em seu tempo por sua atuação. Assim, o fio condutor desta análise parte da imprensa para analisar as formas utilizadas por Reis para inserir-se ali e publicar nas folhas maranhenses.

⁶⁴ Podemos citar como exemplos a *Revista Universal Maranhense* (1849 – 1850), *Estrela da Tarde* (1857), *A Marmotinha* (1852 – 1853), *Jardim das Maranhenses* (1861 – 1862) e *Semanário Maranhense* (1867-1868).

4.2 ESTREIA DE UMA “JOVEM TALENTOSA NA IMPRENSA”: NEGOCIAÇÕES E RELAÇÕES DE PROXIMIDADE

No ano de 1859, veio a público a obra *Úrsula*, escrita por “uma maranhense”. Os jornais do período enfatizaram ser a estreia de uma jovem talentosa na imprensa e, posteriormente, começaram a noticiar que o romance em questão pertencia à professora pública de Guimarães, Maria Firmina dos Reis. Desse modo, o romance *Úrsula* foi a porta de entrada desta autora na literatura e na imprensa.

O primeiro periódico a noticiar *Úrsula* foi *A Imprensa* (1857 – 1862), em 1857. Este jornal adquire importância para esta pesquisa, pois pertencia à Tipografia Progresso, a mesma que imprimiu *Úrsula*, em 1859. Além disso, tratava-se de um órgão do Partido Liberal, possuindo como um dos seus redatores Antônio Henriques Leal (SOUZA, 2017). *A Imprensa* dividia-se em quatro páginas compostas por quatro colunas, saindo duas vezes por semana e apresentando assuntos como comunicados, variedades e temas políticos. A última página era designada para os anúncios de todo tipo, desde chapas medicinais a grãos, romances e outros.

Na seção de publicações pedidas, da edição nº 40, do dia 17 de outubro de 1857, lemos:

O romance brasileiro que se vai dar ao prelo, sob a denominação de – ÚRSULA – é todo filho da imaginação da autora, jovem maranhense, que soltando as asas da sua imaginação, estreia a sua carreira literária, oferecendo ao Ilustrado Público da sua nação as páginas talvez por demais vazias de um estilo apurado, como o é do século, mas simples; e os pensamentos não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo ele presente de amor nacional, e de uma dedicação extrema a liberdade [...] (A IMPRENSA, 1857).

Assim, o lançamento futuro de *Úrsula* foi noticiado como uma obra digna de ser lida, mas que, em sua execução, possuía pontos negativos. Uma das críticas dizia respeito à escrita e ao não aprofundamento de alguns temas, como a escravidão, por exemplo. Entretanto, a notícia realizou elogios à autora, a qual, até então, encontrava-se no anonimato, por seu patriotismo e, principalmente, pela escolha de um enredo que trazia como pano de fundo a natureza, em detrimento das cidades e dos grandes bailes.

O prospecto apresentado evidencia que a veiculação de *Úrsula* seria a porta de entrada para a carreira literária de “uma jovem maranhense”, o que ajudava a reforçar uma postura de esforço e estudo para trazer à luz o romance, não se tratando apenas de um ímpeto da imaginação. Reforçando isso, o periódico enfatiza, na sua edição nº 40, que “recolhida ao seu gabinete a sós consigo mesma, a autora brasileira tem procurado estudar os homens e as

coisas, e o fruto desses esforços de sua vontade é: Úrsula” (A IMPRENSA, 1857).

Ao tratar disto, o jornal destaca para o público leitor que, pelo fato de a escritora procurar instruir-se, o seu trabalho possuía características ilustradas. Isso porque, no século XIX, de acordo com Vitorino (2013), a mulher era associada a aspectos negativos, sendo vista como dotada de um nível de inteligência e de habilidades inferiores às do homem, o que se refletiria na sua escrita. Dessa maneira, o texto em questão passa a ser aceito pela folha ancorado na justificativa de que sua autora havia dedicado-se aos estudos, angariando características ilustradas.

A notícia encontrada no jornal *A Imprensa*, em 17 de outubro de 1857, buscou também retratar os personagens do romance. Ao descrever a protagonista, Úrsula, o periódico afirmou que ela possuía caráter firme, como o das almas grandes e virtuosas. Além disso, apontou que a personagem tinha “a imaginação ardente das filhas do Norte, e como elas, guardava na alma sentimentos nobres” (A IMPRENSA, 1857). Com este trecho, fica evidente uma comparação entre mulheres maranhenses virtuosas e a valorização de tais características.

Na mesma edição, o periódico *A Imprensa* também discorreu sobre os personagens escravizados da obra, Suzana e Túlio, tecendo argumentações neutras a respeito da forma como a autora lidou e criticou a escravidão em sua obra. É possível notar isso no trecho abaixo: “Tulio, e Susana, representam essa porção do gênero humano [...]. A autora tem meditado sobre a sorte desses desgraçados entes [...], o gemer saudoso, a recordação de uma vida, que já lá passou, mas que era bela nas regiões da África!” (A IMPRENSA, 1857).

Depois de descrever os personagens do romance e enfatizar a estreia da jovem maranhense, o prospecto de *A Imprensa* trouxe, por fim, informações a respeito da subscrição de *Úrsula*. Esta seria realizada nas tipografias Progresso, Observador, Publicador e Diário, e não na casa da autora. As subscrições, conforme Barbosa (2007, p. 79), eram uma prática “recorrente no século XIX [...] uma forma de garantir o número suficiente de compradores para determinado livro”. Nesse aspecto, segundo Souza, as subscrições resultavam em

[...] um tipo de venda baseado na confiança que se estabelecia entre o proponente e os leitores, posto que a princípio não envolvia dinheiro, apenas o compromisso de algumas pessoas que prometiam pagar as obras, quando fossem recebê-las (SOUZA, 2017, p. 227 e 228).

No caso de *Úrsula*, inicialmente, o romance pode não ter tido muita aprovação, visto que, mesmo aceitando subscrições em quatro tipografias diferentes, demorou mais dois anos para que fosse publicado. Tal fato pode estar associado à estreia de Maria Firmina dos Reis, até então desconhecida como literata, o que talvez tenha contribuído para a baixa procura. Ainda

assim, *Úrsula* foi publicado, em 1859, pela tipografia Progresso.

Em geral, os romances eram lançados anteriormente, em formato de folhetim, na imprensa periódica. Entretanto, *Úrsula* assumiu a forma de livro logo de início, sendo vendido em livrarias, uma vez que se intensificava a produção de livros e jornais (COSTA, 2013). A literata pode ter sido influenciada por esta conjuntura mais favorável economicamente à produção de livros⁶⁵ e ao simbolismo que esse tipo de obra tinha em uma sociedade que se dizia letrada. Afinal, “o livro transformou-se em artigo indispensável ao cultivo e adorno do intelecto, devido à proliferação de livrarias, órgãos de imprensa e indústria tipográfica no Maranhão” (MARTINS, 2009, p. 482).

Nesse sentido, acreditamos que a decisão de Reis em publicar *Úrsula* nesse formato estava relacionada a essa valorização do livro, mas também à questão financeira. Isso porque, na perspectiva de aumento do consumo de livros, a renda advinda da venda do romance poderia ser maior assim do que em forma de folhetim. Sabemos que *Úrsula* custava 2\$000 reis, como podemos constatar no trecho seguinte, publicado em 11 de abril de 1860: “Subscreve-se para esta obra na tip. Do Progresso, do Observador, do Diário e do Publicador – preço por cada exemplar broxado – 2\$000 reis” (A IMPRENSA, 1860). Segundo Antônia Souza (2017), na década de 1860, cada volume de um romance tinha, em média, o mesmo valor daquele escrito por Reis. Em vista disso, a publicação de *Úrsula* no formato de livro poderia ter sido uma tentativa, por parte da autora, de lucrar mais com a obra.

O romance veio a público sob o pseudônimo “uma maranhense”. Sobre isso, não sabemos ao certo se a decisão de não revelar o seu nome foi uma tentativa de se resguardar ante aquela sociedade. Contudo, ao afirmar ser “uma maranhense”, a autora reforçava ser uma mulher, assumindo uma posição importante. Isso porque havia uma dificuldade de escrita por parte do sexo feminino, tanto por causa da educação precária, quanto pela circulação do espaço da imprensa que, em sua maioria, era transitado por homens. À vista disso, Maria Firmina dos Reis requisitava para si um lugar de mulher escritora em um ambiente dominado majoritariamente por homens.

Segundo Cecília Helena Lorenzini (1984), o anonimato poderia permitir a participação política do autor sem comprometer sua posição social ou suas eventuais ligações com os sujeitos, assim como favoreceria uma leitura mais imparcial, sem a vinculação da obra com seu autor. O anonimato, como prática e estilo predominante no século XIX, não era só

⁶⁵ Os livreiros foram, deste modo, aumentando em paralelo com o número de tipografias, dando, assim, um grande impulso ao comércio de livros em São Luís e tornando cada vez maior a oferta de obras em toda a cidade (MARTINS, 2009).

realizado por mulheres, mas também pelos homens, como Jizenji (2012) nos diz. Portanto, funcionava tanto como tendência a ser seguida quanto para resguardar sua imagem, sobretudo de mulheres. Nesse aspecto, considerando que os periódicos atingiam várias pessoas e promoviam a circulação de ideias, ter seu nome atrelado a determinada produção poderia ser algo prejudicial para seu autor.

No caso da autora de *Úrsula*, o ato de não revelar seu nome pode ter sido uma estratégia para a preservação de sua imagem, pois, em seu romance, aparecem tramas referentes à escravidão e à determinada forma de representar a mulher. Nesse sentido, segundo a edição nº 40 do periódico *A Imprensa* (1857), o tema da escravidão, abordado na obra, “é um brado a favor da humanidade – desculpai-a”. Em vista disso, podemos levantar como reflexão que, ao tocar nesse assunto, a autora estaria cruzando limites importantes na sociedade maranhense.

Muitos pesquisadores debruçaram-se sobre o anonimato presente em *Úrsula*, trabalhando, em geral, com a noção de pseudônimo e a relação deste com as disputas de gênero. Segundo Pinheiro (2016, p. 76), “a grande maioria das mulheres que se arriscaram a escrever e/ou publicar, fizeram o uso de pseudônimos, como o caso da própria Maria Firmina dos Reis”. A autora diz ainda que essa utilização do pseudônimo não foi uma forma de esconder, mas sim de ressaltar a autoria feminina, e isso pode ser justificado pelo fato de, pouco tempo depois do primeiro ano de circulação de *Úrsula*, o nome de Reis rapidamente ter se tornado conhecido.

Adriana Oliveira (2007, p. 69), baseada na mesma noção do uso do pseudônimo como estratégia, aponta que, no caso Firmina dos Reis, seu fundamento talvez fosse a busca por uma maior liberdade para expressar suas ideias a respeito da condição feminina e do negro na sociedade maranhense. Contudo, Ana Carla Rio (2015, p. 71) considera a possibilidade de o emprego do pseudônimo ter sido um disfarce, que ajudaria a preencher o lugar da mulher na literatura. Nesse sentido, ao usar o artigo indefinido “uma”, a autora retomaria elementos que impõem uma narrativa de estrutura que foge aos padrões do momento.

Por sua vez, as fontes analisadas não nos permitem ir a fundo nas intenções da autora. O que levantamos como hipótese é que Maria Firmina dos Reis pode ter utilizado o anonimato como forma de precaução para adentar o novo espaço no qual estava se aventurando. Além disso, ao resguardar-se através do pseudônimo, ela também poderia perceber o impacto de sua obra na sociedade e verificar se haveria problemas ou não com a sua recepção.

Assim, apesar do pseudônimo, o primeiro reconhecimento de escritora na imprensa

veio com *Úrsula*. A consolidação de seu trabalho, porém, deu-se verdadeiramente a partir de suas publicações dos jornais maranhenses e sua crescente participação nestes espaços, sobretudo na década de 1860. Após a publicação do romance, Maria Firmina dos Reis adentrou a imprensa oitocentista daquela província, publicando em cinco dos onze periódicos literários que circulavam naquele contexto.

Houve, portanto, um processo de construção e estruturação de sua imagem de poetisa e escritora, para além da sua carreira na docência. Ao longo da segunda metade do XIX, Maria Firmina dos Reis esteve sempre presente na imprensa maranhense. No entanto, a grande maioria de seus trabalhos e colaborações em jornais não dizia respeito às questões envolvendo a escravidão ou críticas sociais, mas sim a natureza e o amor, em formato de poesias e charadas.

O caminho das letras percorrido por Maria Firmina dos Reis deu-se, sobretudo, a partir de sua alfabetização e sua atuação como professora pública. Sua instrução permitiu que Reis ocupasse um lugar específico, em um período em que as mulheres negras tinham pouca instrução e a escravidão se fazia presente na sociedade. Assim, além das ferramentas educacionais, o fato de ser professora pública conferia à autora um *status* social que a permitia galgar este espaço. Tal constatação pode ser corroborada pelo fato de todas as apresentações da escritora nos jornais reafirmarem seu ofício.

Com todas as especificidades de sua trajetória, Reis conseguiu adentrar o espaço da imprensa, ocupado, principalmente, por homens. Entretanto, sua inserção não pode ser considerada como um ato isolado, pois ela viveu em um período em que outras mulheres, de várias localidades do Império, também estavam transitando na imprensa, publicando e atuando na redação de periódicos. Nesse sentido, Luca e Martins (2008) dizem-nos que, em meados do século XIX, as mulheres apareceram como protagonistas dessa imprensa, fossem como suas consumidoras ou mesmo produtoras. Assim, uma gama de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. Elas buscaram, em primeiro lugar, a palavra escrita, que era difícil, principalmente, para as classes menos abastadas da sociedade (TELLES, 2008)

A década de 1850 foi importante na remodelação da imprensa como um todo, propiciando um clima favorável para inserção de mulheres neste espaço. Em 1852, surgiu o

primeiro periódico redigido por uma mulher no Brasil, intitulado *Jornal das Senhoras*⁶⁶, no Rio de Janeiro. Para Martins e Luca (2008, p. 67 e 68), esse periódico “figura como um dos primeiros jornais de propósitos femininos e abrigo da mulher escritora, contando inclusive com mulheres na redação”. Deste modo, o surgimento de uma imprensa dita feminina, feita por e para mulheres, contribuiu para que os escritos de mulheres fossem lidos e comentados no espaço público. Além disso, permitiu que outras mulheres adentrassem nesse âmbito também (LUCA; MARTINS, 2008), reivindicando espaços de legitimação, atuando à frente de redações de jornais e participando ativamente como colaboradoras. Este incentivo

[...] partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão (MUZART, 2003, p. 226).

Cabe ressaltar que estas razões elencadas por Muzart dizem respeito às mulheres brancas e letradas, e não às mulheres negras. Estas, afinal, há muito tempo transitavam pelo mundo do trabalho, fossem como domésticas ou quitandeiras, acumulando funções e exercendo atividades dentro e fora do mercado (POPINIGIS, 2012). Além de já fazerem parte do espaço público, as mulheres negras possuíam desejos, como liberdade, maternidade, o direito a melhores condições, etc. (COWLING, 2018). Por isso, a atuação de Maria Firmina dos Reis na imprensa torna-se cada vez mais intrigante, porque, como mulher negra, ela ocupou um espaço que foi pleiteado pelas brancas, sendo para muitas inimaginável.

Em São Luís, “durante o século XIX, não houve o aparecimento de um jornal dirigido e escrito por mulheres, embora muitos periódicos fossem destinados a esse público” (ABRANTES, 2013, p. 3). Tais jornais veiculavam “ideias estereotipadas sobre as mulheres, os valores morais que deveriam conduzir seu comportamento, os papéis sociais que deveriam desempenhar” (ABRANTES, 2013, p. 72). Sendo assim, apenas na década de 1880 que apareceu um jornal redigido por mulheres, em Caxias, Maranhão, sob o nome de *O*

⁶⁶ Antes dele, existiram periódicos que tinham como público-alvo as mulheres, como *O Espelho Diamantino* (1827), no Rio de Janeiro e *O Espelho das Brasileiras* (1831), no Recife. Depois do *Jornal das Senhoras*, outros surgiram, como a *Revista Belo Sexo* (1862), *O Domingo* (1874), *Eco das Damas* (1879), no Rio de Janeiro e *O Sexo Feminino* (1873), em Minas Gerais. Ver mais em: Luca; Martins (2008, p. 67 e 68).

*Chrisálida*⁶⁷.

No momento de uma reestruturação da imprensa, com periódicos voltados às mulheres, a professora pública estava preparando-se para a estreia de seu romance – o qual, Reis ainda não sabia, mas abriria-lhe as portas da imprensa maranhense. Neste aspecto, por mais que, na década de 1860, não tenha existido um jornal redigido por mulheres, tanto a estreia quanto a atuação da autora, reconhecida como poetisa em seu tempo, torna-se intrigante.

Dentre as seis tipografias que existiam em São Luís⁶⁸ no período de impressão de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis optou pela Tipografia Progresso, pertencente a Belarmino de Mattos. Esta, juntamente com a Tipografia de Frias⁶⁹, destacava-se na província, possuindo recursos para viagens ao Rio de Janeiro e angariando prêmios na Exposição Nacional do Rio Janeiro, em 1866. Neste evento, foram expostas obras editadas e utilizadas como mostuário da qualidade técnica dos trabalhos tipográficos realizados no Maranhão (MARTINS, 2009).

Nesse cenário de diversas tipografias em São Luís, a escolha de imprimir *Úrsula* pela Tipografia Progresso torna-se um ponto de análise. Neste período, Francisco Sotero dos Reis era um dos redatores da Gráfica de Belarmino de Mattos⁷⁰. Como a bibliografia que versa sobre Maria Firmina dos Reis coloca Sotero como primo da autora, acreditamos que tal relação de proximidade, já evidenciada nas seções anteriores, tenha sido significativa na decisão de Reis em favor daquela tipografia.

Presumimos, então, que a escolha de imprimir *Úrsula* na Tipografia Progresso tenha ocorrido pelo fato de Sotero dos Reis ser um dos redatores da folha e também porque essa gráfica incentivava produções locais. Sobre isso, o oitocentista Henriques Leal indicou que B. de Mattos sempre facilitava

⁶⁷ O periódico *O Chrysalida: Publicação mensal – Redacção de Meninas*, de 1884, foi um jornal editado por mulheres no Maranhão. Na Hemeroteca Digital, encontra-se disponível apenas sua edição de número doze.

⁶⁸ As demais tipografias encontradas naquele contexto eram: Tipografia Constitucional, de Ignacio José Ferreira; Tipografia da Fé, pertencente a uma associação; a tipografia pertencente a José Mathias Alves Serrão; a Tipografia de José Maria Correia de Frias (1860 – 1882) e a do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá (ALMANAK..., 1867).

⁶⁹ José Maria Correia de Frias (1828 – 1903) foi editor, escritor e jornalista, fundador do *Diário do Maranhão*, benemérito e fundador do Hospital Português do Maranhão e ainda diretor da Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro. Além disso, dedicou-se ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da sua tipografia (CARVALHO, 2011).

⁷⁰ Além de Francisco Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal, Trajano Galvão, Gentil Homem de Almeida Braga, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Joaquim Serra, Joaquim de Sousa Andrade, Sabas da Costa, Raimundo Filgueiras e Caetano Cantanhede também foram redatores desta tipografia (LOPES, 1959).

[...] aos editores e autores todos os meios para darem à luz da publicidade suas obras, quer aceitando longos prazos nos pagamentos, quase sempre em pequenas e desiguais parcelas; quer recebendo exemplares por conta destes, ou tomando a seu cargo a venda da edição. (LEAL, [18--?] apud FRIAS, 1978, p. 44-45)

Essa postura assumida pelo tipógrafo pode estar associada ao fato de que, no período em que o romance de Maria Firmina dos Reis foi impresso, a gráfica de B. de Mattos estava consolidando-se na sociedade. Ela estava, assim, constituindo-se como um espaço de “publicação das produções locais (jornais, livros, relatórios) e de até outras províncias, assim como das traduções das obras estrangeiras” (COSTA, 2013, p. 34).

Portanto, consideramos Francisco Sotero dos Reis como peça essencial na carreira literária de Maria Firmina dos Reis, não apenas por ter sido redator da tipografia em que o romance da autora foi impresso, mas também por ter sido, em seu tempo, um grande expoente literário. Afinal, Sotero dos Reis foi poeta, jornalista, político e gramático, ocupando lugar de destaque como integrante do chamado Grupo Romântico Maranhense. Além disso foi professor, inspetor de ensino e diretor do Liceu Maranhense⁷¹, influenciando diretamente a criação e organização da instrução pública maranhense.

Torna-se evidente que este indivíduo possuía grande influência na esfera letrada do Maranhão oitocentista. Por isso, acreditamos que esta relação familiar foi importante para a inserção de Maria Firmina dos Reis nas letras impressas, haja vista que seu primo era também integrante do chamado Grupo Maranhense, responsável pelo incentivo à proliferação das letras na província, sobretudo em São Luís.

Ademais, a relação parental com Francisco Sotero dos Reis e o possível auxílio para a publicação de *Úrsula*, permitiram que a escritora tivesse contato com outros literatos, uma vez que as tipografias funcionavam como espaços de sociabilidade (SIRINELLI, 2003). Estas tipografias eram

[...] habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras. Pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporam-se ao cotidiano da população (MOREL, 2008, p. 38).

Portanto, seria vantajoso para uma estreante na literatura tecer relações com editores e redatores, já que eles decidiam o conteúdo dos periódicos e auxiliavam na propaganda de determinado produto. E, por isso, reforçamos que, a partir do apoio de Sotero dos Reis, outras

⁷¹ Sotero dos Reis publicou também trabalhos de cunho didático-pedagógico na formação educacional do Maranhão. Ver mais em: Neres (2013, p. 32 e 33).

relações de proximidade foram sendo traçadas pela escritora, como, por exemplo, com Belarmino de Mattos e sua gráfica⁷².

Segundo Santos (2018), este indivíduo tornou-se reconhecido em seu tempo por sua dedicação à atividade tipográfica, visto que superou a de outras gráficas em quantidade de pessoal e equipamentos. Nesse sentido, o sucesso da tipografia de Mattos deu-se devido à “filosofia de trabalho de seu proprietário, que não deixou de ser um operário como os demais empregados, responsabilizando-se direta e arduamente pela confecção de tudo quanto passava pela sua oficina” (MARTINS, 2009, p. 351).

Por intermédio de Sotero dos Reis, acreditamos que Maria Firmina dos Reis e Belarmino de Mattos cultivassem uma proximidade ao longo da colaboração da escritora nos impressos. Isso não seria algo incomum, uma vez que, naquele período, existia um intercâmbio intelectual através da criação de redes, diálogos e amizades literárias, das quais as mulheres também participavam. Desse modo, criava-se vínculos com outros intelectuais ao integrar as redes de comunicação propiciadas pelas tipografias (DUARTE; PAIVA, 2009).

Como vimos, a obra *Úrsula* só foi impressa depois de passar pelo processo de subscrição, entretanto, permaneceu sendo anunciada por três anos consecutivos. Os anúncios de *Úrsula* foram propagados em jornais de grande circulação no período, uma estratégia que pode ter sido utilizada para que a notícia de venda do romance atingisse variados grupos sociais maranhenses, incluindo também a camada analfabeta. Isso porque, segundo Darnton (2007), era possível haver uma espécie de apreciação compartilhada através de leituras coletivas.

Geralmente, de acordo com Bastos (2017), os anúncios do século XIX possuíam características de exaltação do conteúdo a ser vendido, entretanto, a recepção de *Úrsula* na imprensa maranhense não se deu sem críticas. No periódico *O Jornal do Commercio* (1858 – 1860), pertencente a A. P. Ramos D’Almeida, dono também da tipografia Comercial e de uma livraria em São Luís⁷³, havia um artigo referente ao romance de Maria Firmina dos Reis. Na sua edição nº 61, de 4 de agosto de 1860, lemos:

OBRA NOVA – Com o título ÚRSULA publicou a Sra. D. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha a venda na tipografia do *Progresso*.

Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo

⁷² A Gráfica Belarmino de Mattos funcionou de 1860 a 1868 (SANTOS, 2018).

⁷³ De acordo com Joaquim Serra (1883), esse jornal tinha como objetivo ser neutro e contava com assuntos oficiais sobre instrução e variedades, noticiando as coisas que aconteciam na Corte, na província de Pernambuco e em outras localidades.

fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados.

E pena que o acanhamento mui desculpável da novel escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas.

A não desanimar a autora da carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes (JORNAL DO COMMERCIO, 1860).

Destacamos que, neste momento, o nome de Maria Firmina dos Reis já aparece atrelado a *Úrsula*. Assim, mesmo tendo imprimido o romance sob um pseudônimo, ela rapidamente ficou conhecida como a autora da obra literária em questão. No trecho destacado, vemos também críticas com relação à escrita de Reis e ao desenvolvimento dos personagens. Segundo o autor do artigo, tal postura deu-se em decorrência do acanhamento da literata e, por isso, as cenas referentes à escravidão seriam descritas superficialmente. Tal opinião publicada n’*O Jornal do Commercio* exemplifica o contexto literário do período, embasado nos discursos acerca da humanização dos escravos⁷⁴ e na prática de consumo relacionada às histórias trágicas da escravidão.

Neste aspecto, Camillia Cowling (2018) aponta que os leitores no Brasil, naquele período, estavam acostumados a consumir sofrimento de escravos. Assim, podemos pensar que a crítica recebida por Reis com relação à narrativa dos escravos estava relacionada a isso. Um exemplo de obra nesse sentido é *A Cabana do Pai Tomás*, escrita pela americana Harriet Beecher Stowe. Esta conta a história de Pai Tomás, um escravo cristão que resistia à violência escravista, sobretudo, aquela para com os seus semelhantes. Esse livro foi um dos maiores sucessos editoriais no século XIX, inclusive no Brasil, dividindo opiniões quanto ao seu conteúdo (FERRETI, 2017). No Maranhão, não foi diferente: *A cabana do Pai Tomás* obteve grande sucesso, podendo ter ocorrido o uso coletivo e público da obra, haja vista que carregava certo simbolismo (SOUZA, 2017).

Portanto, inserida neste contexto literário de consumo de sofrimento de escravos nas produções literárias (COWLING, 2018), ao expressar sua visão da escravidão, Maria Firmina dos Reis lidou com críticas publicadas nos periódicos. E estas podiam expressar, de uma

⁷⁴ Cowling (2018), ao tratar da questão negra em Havana e no Rio de Janeiro, sobretudo no que diz respeito às mulheres escravas nestes ambientes, afirma que intelectuais e escritores antiescravistas baseavam-se em duas matrizes intelectuais: a primeira, pautada na noção de que todos são iguais, e a segunda, que diz respeito à corrupção biológica que estaria presente na população não branca. Além disso, os debates em torno da abolição invocavam não apenas as questões políticas e econômicas, mas também uma nova linguagem, baseada em emoções e simpatia pela causa dos escravos. Essa linguagem encontrou sua melhor expressão ao evocar os sofrimentos das mulheres escravas e de seus filhos.

forma geral, a opinião pública com relação a *Úrsula*.

Depois de uma pesquisa atenta nos periódicos maranhenses do período, excetuando a resenha do romance de 1857, constatamos que a circulação dos anúncios de venda de *Úrsula* ocorreu durante os anos de 1860 a 1862, em variados periódicos. Essa estratégia, como já pontuado, pode ter fortalecido a construção do valor do produto, pois tornava-o mais conhecido e desejado (SOUZA, 2017). Além disso, a obra também foi comercializada na livraria de Ramos de Almeida⁷⁵.

Os anúncios de *Úrsula* tiveram maior incidência nos periódicos *A Imprensa* (1857 – 1862)⁷⁶ e *A Coalizão* (1862 – 1866)⁷⁷. Isso pode ser explicado pelo fato de os dois periódicos fazerem parte da mesma tipografia que imprimiu o romance de Maria Firmina dos Reis e assumiu sua venda, lucrando com ela. Nos quadros a seguir, podemos verificar todas as obras anunciadas nos periódicos *A Imprensa* e *A Coalizão* no período de 1860 a 1862.

⁷⁵ A Livraria Universal foi fundada em 13 de junho de 1846, no Largo do Palácio, pelo português Antônio Pereira Ramos de Almeida. Com apenas um ano de estabelecimento, Ramos de Almeida comprou as oficinas da Tipografia Cruz e anexou-as à livraria, dando início às suas atividades como editor (MARTINS, 2009).

⁷⁶ O jornal *A Imprensa* foi um órgão do Partido Liberal, impresso na Tipografia Progresso, que circulou entre 1857 a 1862, em quatro colunas e quatro páginas, duas vezes por semana. Seus redatores eram Carlos Ribeiro, Ferreira Vale, Antônio Henriques Leal, Temístocles Aranha e Joaquim Serra (SOUZA, 2017; SERRA, 1883).

⁷⁷ Os anúncios também apareceram, em menor quantidade, nos jornais *Publicador Maranhense* (nº 180, 181 e 189, todos em 1860) e *Jornal do Commercio* (nº 61, 4 agosto de 1860).

Quadro 1 – Anúncio de obras no jornal *A Imprensa* (1860 – 1862)

OBRAS	1860 Nº DE ANÚNCIOS	1861 Nº DE ANÚNCIOS	1862 Nº DE ANÚNCIOS
<i>Almanack do Maranhão para o ano de 1860</i>	13	-	-
Úrsula – Maria Firmina dos Reis	37	43	3
<i>Manual Eclesiástico</i>	13	6	-
<i>Almanack do Maranhão para o ano de 1861</i>	8		-
<i>Arquivo Pitoresco</i>	-	12	-
<i>Almanack do Maranhão para o ano de 1861</i>	–	17	-
<i>Os Bacharéis</i>	-	19	-
<i>Folhas Soltas</i>	-	20	-
<i>Almanack do Maranhão para o ano de 1862</i>	-	18	-
<i>Estudos sobre o ensino público</i>	-	18	-
<i>O sogro da rapaziada (comédia)</i>	-	14	5
<i>Tratado de Aritmética</i>	-	14	6
<i>Obras completas de Nicolau Tolentino de Almeida</i>	-	5	-
<i>Compêndio de Gramática Latina</i>	-	8	3
<i>Virgem de tapera</i>	-	3	1
<i>Almanack de lembranças luso-brasileiro 1862</i>	-	1	3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Hemeroteca Digital (2020)

Quadro 2 – Anúncios de obras no Jornal *A Coalção* (1862)

OBRAS	Nº DE ANÚNCIOS
<i>Almanack do Maranhão para o ano de 1862</i>	5
<i>O sogro da rapaziada</i> (comédia)	13
Úrsula (Romance) – Maria Firmina dos Reis	27
<i>O Livro do Povo</i>	14
<i>Compêndio de Gramática Latina</i>	2
<i>Reinado e últimos momentos de D. Pedro V</i>	1
<i>Tratado de Aritmética</i>	39
<i>Um presidente e uma assembleia</i> (opúsculo político)	8
<i>As Três Lyras</i> (livro de poesias)	21
<i>Rudimento de Geografia para uso das escolas primárias</i>	34
<i>Vade Mecum do povo para o tratamento de Cólera-morbus epidêmica</i>	14
<i>Os Miseráveis</i> , de Victor Hugo	4
<i>Garibaldi ou O seu primeiro amor</i>	1
<i>Almanack do Maranhão para o ano de 1863</i>	10
<i>Apostilas de Gramática geral aplicada a língua portuguesa</i> – Sotero dos Reis	7
<i>Os Mistérios na gruta de caco ou Jacques e seus compadres</i> (comédia política)	4
<i>A Buenadicha</i> (comédia maranhense)	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Hemeroteca Digital (2020)

Constatamos, mediante os dados acima, que o romance foi a única obra anunciada por três anos consecutivos nessas duas folhas. Além disso, torna-se evidente o grande volume de anúncios sobre ele em relação às outras obras veiculadas. Para Antônia Souza (2017), a insistência dos anúncios, de uma forma geral, significa que a obra era bastante solicitada pelos leitores. Entretanto, verificamos que, aliado aos textos críticos que *Úrsula* recebeu, o grande número de anúncios evidencia que a obra tinha pouca procura, principalmente porque Maria Firmina dos Reis ainda era uma estreante na imprensa maranhense.

No jornal *A Imprensa*, no ano de 1860, quando houve 140 edições da folha, o anúncio de *Úrsula* apareceu em 37 delas. No ano seguinte, dentre as 103 edições do jornal, o anúncio apareceu em 43 números. Por fim, em 1862, o anúncio apareceu em três dentre suas nove edições. Tal fato evidencia a insistência de anúncios de *Úrsula* veiculados nesta folha, configurando-se uma baixa procura. Isso porque observamos que, no caso da maioria das obras anunciadas, fossem romances ou textos de instrução, com o passar das edições, os anúncios diminuam. Todavia, com *Úrsula*, eles eram veiculados em quase todas as edições dos jornais.

Por exemplo, no ano de 1861, em *A Imprensa*, notamos 71 anúncios de *Úrsula* veiculados durante todo o ano, o que entendemos como uma baixa popularidade da obra na sociedade maranhense, visto que era anunciada quase toda semana. Além disso, acreditamos que a estratégia de intensificar o número de anúncios estaria atrelada à possibilidade de reversão do quadro de pouca procura do referido romance.

Destacamos também que os anúncios veiculados durante os anos de 1861 e 1862 diferiam daqueles que circularam nos anos 1860, sobretudo no seu tamanho. O primeiro anúncio de *Úrsula* possuía treze linhas e foi publicado na edição nº 29, de 11 de abril de 1860. Podemos ver um excerto dele abaixo:

Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser estreia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora afim (sic) de continuar a dar-nos prova de seu belo talento (A IMPRENSA, 1860).

Entretanto, os anúncios veiculados durante os anos 1861 e 1862 possuíam apenas três linhas⁷⁸, como vemos na edição nº 9 do mesmo periódico: “Romance original por uma maranhense. Vende-se nesta tipografia este excelente ROMANCE, que deve ser lido pelos corações sensíveis e bem formados, e por aqueles que souberem proteger as letras pátrias” (A IMPRENSA, 1861).

Uma das possibilidades de mudança do texto do artigo relaciona-se ao fato de não se tratar mais da estreia literária de Reis, uma vez que, em 1861 e 1862, ela já estava atuante na imprensa. Além disso, muito provavelmente a causa da diminuição dos anúncios estivesse ligada a questões financeiras. Isso porque, no caso desses periódicos, cada linha de anúncio custava 50 réis para não assinantes, saindo de graça apenas para assinantes, se o anúncio contivesse até 20 linhas. Por isso, com a diminuição do tamanho do anúncio, foi possível para Maria Firmina dos Reis veiculá-lo mais vezes – o que teria levado ao aumento de seu número no ano de 1861. Assim, acreditamos que a autora não era assinante da folha, pois, caso contrário, provavelmente não teria diminuído o anúncio da sua obra – afinal, neste caso, como o seu maior anúncio tinha treze linhas, ele sairia de graça, de acordo com os jornais do período.

No ano de 1862, vemos poucos anúncios no *A Imprensa* e muitos no *A Coalizão*. Tal configuração pode ser explicada em função da junção do primeiro a outros dois jornais,

⁷⁸ No ano de 1860, o anúncio era maior, aparecendo nos números 29 e 39 do periódico *A Imprensa*. Já em 1861, o anúncio menor apareceu nos números 9, 22, 25, 46, 60, 93, 96 e 101. No ano de 1862, por fim, o anúncio foi veiculado no número 4 da folha.

culminando na estruturação do *A Coalizão* (1862 – 1866)⁷⁹. Neste, o anúncio foi publicado em 27 das 94 edições do periódico, o que nos permite dimensionar que, ao longo de três anos, ainda existiam cópias da obra sendo anunciadas – o que poderia significar pouca procura pelo material. Ressaltamos ainda que os redatores deste periódico eram Gentil Homem de Almeida Braga⁸⁰ e Joaquim Serra⁸¹, ambos participantes da gráfica Belarmino de Mattos e que também estavam presentes na comissão organizadora de *Parnaso Maranhense* (1861), antologia de poesias para a qual Maria Firmina dos Reis colaborou.

É notório, portanto, que, por meio da proximidade com Francisco Sotero dos Reis, a escritora pôde ter contato com o tipógrafo Belarmino de Mattos e outros literatos que circulavam pela gráfica, como Joaquim Serra e Gentil Braga. Por isso, acreditamos que a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa tenha sido marcada por estas relações de proximidade, que auxiliaram na sua estreia literária e na impressão e circulação de suas obras.

De uma forma geral, esta subseção procurou demonstrar como se deu a estreia de Maria Firmina dos Reis na carreira literária e os desafios associados à circulação de *Úrsula*, discutindo também aspectos ligados à receptividade e à procura pela obra. Além disso, destacamos a importância das relações de proximidade entre literatos que possibilitaram a estada dessa mulher de letras na imprensa.

4.3 ATUAÇÃO E COLABORAÇÃO NOS PERIÓDICOS MARANHENSES: RASTROS DE UMA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA

Depois de sua estreia, Maria Firmina dos Reis começou a colaborar com a imprensa

⁷⁹ Esta folha constituiu-se a partir da junção dos jornais *O Progresso*, *Ordem e Progresso* e *A Imprensa*. Foi um órgão de defesa da coligação entre os conservadores e liberais, com duas edições semanais, fazendo oposição às presidências de Primo de Aguiar e Campos Melo e apoiando, por sua vez, as administrações de Leitão da Cunha e Lafaiete (SOUZA, 2017; SERRA, 1883).

⁸⁰ Gentil Homem de Almeida Braga (1835 – 1876) nasceu em São Luís. Bacharelou-se em Direito pela Academia de Olinda, tendo exercido, muito moço ainda, a elevada função de secretário do Governo da Província do Rio Grande do Norte. Regressando ao Maranhão, exerceu ofício no Ministério Público, nas comarcas de Codó e Caxias, e a judicatura na de Guimarães. Tornou-se famoso pelos folhetins que escreveu num estilo mordente e loução, numa prosa agradável de ler, levemente pontilhada de humorismo. Neles fixou aspectos pitorescos da vida da cidade, criticando costumes e fatos cotidianos com olho penetrante e justo de cronista. Assinava-os com o pseudônimo de Flávio Reimar. Para mais informações, acesse: <http://www.academiamaranhense.org.br/gentil-braga/>

⁸¹ Joaquim Serra (1838 – 1888) jornalista, professor, político e teatrólogo. Iniciou-se muito moço no jornalismo e na poesia. Em 1862, com alguns amigos, fundou o jornal *Coalizão*, que advogava em política pelo Partido Liberal. Em 1867, fundou o *Semanário Maranhense*. Foi professor de Gramática e Literatura, por concurso, no Liceu Maranhense, deputado provincial (1864-67), secretário do Governo da Paraíba (1864-67) e deputado geral (1878-1881). Para mais informações, acesse: <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-serra/biografia>.

maranhense. Dentre os onze periódicos literários que circularam na década de 1860, a autora colaborou em cinco, sendo eles: *O Jardim das Maranhenses*, *A Verdadeira Marmota*, *Echo da Juventude*, *Porto Livre* e *Semanário Maranhense*. Além disso, a autora também participou da antologia *Parnaso Maranhense* (1861) e do *Almanack de Lembranças Brasileiras* (1862, 1863 e 1868).

Como vimos na seção anterior, Francisco Sotero dos Reis foi um aporte essencial na estreia da carreira de Reis. Sugerimos também que, por intermédio dele, que trabalhava na Tipografia Progresso, a escritora conseguiu aproximar-se dos redatores desta gráfica. Assim, nos anos 1860, Maria Firmina dos Reis, além de publicar seu romance naquela tipografia, colaborou, em sua maioria, em jornais e coletâneas impressos por ela⁸². Nesse sentido, apoiamo-nos na ideia de que a Tipografia de B. de Mattos foi um espaço importante para a aproximação e o fortalecimento de laços entre intelectuais, auxiliando na consolidação da carreira literária da escritora.

Os trabalhos de Reis na imprensa, em sua maioria, retratavam a natureza e o amor, não trazendo críticas sociais tais como aquelas apresentadas em seus contos e romances. Isso não quer dizer, porém, que não havia uma dimensão política nos seus artigos publicados em periódicos. Ao contrário, como o jornal era um órgão de legitimação de comportamentos e costumes, suas publicações também passavam pelo crivo das relações de poder, que determinavam o que era ou não apropriado ao público leitor. Por este caráter, compreende-se que, muito provavelmente, a autora maranhense tinha percepção do que se adequava ao molde de informação e direcionamento veiculados pela folha.

*A Verdadeira Marmota*⁸³ e *O Jardim das Maranhenses* foram os primeiros periódicos em que Maria Firmina dos Reis colaborou. Sua atuação no primeiro deles é conhecida em função da biografia de Reis, escrita José Nascimento Morais Filho⁸⁴, pois não foi possível encontrar edições do periódico disponíveis para análise. Sobre *A Verdadeira Marmota*, Antônia Souza (2017), ao pesquisar sobre a prosa de ficção nos jornais maranhenses

⁸² Referimo-nos ao *Semanário Maranhense* (1867 – 1868), ao *Echo da Juventude* (1864 – 1865), ao *Parnaso Maranhense* (1861) e ao *Almanack de Lembranças Brasileiras* (1862 – 1868), por exemplo.

⁸³ Devido à falta de fontes disponíveis, não temos como saber se *A Verdadeira Marmota* foi inspirada no jornal carioca *A Marmota na Corte*, assim como *A marmotinha: jornal joco-serio, litterario e recreativo*, que circulou durante os anos de 1852 e 1853, e *A Marmota Maranhense*, de 1851. Além disso, desconhecemos a existência de possíveis conflitos entre essas folhas, haja vista que o tom da palavra “verdadeira” poderia enfatizar um distanciamento. Ver mais em: Martins (2009).

⁸⁴ Segundo Morais Filho (1975), Maria Firmina dos Reis publicou uma série de poemas no *A Verdadeira Marmota*, em 1861. Nesta pesquisa, não conseguimos localizar o respectivo periódico para análise, nem na Biblioteca Nacional nem na Biblioteca Pública Benedito Leite, a qual detém grande parte dos documentos maranhenses em seu acervo. Portanto, utilizaremos a biografia escrita por Morais Filho para complementar a análise da trajetória da autora na imprensa.

oitocentistas, fala a respeito de um comunicado acerca do seu reaparecimento na sociedade maranhense. Ele foi publicado em uma seção da folha *Ordem e Progresso*, datada de 16 de fevereiro de 1861, na qual podemos ler:

Jornal Hebdomadário

Reapareceu este interessante jornal, depois de ter por algum tempo, pela indolência e lassidão, que geralmente ataca os jornais recreativos nesta província. Porém aproveitou bem o tempo que esteve recluso; pois vem mais pitoresco e variado; e prometendo ainda melhorar, e como, para este fim é necessário ser coadjuvado pelo respeitável público, recebe-se assinaturas nesta tip, onde também serão dirigidas as correspondências e reclamações (tipografia do Frias) (ORDEM E PROGRESSO, 1861).

Assim, torna-se nítido que o jornal em questão reapareceu em um momento em que a produção literária estava aumentando na província. A partir deste fragmento, percebemos que o *A Verdadeira Marmota* era um jornal que saía apenas uma vez na semana e propunha-se a ser uma folha mais variada.

Na biografia escrita por Morais Filho (1975) encontramos uma foto da primeira página do *A Verdadeira Marmota*, datada de 13 de maio de 1861. Nesta imagem, o jornal afirma que suas páginas seriam dedicadas às ciências, artes, comércio e aos costumes (MORAIS FILHO, 1975). Desta forma, percebemos que ele se identificava como uma folha literária, cujo valor era compatível com as demais do período, custando mil réis por assinatura ou cinco números.

Nesta mesma imagem da capa do *A Verdadeira Marmota*, trazida por Morais Filho, existe um texto que se chama “a autora de *Úrsula*”. Neste, o escritor buscou tecer elogios à literata: “sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na Vila de Guimarães, revelou um grande talento” (MORAIS FILHO, 1975, p. [252?]). Além disso, ao falar do romance de Reis, o periódico afirmou que “o aparecimento de *Úrsula* na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito” (MORAIS FILHO, 1975, p. [252?]).

A partir destas linhas, vislumbramos que, pelo menos para *A Verdadeira Marmota*, tanto o romance quanto sua autora foram bem recebidos pela comunidade letrada maranhense, sobretudo porque a narrativa do romance trazia as correntes literárias que estavam em voga no momento. Esse posicionamento do periódico difere de outras opiniões sobre o romance, destacadas nos impressos.

Além desta nota, há outra que indica Maria Firmina dos Reis como colaboradora do *A Verdadeira Marmota*, o que pode ser comprovado pelo excerto abaixo:

[...] vem dar todo o brilho e realce a nossa Marmota, ufana-se de contar com

tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivar as nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem animo se atrevam a cultivar tanto talento que anda por acaso ao oculto (MORAIS FILHO, 1975, p. [252?]).

Algumas das poesias publicadas naquele jornal também apareceram no *Almanack de Lembranças Brasileiras*. Além destas, outras sete poesias e charadas de Maria Firmina dos Reis circularam no periódico, entre maio e setembro de 1861⁸⁵. No ano de 1862, por sua vez, segundo Morais Filho (1975), a autora colaborou apenas com a poesia *Amor perfeito* e o romance *Elvira*⁸⁶.

Esse romance foi estruturado como poesia, abordando a história de amor da protagonista Elvira com o soldado Afonso. No decorrer da narrativa, ele morre em uma batalha e Elvira falece de tristeza. Por trás desse enredo, a autora estampou a escravidão e a vivência na senzala. Em *Elvira*, lemos:

[...] e cantavam na senzala,
Os negros, canção chorosa
E dizia a voz sentida:
Oh! Doce amante extremosa (REIS, 1862 apud MORAIS FILHO, 1975, p. [63?]).

Em uma das poucas menções à escravidão encontradas em *Elvira*, a autora descreveu senzalas, nas quais os negros, à noite, cantavam e lamentavam sua vida. Nesse aspecto, o interessante é que Reis usou dessa cena como um prelúdio do que viria a acontecer na vida da protagonista. Assim, as passagens nas senzalas funcionavam como um recurso de presságio e de ligação com o resto da história⁸⁷.

No mesmo período em que Maria Firmina dos Reis colaborou com *A Verdadeira Marmota*, também atuou no jornal *O Jardim das Maranhenses* (1861-1862), periódico voltado para o público feminino⁸⁸. Este intitulava-se como um semanário literário, moral,

⁸⁵ Em maio, a autora publicou as poesias *Minha vida* e *Por ver-te*, além de uma charada. Em agosto, foi a vez das poesias *Uma hora na vida* e *Não ames mais* e, nos mês seguinte, saíram as poesias *Saudades* (oferecida a uma amiga) e *Dedicação*. Em novembro e dezembro, a autora publicou duas charadas, uma em cada mês (MORAIS FILHO, 1975).

⁸⁶ Segundo Morais Filho (1975), o romance *Elvira* foi publicado nas edições dos dias 17 e 26 de fevereiro e 12 de março de 1862, no periódico *A Verdadeira Marmota*.

⁸⁷ Destacamos que *Elvira* não foi alvo de grandes pesquisas acadêmicas ou mesmo de outras edições. Nesse sentido, a obra carece ainda de uma análise mais atenta e profunda, pois foi publicado n'*A Verdadeira Marmota* no mesmo momento que *Úrsula*.

⁸⁸ O periódico circulou por pouco tempo, contudo, sua existência efêmera é uma característica da imprensa brasileira do século XIX. Não se tratava, portanto, de algo específico dos jornais destinados às mulheres. Ver mais em: Rodrigues (2017).

crítico e recreativo, sendo vendido por mil réis por bimestre ou oito números⁸⁹, os quais era impressos na Tipografia Commercio, de Augusto Vespúcio Nunes Cascaes.

A estrutura do jornal era composta por quatro páginas em cada número, e seus artigos eram apresentados como romances, geralmente nas primeiras páginas. Em seguida, vinha a crônica do editor, acompanhada por poemas e charadas nas últimas folhas. Havia, igualmente, uma seção de correspondências, a qual era assinada pelo leitor “cachorrinho das belas”, sem, contudo, existir uma troca entre leitoras. Esse formato seguia o mesmo padrão dos primeiros jornais para mulheres, que preferiam como tema a literatura, a correspondência de editores e leitoras e as crônicas sociais (BUITONI, 1981).

A estreia da colaboração de Maria Firmina dos Reis n’*O Jardim das Maranhenses* ocorreu em 20 de setembro de 1861, no mesmo período de estreia da folha naquela sociedade. No periódico, lemos: “Recomendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma. Sra. D Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense. De coração agradecemos a S. Exc.^a. pela honra que dá ao nosso Jornal, colaborando-o” (O JARDIM DAS MARANHENSES, 1861).

Assim, a autora foi apresentada como distinta literária, além de ter tido o respaldo dos redatores da folha, uma vez que ela recomendou a leitura de Reis. Depois disso, no período em que o jornal circulou, Maria Firmina dos Reis assinou ali mais seis poesias e charadas⁹⁰, tornando-se a segunda pessoa a ter mais publicações neste jornal – ficando atrás apenas das produções de JR, pseudônimo utilizado na folha.

As poesias e charadas que Maria Firmina dos Reis publicou nesse periódico dizem respeito, em sua maioria, a conteúdos de valorização da natureza. É o que podemos ver, por exemplo, no trecho da poesia *Ao amanhecer e o pôr do sol*, publicada em 20 de setembro de 1861:

A hora do arvorecer,
Quem não sente uma afeição?
Quem não sente uma esperança,

⁸⁹ Temos disponibilizadas as imagens microfilmadas pela Biblioteca Pública Benedito Leite, mas ali não constam todas as edições do periódico. Aquelas encontradas serão utilizadas no decorrer do texto: são os números 18, 21 a 25, 27 a 29. No que se refere à primeira edição do jornal, constatamos que sua circulação teve início em janeiro de 1861. Isso porque, na edição de número 24, do dia 30 de setembro de 1861, encontramos uma passagem que afirma que o jornal contava, à época, com oito meses de existência.

⁹⁰ No ano de 1861, a autora publicou as poesias *Ao amanhecer e o pôr do sol* e *A vida*, em setembro, além de um logogrifo e uma charada. A poesia *Não me acreditas*, por sua vez, foi publicada em outubro e, em novembro, saiu a poesia *A Meditação*. Já em dezembro, Reis publicou outra charada. Essas obras podem ser visualizadas nas edições n° 23, 24, 25, 27 e 28, de *O Jardim das Maranhenses*, periódico disponível na Hemeroteca Digital.

Nascer-lhe no coração?
 Foi nessa hora, sob a copa
 Da bela, e grata mangueira,
 Que inflorei a grata lira,
 A lira doce e fagueira.
 Era a canção, que eu tecia, fruto de eterna saudade;
 O só prazer, que me resta,
 Nesta triste soledade (O JARDIM DAS MARANHENSES, 1861, p. 4).

Os poemas de Reis, que traziam a temática da natureza, destoavam do resto da literatura publicada no jornal, a qual estava alinhada a uma estratégia pedagógica do comportamento feminino legitimado socialmente. Isso porque *O Jardim das Maranhenses* contribuía para uma difusão da imagem e da construção do “ser mulher” na sociedade maranhense oitocentista, “baseando-se em uma pedagogia de leitura para o público feminino que submete a mulher ao crivo da moral religiosa” (ARAÚJO, 2008, p. 47).

Verificamos que, no mesmo momento em que circulava a venda de *Úrsula*, a autora maranhense trouxe a público suas produções literárias, publicando-as na imprensa. Nesse sentido, tanto o periódico *A Verdadeira Marmota* quanto *O Jardim das Maranhenses*, com públicos e estilos literários diferentes, contribuíram para que essa mulher de letras conseguisse visibilidade e se estabelecesse no nicho literário maranhense.

Além disso, dentro desses jornais, Maria Firmina dos Reis passou a ter certo prestígio. Um exemplo disso é a edição de número 25 d’*O Jardim das Maranhenses* (1861), que contou com muitas produções da escritora: dentre as quatro páginas da folha, três continham publicações suas. As duas primeiras apresentaram o conto *Gupeva*⁹¹, em formato folhetim, e a última folha desta edição contava com uma poesia de Reis, intitulada *Não me acreditas*.

Esse fato acaba por mostrar o quanto seu trabalho literário partia de uma valorização do próprio jornal e podia estar sendo reconhecido e consumido pelos leitores. Afinal, como os redatores e editores desses periódicos voltados para o público feminino detinham o poder de escolha sobre o que seria veiculado, a qualidade e a rentabilidade financeira das publicações eram avaliadas. Por isso, como nos diz Ferronato (2016), podemos considerar que as obras de Maria Firmina dos Reis estavam sendo bem recebidas pelos leitores, haja vista o destaque adquirido pela autora dentro d’*O Jardim das Maranhenses*.

Apesar disso, *Gupeva*⁹², apresentado como um “belíssimo e interessante romance” na edição número 25 d’*O Jardim das Maranhenses* (1861), ficou incompleto, tendo sido

⁹¹ Este romance foi publicado entre 25 de novembro de 1861 e 13 de janeiro 1862, n’*O Jardim das Maranhenses*.

⁹² *Gupeva* foi publicado pela primeira vez no periódico *O Jardim das Maranhenses* sob o título de “romance brasileiro”. A obra é considerada um conto indianista.

publicados apenas dois de seus capítulos na folha em questão (SOUZA, 2017). Mesmo com a interrupção do romance-folhetim de Maria Firmina dos Reis, não podemos negar a importância que esta literata obteve no periódico, principalmente pelo fato de ela ser a única mulher declarada a publicar em uma folha escrita por homens, os quais controlavam as leituras ao alcance das mulheres (MORAIS, 1998). Não sabemos as causas da interrupção da circulação de *Gupeva*, contudo, é possível constatar que, depois de publicar este conto, em formato de folhetim, n’*O Jardim das Maranhenses*, ele foi transcrito no periódico *Porto Livre* (1864) e no *Echo da Juventude* (1865).

Em linhas gerais, o conto de Maria Firmina dos Reis retrata a história de amor entre a índia Épica e o francês Gastão, que culmina na morte dos dois. Ao longo do texto, descobrimos que a mãe de Épica também tinha se apaixonado por um francês, o pai de Gastão, tornando, deste modo, a relação entre Épica e Gastão incestuosa. Ao longo do texto, desenrola-se uma trama que narra as interações e miscigenações entre os indígenas e os franceses e que, segundo Telles (2004), representa um embate violento entre as raças, e não um canto lírico comemorativo.

O respectivo conto insere-se em uma conjuntura em que o indianismo ganhava força como literatura nacional⁹³. De acordo com Cano (2001), tal movimento configurava-se como um “fanatismo heroico” dos nacionalistas, os quais buscavam moldar a literatura. Embebida neste contexto, Maria Firmina dos Reis publicou uma produção vinculada ao indianismo, que rendeu a ela participação em periódicos distintos. Nessa lógica, trazer a questão indianista, que estava em voga no momento, para a narrativa do conto, foi fundamental para que *Gupeva* atingisse certo sucesso na sociedade maranhense.

Os outros dois periódicos que publicaram o conto de Reis eram políticos e literários. O *Porto Livre* (1861 – 1865) era também noticioso e comercial, enquanto o *Echo da Juventude* (1864 – 1865) era voltado para pessoas que apreciavam a literatura e as ciências de um modo geral, configurando-se como um jornal instrutivo e reflexivo.

No *Porto Livre*⁹⁴, o conto indianista circulou completo, de 9 de fevereiro a 21 de maio

⁹³ Segundo Martins (2009), o lietarato Ferdinand Denis (1798 – 1890) resumia o paradigma do romantismo brasileiro como sendo a temática indianista, pois o surgimento do sentimento patriótico estava ligado aos povos indígenas, que eram livres. De todo modo, o romantismo brasileiro acabou por adquirir características indianistas e de valorização da natureza.

⁹⁴ O periódico *Porto Livre* era dividido em quatro folhas, nas quais tratava de notícias locais, publicava folhetins e transcrições, além de contar com uma seção de publicações pedidas e a última folha reservada para anúncios. O jornal custava mil e quinhentos réis por trimestre e era impresso na Tipografia do Commercio, de Augusto Vespúcio Nunes Cascaes, tendo Francisco de Sales Nunes Cascaes como principal redator.

1863, no corpo do jornal. O primeiro capítulo só foi noticiado como “Gupeva romance brasileiro”, sem destacar o nome autora – o qual foi escrito apenas ao final da história. Em nenhum momento, o periódico em questão transmitiu sua opinião sobre a respectiva obra de Maria Firmina dos Reis, apenas a transcrevendo. Contudo, mesmo sem uma análise crítica da obra, o fato de *Gupeva* ter sido publicado ali tão pouco tempo após sua estreia em *O Jardim das Maranhenses* mostra que o conto pode ter sido recebido com relativo sucesso por aquela sociedade oitocentista.

Por sua vez, no *Echo da Juventude*⁹⁵ a circulação de *Gupeva* deu-se entre os dias 12 de março e 2 de abril de 1865. De acordo com Souza (2017) o conto apareceu nesse periódico com fonte maior do que as outras matérias do corpo do jornal, fazendo a história sobressair-se em suas páginas. Diferentemente do que vimos no *Porto Livre*, aqui houve uma apresentação da autora. Na edição número 14 do jornal, lemos:

Começamos hoje a estampar o romance *Gupeva*, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor ao estudo são bem conhecidos do público [...] Essa composição ligeira, porém onde revela-se o talento de sua hábil autora, foi-nos ofertada pela mesma, que cuidadosamente a corrigiu para ser publicada neste jornal. Seja a publicação do *Gupeva* um estímulo às mais senhoras, que cultivam as letras, porém uma modéstia condenável as tem conservado no silêncio e obscuridade. Aos ilustrados leitores recomendamos que o leiam, e sejam indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem (ECHO DA JUVENTUDE, 1865, p. 3).

Esse excerto de apresentação de Maria Firmina dos Reis e de seu texto é reveladora, pois evidencia que o conto, para ser aceito para a publicação, teve de passar por uma correção apurada por parte da autora. Como este periódico reunia um conjunto “expressivo de literatos que ocupavam o cenário das belas-lettras maranhenses” (MARTINS, 2009, p. 449), figurando como um meio de consolidação da literatura na província, havia uma certa exigência em suas publicações. Por isso, adequações foram realizadas pela autora maranhense.

Outro ponto interessante é que esse e outros jornais colocavam os trabalhos de Maria Firmina dos Reis como um estímulo para que outras mulheres saíssem da obscuridade. Neste aspecto, eram, inclusive, criticadas aquelas que, segundo eles, conservavam-se no silêncio. Tal argumentação chama nossa atenção, visto que, naquele período, ocorria uma intensa movimentação feminina no âmbito da imprensa e nos espaços públicos, de uma forma geral. Além disso, o posicionamento do periódico reforçava e encorajava, assim, produções femininas locais.

⁹⁵ Impresso pela Gráfica Belarmino de Mattos e custando dois mil réis por trimestre, este periódico possuía oito páginas, sendo a última dedicada à publicação de poemas.

O conto de Maria Firmina dos Reis não foi a primeira produção literária da autora no *Echo da Juventude*. Essa mulher de letras já vinha publicando na folha diversas poesias⁹⁶, incluindo aquelas de temática indianista, que tratavam de índios guerreiros e valorizavam a natureza. Um exemplo é a poesia intitulada *O canto do Tupi*, divulgada em 3 de fevereiro de 1865 no periódico em questão:

[...] Sou filho das selvas – não temo o combate,
 Não temo o guerreiro, – guerreiro nasci:
 Sou bravo, - eu invoco do bravo o valor,
 Sou filho dum bravo, valente tupi (ECHO DA JUVENTUDE, 1865, p. 7).

A partir de tudo isso, consideramos *Gupeva* como um dos responsáveis pela consolidação da imagem de Reis como uma literata maranhense. Por meio da trajetória dessa obra, podemos denotar o esforço pessoal da autora, tanto em ajustar o texto para publicação quanto em buscar meios para publicá-lo. Além disso, vimos que, provavelmente, o conto teve relativo sucesso à época, uma vez que, em menos de três anos, circulou em formato de folhetim por três periódicos diferentes.

Outro jornal que adquiriu prestígio na sociedade em que vivia Maria Firmina dos Reis e que contou com colaborações da autora foi o *Semanário Maranhense* (1867-1868). Fundado por Joaquim Serra, em 1867, essa folha durou apenas um ano. Entretanto, mesmo efêmero, o periódico foi um importante meio para publicação e reconhecimento da produção de toda uma nova e importante geração de intelectuais e literatos maranhenses (MARTINS, 2009). O *Semanário* circulou em São Luís e outras localidades de 1º de setembro de 1867 a 8 de setembro de 1868, saindo aos domingos e sendo impresso na Tipografia de Belarmino de Mattos, pelo preço de dois mil réis por trimestre ou treze números. Ainda que a folha não fosse barata, transitou pelos círculos literários da província, uma vez que nomes como Sabbas da Costa, Sousândrade, César Marques, Sotero dos Reis, Celso Magalhães e Gentil Braga, literatos da província, foram seus colaboradores (SOUZA, 2017).

De acordo com Martins (2009), a partir deste periódico, ergueu-se o discurso de exaltação da inteligência local. O *Semanário Maranhense* tornou-se, então, um órgão de valorização de uma tradição deixada pelos homens de letras que precederam o surgimento do periódico. Desse modo, a folha posicionava-se com o objetivo de cultivar as belas letras e a cultura maranhense.

O editor do jornal foi Belarmino de Mattos, enquanto seus redatores eram Joaquim

⁹⁶ Maria Firmina dos Reis publicou, entre janeiro e maio de 1865, no *Echo da Juventude*, as poesias *Hosana*, “T”, *O canto do Tupi* e *Melancolia*.

Serra e Gentil Homem de Almeida Braga, sob os respectivos pseudônimos Pietro de Castellamare e Flavio Reimar. Os três decidiam sobre o conteúdo do periódico, o que denota as relações de poder presentes no seu interior, já que tudo o que era publicado possuía uma intenção. Nesse sentido, a imprensa “marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras ” (MOREL, 2008, p. 26).

O *Semanário*, desde sua estreia, posicionou-se como uma folha literária, como podemos ver na sua primeira edição: “Estão, portanto, francas as colunas do semanário aos artigos que digam respeito a literatura, artes e indústria” (SEMANÁRIO MARANHENSE, 1867). Segundo Souza (2017), o conteúdo do *Semanário Maranhense* era voltado para prosas de ficção, história, poesias, artigos sobre literatura, notícias, biografias, transcrições e variedades. Além disso, eram publicados ali cursos bíblicos, textos sobre a história do Maranhão, sobre indústrias e cartas dos leitores, tudo isso distribuído em oito páginas.

O periódico contava ainda com uma seção de crônica interna, escrita por Pietro de Castellamare (Joaquim Serra), e uma de crônica externa, escrita por Flávio Reimar (Gentil Homem de Almeida Braga). A primeira comentava as notícias da província, desde festas religiosas até fofocas do cotidiano. Já a crônica externa continha notícias do exterior, sobretudo no que dizia respeito às notícias e consequências da Guerra do Paraguai. Assim, o *Semanário Maranhense* assumia para si a função de divulgar trabalhos intelectuais, para além de literaturas, ajudando, ao lado de outros periódicos, na legitimação de um conteúdo caro à sociedade.

Como dito, a escritora Maria Firmina dos Reis apareceu também como colaboradora deste periódico, o qual demonstrou valorizar seu trabalho. Em uma seção de 3 de novembro de 1867 do *Semanário*, lemos:

Em outro lugar deste jornal estão publicados alguns versos de uma senhora maranhense, que cultiva as belas letras com assiduidade e muito bom gosto. Não são estes os primeiros versos da autora de *Úrsula* e o *Semanário* sente especial prazer arquivando os trabalhos de tão talentosa colaboradora (SEMANÁRIO MARANHENSE, 1867, p. 8).

Na passagem, podemos perceber a valorização da literatura local e da escrita de Maria Firmina dos Reis, endossando *Úrsula* como a obra que tornou a autora conhecida. Outro ponto de destaque é que o periódico, ao reafirmar o talento da escritora, fortificava a carreira dela.

Neste contexto, a mulher de letras colaborou com algumas poesias no *Semanário*

*Maranhense*⁹⁷. De início, pode parecer que a sua produção ali tenha sido insignificante em relação à sua atuação em outros periódicos da época. Entretanto, como esta folha tornou-se um dos principais meios de propagação da literatura na província, ter produções publicadas e circulando a partir dela no meio literário maranhense pode ter tido grande impacto positivo na carreira de Reis.

O fato de Belarmino de Mattos ter levado páginas do *Semanário Maranhense* para a Corte imperial, como nos diz Martins (2009), demonstra o destaque deste periódico. Além disso, torna-se possível que alguma produção de Reis tenha chegado ao Rio de Janeiro. Portanto, publicar, mesmo que poucas poesias, no periódico em questão, pode ter sido um importante feito na carreira de Reis e na sua consolidação como escritora e poetisa, uma vez que a folha circulava pelos círculos letrados da província maranhense.

De um modo geral, a autora atuou de maneira enfática e versátil na imprensa maranhense, produzindo poesias, contos, charadas, logogrifos, isto é, uma gama de trabalhos, os quais permitiram que ela construísse para si uma carreira como mulher de letras. Em paralelo à sua contribuição nos jornais daquele contexto, Reis ainda colaborou com antologias e coletâneas. A primeira delas foi o *Parnaso Maranhense* (1861), na qual publicou duas poesias, denominadas *Por ver-te* e *Minha vida*⁹⁸. Essa antologia de poesias, que possuía 285 páginas *in-oitavo*, foi impressa pela tipografia de Belarmino de Mattos. Ademais, a obra foi baseada em outras, publicadas entre os anos 1829 a 1831 e 1843, chamadas de *Parnaso Brasileiro*⁹⁹.

Segundo Cano (2001), o *Parnaso Brasileiro* de 1843 foi organizado pelo autor Pereira da Silva e evocava uma compilação de poetas, realizando um estudo histórico sobre a literatura brasileira. Portanto, assim como essa obra procurava promover uma valorização da literatura no âmbito nacional, o *Parnaso Maranhense* buscava valorizar a literatura tida como regional. Nesse aspecto, a relevância dessa obra e de seus colaboradores foi sentida na província e no seio da socialização intelectual maranhense. Um exemplo disso é um trecho em que Frias, tipógrafo oitocentista, afirma que o *Parnaso Maranhense* foi um dos melhores trabalhos realizados por Belarmino de Mattos e sua tipografia, reafirmando a apreciação da sociedade com relação à obra em seu tempo (FRIAS, [1886?] apud CANO, 2001).

Maria Firmina dos Reis também foi notícia quando se juntou ao rol de autores do *Parnaso Maranhense*. Na edição número 83 do jornal *A Imprensa*, por exemplo, lemos: “De

⁹⁷ Poesia *Meditação* (nº 10 - 1867) e Poesia *Lua Brasileira* (nº 271 - 1868).

⁹⁸ Na poesia *Por ver-te*, a autora evidencia um enredo romântico, enquanto que em *Minha vida* discorre sobre as dores da vida. Ver mais em: Marques (1863).

⁹⁹ Ver mais em: Cano (2001, p. 159).

há muito que todos conhecem os talentos e a habilidade da autora de Úrsula, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso” (A IMPRENSA, 1861). Nessa nota, observamos que, em 1861, as pessoas já tinham conhecimento da autoria de *Úrsula*, reafirmando que Reis possuía talento, o que justificava sua presença na antologia.

Grande parte dos intelectuais da província foram reunidos no *Parnaso Maranhense*, dentre eles Antônio Gonçalves Dias, Antônio Marques Rodrigues, Francisco Sotero dos Reis, Joaquim de Souza Andrade, Manoel Odorico Mendes e outros¹⁰⁰. Cabe destacar ainda que Maria Firmina dos Reis não foi a única mulher a publicar nessa antologia: Dona Jesuína Augusta Serra também colaborou, com um soneto, na obra em questão.

Dona Jesuína Serra era esposa de Joaquim Serra, um dos organizadores do *Parnaso Maranhense* (SOUZA, 2017). Assim, acreditamos que a sua colaboração e a de Reis nessa antologia estavam relacionadas aos literatos que influenciaram diretamente na construção da obra. No caso de Jesuína Serra, ao seu marido, e, no caso de Maria Firmina dos Reis, ao seu primo, Francisco Sotero dos Reis. Mesmo assim, não negamos a importância que esta última estava adquirindo no período, pois a antologia em questão foi amplamente divulgada, reunindo importantes nomes daquele contexto da literatura maranhense.

Assim, como uma antologia valorizada e prestigiada na província, o *Parnaso Maranhense* possibilitou que o nome de Maria Firmina dos Reis fosse reconhecido por um público leitor que já consumia obras de literatos consolidados. Dessa forma, a obra permitiu que suas poesias atingissem o mesmo público leitor, fortalecendo a imagem de literata de Firmina dos Reis.

A autora maranhense participou também da coletânea organizada por César Augusto Marques (1863), que uniu a produção de vários artistas sob o título de *Almanach Histórico de Lembranças Brasileiras*. Ao que tudo indica, essa obra saía anualmente, tendo sido impressa também na tipografia de Belarmino de Mattos. Atualmente, só encontramos disponíveis as edições dos anos 1861, 1863 e 1867¹⁰¹, dentre as quais Reis colaborou com uma poesia em 1863 e duas em 1867.

Sua participação nesse projeto foi acompanhada de outros nomes da literatura

¹⁰⁰ Além destes, constam nomes como: Jesuína Augusta Serra, Antônio Joaquim Franco de Sá, Augusto César dos Reis Raiol, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Antônio César de Berredo, Augusto Frederico Colin, Frederico José Correia, Felipe Franco de Sá, Francisco Sotero dos Reis Júnior, Gentil Homem de Almeida Braga, João Duarte Lisboa Serra, José Ricardo Jauffret, Joaquim Maria Serra Sobrinho, João Antônio Coqueiro, Luiz Antônio Vieira da Silva, Raymundo Brito Gomes de Sousa e Trajano Galvão de Carvalho (DIAS, 1861).

¹⁰¹ As edições podem ser consultadas na Hemeroteca digital, mecanismo de busca da Biblioteca Nacional.

nacional, como Francisco Adolfo de Varnhagen e Gonçalves Dias. Contudo, diferentemente do que ocorreu no *Parnaso*, Maria Firmina dos Reis foi a única mulher a colaborar com produções literárias no *Almanach*. Destacamos, então, que a autora estava inserida em um espaço ainda de difícil atuação feminina, e que suas colaborações estavam atreladas a outros literatos do período. Isso evidencia que sua carreira literária passou por aproximações, que permitiram que Reis figurasse nas mesmas páginas que outros literatos nacionais. Além disso, de acordo com Abrantes (2013), o *Almanach* teve uma distribuição de noventa exemplares para escolas públicas, o que nos permite considerar que algumas de suas poesias circulavam pelo ambiente escolar, outro espaço que Reis frequentava.

As duas obras nas quais essa mulher de letras colaborou dizem muito sobre as relações e socializações literárias cultivadas por ela, evidenciando também que estas adquiriam uma projeção social maior. Afinal, tratando-se de grandes produções, que contavam com outros literatos do período, o alcance dessas obras era, provavelmente, maior, o que daria, conseqüentemente, mais visibilidade à Maria Firmina dos Reis.

Mediante a atuação dessa literata na década de 1860, baseados nas fontes disponíveis, constatamos que ela circulou pela imprensa maranhense, colaborando com folhas literárias. Esses dados reforçam a importância da sua relação familiar com Francisco Sotero dos Reis e da tipografia B. de Mattos na trajetória da autora na imprensa. Isso porque, como indica Morel (2008, p. 38), “as tipografias e as primeiras livrarias eram [...] frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras, pontos de venda dos impressos, leituras coletivas”. Desse modo, acreditamos que, por meio da relação com Sotero dos Reis e com a tipografia Progresso, Maria Firmina dos Reis pôde conhecer outros literatos da província, como Gonçalves Dias, Joaquim Serra e Gentil Homem de Almeida Braga, redatores do *Semanário Maranhense*, mas que também tinham contribuído, junto com ela, no *Parnaso Maranhense* e no *Almanach de Lembranças Brasileiras*.

Contrastando com a efervescente produção da escritora nos anos 1860, o período posterior apresenta uma queda. Uma das possíveis causas disso é o fato de que, em fins daquela década, Belarmino de Mattos foi preso e, em decorrência do tempo na cadeia, faleceu em 1870 (MARTINS, 2009). Além disso, Francisco Sotero dos Reis também foi a óbito a seguir, no ano seguinte¹⁰². Dessa maneira, a diminuição da produção de Maria Firmina dos Reis pode estar diretamente associada ao falecimento desses dois importantes apoiadores de

¹⁰² Ver mais em: Santos (2016, p. 32 e 33).

sua carreira.

No ano de 1871, Reis publicou uma coletânea de poesias intitulada *Cantos à beira-mar*. Esta, novamente, não tecia críticas sociais, mas tratava de temas relacionados à natureza, ao amor e ao sofrimento. Essa produção de Firmina dos Reis foi a única, confirmada por fonte impressa, que foi noticiada em outra província. Assim, no periódico *Espírito Santense* (1870 – 1889), do Espírito Santo, foi publicada, em 4 novembro daquele ano, uma transcrição de um jornal maranhense que mencionava a obra em questão: “Lê-se na Esperança do Maranhão: com o título cantos a beira-mar, vai publicar um volume de poesias a exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, inteligente professora pública da Villa de Guimarães, nesta província” (O ESPÍRITO SANTENSE, 1871).

A notícia encontrada no periódico do Espírito Santo confirma que, apesar de ser uma transcrição de um jornal maranhense, aquela obra de Reis, em específico, teve uma circulação fora da província. Este fato pode ter contribuído para um maior reconhecimento da carreira literária de Maria Firmina dos Reis. Não conseguimos localizar o *Esperança do Maranhão* para obter mais detalhes, mas podemos considerar *Cantos à beira-mar* como uma importante obra, principalmente pelo seu reconhecimento posterior, no século XX, quando aquela mulher de letras maranhense se tornou conhecida por causa dessa coletânea¹⁰³.

Além dessa publicação, a literata maranhense escreveu um artigo, intitulado *Minhas impressões de viagem*, dividido em duas edições no jornal *O Domingo: Semanário crítico e Literário* (1872 - 1874)¹⁰⁴. Este, como os demais jornais literários do período, também custava dois mil réis e possuía quatro páginas. Geralmente, estas páginas continham romances em formato de folhetim, poesias e uma crônica do editor e proprietário do periódico, A. de Azevedo. Essa folha foi impressa na Tipografia do Paiz, por M. F. V. Pires.

Ao longo da década de 1870, a imprensa maranhense contou com cerca de vinte e cinco periódicos, sendo seis deles literários. Apesar dessa circulação de jornais literários, Maria Firmina dos Reis só colaborou com o artigo *Minhas impressões de viagem* e publicou sua antologia de poesias. Depois disso, a mulher de letras maranhense só retornou à imprensa na década de 1880, com a publicação de seu conto *A Escrava*, em 1887. Neste, Reis narra a história de uma senhora branca que acolhe um escravo fugitivo e sua mãe, a qual teria ficado

¹⁰³ Na edição número 36 da revista *A Faceira* (1914), do Rio de Janeiro, existe um artigo sobre poetisas brasileiras. Nele, Maria Firmina dos Reis aparece como escritora de *Cantos à beira-mar*. Além desta, Maria Firmina dos Reis foi mencionada como autora dessa obra no *Jornal do Commercio*, em 4 novembro de 1928, e na *Revista da Semana*, em 15 agosto de 1936, ambos do Rio de Janeiro.

¹⁰⁴ Este artigo foi publicado nas edições de número 30 e 31 do jornal *Domingo: Semanário crítico e literário*.

louca depois que seu dono vendera seus filhos gêmeos. Assim, essa obra relata os sofrimentos de uma mãe negra ao ver seus filhos sendo separados e levados para longe.

Tal narrativa, posta no conto de Maria Firmina dos Reis, estava sendo discutida na Corte e no Império, como um todo. Nesse sentido, Camillia Cowling (2018) aponta que a maternidade, no contexto da emancipação gradual da escravidão, estava no centro das disputas pela liberdade, o que produzia ressonâncias em todas as esferas, incluindo a literária. Por isso, sugerimos que Maria Firmina dos Reis utilizou as discussões que estavam em voga para trazer à luz o conto *A Escrava*.

Ademais, o conto, publicado pela *Revista Maranhense*¹⁰⁵, sob a redação e direção Augusto Brito, apresentava um discurso contrário à escravidão, mas que, em sua essência, divergia daquele encontrado em *Úrsula*. Enquanto no último o argumento foi embasado no discurso de que todos são irmãos perante Deus, em *A escrava*, a discussão girou em torno da noção de que a escravidão impediria o progresso da nação.

Por isso, cabe reiterar que o conto *A Escrava* foi escrito e publicado em um contexto de efervescente discussão sobre a libertação dos escravos. Além disso, em algumas localidades, a escravidão já tinha sido abolida em 1887, como aconteceu na província de Recife (SANTOS, 2015). Em vista disso, a conjuntura sobre a escravidão impactou e influenciou a escrita de *A escrava* e isso pode ter sido um dos motivos da existência de uma crítica mais contundente ao sistema escravista na obra.

É o que notamos, por exemplo, no trecho “por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal” (REIS, 1887 apud MORAIS FILHO, 1975). Outra crítica pode ser observada quando Reis escreve, na obra: “lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco” (MORAIS FILHO, 1975). Desse modo, a autora expõe de forma mais clara o cotidiano escravista no Maranhão oitocentista às vésperas da abolição da escravatura.

Por isso, assim como *Gupeva*, que estava envolto no indianismo, e *Úrsula*, no romantismo, *A Escrava* também pertence a um contexto de veiculação de obras abolicionistas, sobretudo em torno de discussões sobre a maternidade escrava e a compaixão, muito debatidas em fins do século XIX. Isso tudo nos mostra que as obras de Maria Firmina dos Reis não foram publicadas isoladamente, mas sim estavam de acordo com as correntes literárias vigentes.

Depois de seu retorno com *A Escrava*, a literata colaborou com o jornal maranhense

¹⁰⁵ O conto foi publicado na edição de nº 3, em novembro de 1887 (MORAIS FILHO, 1975).

Pacotilha (1880 – 1909). Desse modo, podemos considerar a possibilidade de que *A Escrava* tenha sido uma tentativa de impulsionamento da carreira de Maria Firmina dos Reis. Em fins da década de 1880, o periódico em questão pertencia a Victor Lobato e Barbosa de Godois e era impresso por Antônio Auger da Silva, na tipografia da Pacotilha. Seu conteúdo era diversificado, contando com notícias da província, comércio, agricultura, anúncios, publicações a pedido e outros. Como uma folha diária, que continha variados assuntos, a *Pacotilha* provavelmente circulou por um nicho social maior do que os periódicos literários, sendo famoso por registrar os principais acontecimentos da capital São Luís, do interior do Estado e do mundo (JORGE, 2008).

Nessa folha, a autora de *A escrava* escreveu duas poesias em 1889¹⁰⁶, ambas dedicadas a pessoas falecidas e aos seus familiares. Com exceção destas, Maria Firmina dos Reis não mais colaborou com o *Pacotilha* na década, só voltando a publicar poesias no século XX. Assim, nas páginas desse periódico, na década de 1900, constatamos três poesias de Maria Firmina dos Reis, sendo uma delas intitulada: *Um brinde à noiva*, dedicado a uma aluna¹⁰⁷.

Diferentemente da produção literária de Reis publicada até então, suas poesias da década de 1900 não dizem respeito à natureza ou ao amor, mas são dedicadas a pessoas contemporâneas a ela. Além disso, merece destaque o fato de as publicações da autora terem se tornado cada vez mais esporádicas. Isso tanto pode ter sido em decorrência da dificuldade em circular pela imprensa, uma vez que grande parte dos literatos que faziam parte de sua trajetória tinham falecido, ou pelo fato de a autora ter atingido uma idade avançada, o que dificultaria sua produção. As duas hipóteses levantadas ajudam a explicar o possível motivo de diminuição da presença de Maria Firmina dos Reis na imprensa maranhense.

Por fim, esta subseção buscou entender como se deu a atuação da escritora na imprensa na segunda metade do século XIX, vislumbrando o que ela produzia no contexto literário e impresso maranhense. Além disso, procuramos delinear as possíveis causas da diminuição da sua produção literária depois dos anos 1870.

¹⁰⁶ A primeira foi uma poesia dedicada a Júlia Sá, falecida naquele ano, publicada em 16 de março de 1889. A segunda foi dedicada aos familiares do falecido Dorotheu Juvenal da Costa, sendo divulgada em 20 de agosto de 1889.

¹⁰⁷ Os poemas publicados neste periódico foram: dois dedicados a Dona Ana Esmeralda M Sá, um à sua ex-aluna (*Um brinde à noiva*), e outro por ocasião das bodas do Sr. Eduardo Ubaldino Marques. Eles foram publicados em 11 de agosto de 1900 e 20 de fevereiro de 1908 no *Pacotilha*.

4.4 A BALANÇA DO TEMPO: CONCILIAÇÃO ENTRE DOIS TRABALHOS

No mesmo momento em que Maria Firmina dos Reis estava vivendo uma intensificação da sua atividade literária na imprensa maranhense, em 1860, ela atuava como professora pública de primeiras letras na Vila de Guimarães. Nesse sentido, sua trajetória na imprensa está diretamente ligada à sua vida na docência e, pensando nisso, faz-se necessária uma análise de como se deu a relação entre as duas esferas de trabalho assumidas por Reis.

A literata maranhense viveu em um período em que “no Brasil seria impossível, ao menos para a grande maioria, viver apenas da pena” (GUIMARÃES, 2012, p. 5). Por isso, muitos dos escritores oitocentistas não sobreviviam apenas de suas produções intelectuais. Maria Firmina dos Reis também integrou esse rol de escritores e escritoras que exerceram alguma atividade profissional para além da escrita. Nesse aspecto, a autora participou do mundo do trabalho na sua função de professora de primeiras letras, ofício que, em confluência com outros fatores, contribuiu para que alcançasse um lugar privilegiado em relação às outras mulheres negras do Maranhão oitocentista. Com seu letramento, Reis pôde tanto ocupar o cargo na docência quanto se dedicar à escrita de contos e poesias.

Tendo em mente que o trabalho conquistado por Firmina dos Reis era essencial em sua vida, buscamos refletir se houve ou não uma conciliação entre sua função de professora e suas colaborações na imprensa. Afinal, pensar na dinâmica de trabalho vivida pela autora ajuda-nos a refletir sobre as negociações em relação ao seu ofício e o impacto deste na sua trajetória na imprensa.

Como vimos, após sua estreia com *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis passou a fazer parte da imprensa maranhense, realizando expressivas contribuições ao longo da segunda metade do século XIX. Por não pertencer à elite, contudo, ela não poderia dedicar-se apenas à literatura, como acontecia com frequência entre mulheres mais abastadas. Para estas, o ócio era valorizado como um tempo para se exercer a literatura (WOOLF, 1975).

Além disso, em termos econômicos, mesmo no contexto de valorização da literatura no Maranhão, “o público leitor era ainda muito pequeno, os livros publicados por escritores brasileiros eram poucos e com tiragens muito baixas” (GUIMARÃES, 2012, p. 5). Assim, viver apenas de suas produções não seria suficiente para Reis, mesmo que fosse um ambiente propício à proliferação de literatos. Dessa maneira, a sua condição financeira pode não ter permitido à autora uma dedicação exclusiva à literatura e o consecutivo abandono da docência.

Maria Firmina dos Reis, após a aprovação no concurso público para a cadeira de

primeiras letras da Vila de Guimarães, em 1847, iniciou sua carreira docente. Esta era perpassada por exigências morais que deviam ser cumpridas pelos professores. Nesse sentido, no Regulamento da Província de 1854 e 1855, lemos:

Só podem exercer o magistério público os indivíduos que provarem perante o governo da Província: [...]

2º. Moralidade, por folhas corridas nos lugares onde tenham residido nos três anos mais próximos à data de seu requerimento e atestado dos respectivos párocos; [...] (MARANHÃO, 1854).

De acordo com César Castro (2015), a moralidade e os itens postos no artigo seriam os pré-requisitos que condicionariam os professores à candidatura, e não obrigatoriamente a sua efetividade. Por isso, mesmo que o Regulamento tivesse validade só a partir do ano de 1854, o caráter moral da profissão era algo comumente utilizado nas seleções, pois a lei de outubro de 1827 já trazia tais exigências para o ensino e instrução, principalmente para as mulheres.

Nesse aspecto, Costa (2013) informa que, na coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão (1835-1889), existem 48 leis e 24 portarias que dispõem sobre posturas para São Luís, entre 1842 e 1889, evidenciando uma preocupação moral com os professores. Dentre as ações que levavam à sua demissão estavam, por exemplo, casos de embriaguez, concubinato público e maus costumes, Tais leis e regulamentos demonstram o controle moral exercido pela sociedade para com os professores, pois estes eram vistos como os responsáveis pela difusão dos ideais de civilidade impostos, principalmente, para a clientela livre e pobre do ensino primário (CASTRO, 2015).

Tal requisito de postura para o exercício da docência no Maranhão oitocentista pode ter sido, inclusive, um dos fatores que possibilitaram a circulação de Maria Firmina dos Reis na imprensa. Afinal, aos olhos da sociedade, o fato de ser professora conferia à literata um *status* de respeitabilidade.

Na década de maior produção na imprensa, segundo o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* (MATTOS, 1859), Maria Firmina dos Reis possuía uma média de dez a quatorze alunas, como podemos ver a seguir:

Tabela 1 – Número de alunas de Maria Firmina dos Reis, MA (1859; 1860; 1862; 1864; 1866)

ANO	1859	1860	1862	1864	1866
Nº de alunas	11	14	14	14	11

Fonte: Mattos (1859, p. [153?; 298?; 304?]).

Na província, “aqueles que possuíam de 10 a 39 alunos ensinavam pelo método individual, recebiam por ano o ordenado de trezentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno” (CASTRO, 2009, p. 90). No entanto, se não tivesse o número mínimo de alunos, o professor não receberia seus vencimentos. Como possuía mais de dez alunas, Reis recebia um salário que, na década de 1860, girava em torno do valor supracitado, pois os professores eram pagos de acordo com a quantidade de alunos que tinham em suas salas de aula¹⁰⁸.

Neste aspecto, o presidente de província, em uma de suas falas, em 1881, afirmou que o professorado andava mal retribuído (MARANHÃO, 1881a). Em vista dos poucos ganhos, os professores e as professoras buscavam alternativas variadas, como acumulação de cargos, mesmo que esta prática fosse proibida (MARANHÃO, 1876). Além disso, muitos deles também publicavam livros didáticos, como Felipe Benício de Oliveira Condurú e Antônio Marques Rodrigues (COSTA, 2013). Nesse sentido, Alessandra Schueler (2008), ao estudar a prática de publicação de livros didáticos no Rio de Janeiro, confirma uma significativa participação de professoras primárias como autoras dessas e de outras obras.

A prática de produção de livros didáticos no Maranhão foi incentivada pelo presidente de província, à época. No artigo número 86, do Regulamento de Instrução Pública de 1854, lemos: “o Presidente da Província sobre proposta do inspetor da instrução pública poderá conceder prêmios aos professores que se tornarem notáveis no magistério, já compondo compêndios para uso das escolas” (MARANHÃO, 1856b).

Isto se configurava também como algo benéfico para os gastos do ensino público, pois, com os esforços dos professores em produzir tais obras, menos investimento seria necessário no que dizia respeito à compra de livros didáticos para o ensino. Assim, tal prática pode ter sido uma alternativa visualizada por Maria Firmina dos Reis como uma fonte de aumento de seu salário e aceitação na imprensa. No entanto, ao invés de produzir um conteúdo voltado para o ensino, ela acabou por produzir textos literários.

Como vemos, as carreiras docente e literária de Reis entrelaçavam-se. Como professora, baseada no número de alunas, ela lecionava através do método individual¹⁰⁹. Um exemplo disso é o ofício que Maria Firmina dos Reis envia para o secretário do governo em

¹⁰⁸ Essa disposição constava nos Art. 2º ao 4º da Lei nº 267, de 17 de dezembro de 1849. O método de ensino, por sua vez, poderia ser individual, simultâneo ou lancastrino (CASTRO, 2009; BASTOS, 1999).

¹⁰⁹ Sobre isso, o regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província de 1877 previa que, nas escolas frequentadas por menos de vinte alunos, o professor por si só tomava as lições (CASTRO, 2009).

29 de abril de 1862, noticiando que iria utilizar o *Livro do Povo*¹¹⁰ com suas alunas. Deste modo, ela estaria cumprindo a moralidade, tal qual o exercício de seu emprego exigia (REIS, 1862a). No documento, lemos: “ofício [...] ‘livro do povo’ que por meio de sua vossa excelência o presidente da província, me foram submetidas [...] distribuídas pelas alunas da aula [...] o que cumprirei logo [...] no exercício do meu emprego” (REIS, 1862a, p. 1).

Em outro ofício, datado de 1863, a professora pública informou ao secretário do governo que, em junho do mesmo ano, havia trabalhado na aplicação do *Livro do Povo*, por meio do método individual, e obtido aproveitamento das alunas (REIS, 1863b). Estes ofícios, produzidos pela própria Maria Firmina dos Reis sobre sua experiência docente, revelam fragmentos de como a educação feminina devia ser regida no Maranhão. Afinal, a utilização daquela obra nas escolas primárias foi incentivada pelos órgãos institucionais, que distribuíram seus exemplares em Guimarães, de forma gratuita, nos anos de 1862 e 1870 (REIS, 1863b).

O *Livro do Povo* foi bastante utilizado pois possuía um alto teor moralizante, que legitimava um comportamento a ser seguido, enfatizando a religiosidade na instrução pública feminina (COSTA, 2013). A obra teve grande repercussão no cenário educacional maranhense, contendo textos de lições morais e bíblicas, uma seção sobre higiene, em que eram tratados assuntos relativos aos aposentos, vestimenta e asseio, além de conteúdo sobre alimentos e bebidas, exercício e repouso, sensações e paixões e generalidades¹¹¹.

Odaléia Costa (2013, p. 160) diz-nos que “segundo os ofícios, os livros deveriam ser distribuídos entre os alunos da escola que mais se distinguissem por sua assiduidade, aproveitamento e moralidade”. Ao lembrar que os livros eram distribuídos com base na moralidade e no aproveitamento, essa pesquisadora leva-nos a crer que a educação proporcionada por Maria Firmina dos Reis estava em concordância com aquilo que era proposto para professoras públicas na sociedade maranhense oitocentista, haja vista que a autora recebeu o livro supracitado para aplicar em suas aulas. Nesse aspecto, César Castro (2009) aponta que os órgãos de poder exerciam influência e vigilância sobre os conteúdos e os

¹¹⁰ Este livro possuía trezentas páginas e era utilizado para instrução de todas as classes sociais, custando quatrocentos réis. De acordo com Viveiros (1953, p. 29), “o Livro do Povo foi o livro de leitura da infância maranhense do segundo reinado, que quase toda ela aprendeu a ler nas lições ditadas pelo espírito bom e generoso de Antônio Marques Rodrigues”. O autor deste livro, Antônio Marques Rodrigues (1826-1873), foi bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, catedrático de geografia e história e dirigiu, durante os anos de 1864 a 1868, a instrução pública maranhense, distribuindo o *Livro do Povo* para diversos alunos que não podiam adquiri-los.

¹¹¹ Além disso, falava sobre educação religiosa e moral, propagação dos evangelhos, fábulas, quadrúpedes, moral prática, receitas, o Brasil e outros. Ver mais em: Costa (2013, p. 146 e 151).

comportamentos, e isso se verifica nos ofícios escritos por Maria Firmina dos Reis.

Este método de ensino demandava tempo e, com a intensificação da sua produção na imprensa, Reis pode ter tido dificuldade em manter suas atividades como professora. Considerando isso, por meio dos requerimentos trocados entre Maria Firmina dos Reis e o presidente de província, tentaremos dimensionar como a literata maranhense lidou com a docência no período de sua maior produção literária na imprensa.

Esses requerimentos tornam-se fontes interessantes nesta pesquisa pelo fato de podermos visualizar, por meio deles, trechos da relação dos órgãos institucionais com Reis. Os professores e professoras utilizavam esses ofícios para fazer pedidos e reivindicações, visando o funcionamento das aulas (LACROIX, 1982). Assim, estabelecia-se um diálogo entre professores(as) e inspetores. Os requerimentos, de acordo com Giglio (2001), configuravam-se também como um dispositivo para controlar e ordenar a vida dos cidadãos e do próprio Estado. Desse modo, enquanto organizadores da área educacional, os ofícios expedidos visavam a manutenção de um controle e de uma moralidade exigidos. Além disso, visavam “a organização da educação maranhense nos oitocentos como: horário, ampliação do número de alunos, nomeação de professores, criação de aulas, formas de controle e ordenação das práticas e dos saberes escolares” (CASTRO, 2013, p. 3).

Maria Firmina dos Reis, ao longo da década de 1860, solicitou, junto aos órgãos institucionais, licenças das atividades educacionais. Acreditamos que estas licenças estavam diretamente ligadas com a sua intensa produção na imprensa periódica, haja vista que, depois dessa década, não encontramos outros ofícios de afastamento requeridos pela professora.

O seu primeiro ofício de afastamento foi pedido em 1856. No requerimento de retomada das atividades docentes por Maria Firmina dos Reis (1856, p. 1), lemos: “Participo a V. excelência que hoje 5 do corrente, terminando a licença que por professora me foi concedida [...] no meu magistério”. Neste documento, aparece a informação de que foram concedidos três meses de licença, mas a causa de tal pedido não é revelada.

De fato, não temos como saber se esses ofícios foram pedidos por motivos de saúde, entretanto, notamos que a maioria dos pedidos realizados pela professora coincidia com seu período de atuação na imprensa. Assim, acreditamos a utilização de tais requerimentos pode demonstrar uma pausa na docência para que Reis pudesse dedicar-se ao trabalho da escrita literária. Isso porque a primeira resenha e menção à construção de seu romance, por exemplo, apareceu em 1857.

A maioria das licenças foram pedidas por Maria Firmina dos Reis na década de 1860 e algumas delas pediam três meses de afastamento, podendo chegar até a dez meses, como é o

caso do documento de 1863 (REIS, 1863a). Para além dessa década, encontramos apenas um pedido, no ano de 1870. Deste modo, os requerimentos de licença coincidem, em sua grande maioria, com o período de maior atuação da escritora na imprensa maranhense. Assim, a década de 1860 também se configura como o período em que Maria Firmina dos Reis mais solicitou pedidos de afastamento da docência.

Por isso, partimos da linha analítica de que, possivelmente, Reis utilizou esses pedidos como estratégia para conseguir dedicar-se aos trabalhos de cunho literário. Tal premissa pode ser corroborada pelo fato de que lecionar demandava uma organização, e isto poderia dificultar na elaboração de seus textos para a imprensa.

Em outro requerimento de Reis para o presidente de província, ela afirma que, em novembro de 1859, foram concedidos mais três meses de licença a ela (REIS, 1859), período este que coincidia com a estreia de *Úrsula*. Assim, poderia ser vantajoso para Firmina dos Reis tirar uma licença naquele contexto para focar na distribuição de informações do romance, bem como organizar sua entrada no universo dos impressos. Ademais, no ano de 1859, a professora possuía onze alunas, as quais eram ensinadas pelo método individual, algo que exigia uma maior dedicação. Nesse sentido, a utilização do pedido de afastamento pode estar relacionada ao momento de ajustes para a estreia literária de Reis.

Nesse sentido, cabe lembrar que os primeiros anos de sua carreira literária foram marcados por intensas colaborações e participações em antologias importantes, como vimos anteriormente. Por conseguinte, as licenças concedidas poderiam ajudá-la a ter tempo para dedicar-se à elaboração de suas produções literárias, auxiliando na organização e adaptação de suas funções.

No ano de 1862, quando tinha quatorze alunas, a literata voltou a comunicar seu deferimento a respeito do fim da licença concedida. Nesse documento, lemos: “Participo a V. Ex que no dia três do corrente maio [...] licença que me foi concedida em fevereiro do mesmo ano” (REIS, 1862b, p. 1). Assim, consideramos que, neste período em que Reis contava com um número alto de alunas e com sua carreira literária ainda no início, ela precisava consolidar sua figura de poetisa e escritora, buscando colaborar na imprensa. Já em 1863, houve mais um requerimento, no qual Reis comunica o fim de outra licença “que por vossa Exma. me foi concedida em 7 janeiro desse mesmo ano de 1863” (REIS, 1863a, p. 1). A partir disso, enfatizamos a possibilidade de utilização destes ofícios, pela literata, para que ela conseguisse conciliar as trajetórias na imprensa e na docência.

Durante os anos de 1864 e 1865 não aparecem requerimentos de afastamento propostos por Maria Firmina dos Reis, o que coincide com o momento em que, na imprensa,

sua única publicação foi o conto *Gupeva*, ao que tudo indica. Não temos como saber o exato motivo de não encontrar ofícios nesses anos, porém, podemos dimensionar que, como não havia tanta demanda nos impressos, a autora conseguiu conduzir e conciliar sua dupla atuação.

Já em 1868, quando Reis retorna com outras publicações na imprensa, deparamo-nos com um ofício datado de junho. Neste, lemos: “comunico a V. Ex.^a, como é do meu dever, que no dia 1 do corrente entrei [...] da licença que a V. Ex.^a me concedeu em 7 do mês [...]” (REIS, 1868a, p. 1). O pedido de afastamento posterior aparece só depois de cinco anos, momento em que a autora informa: “no dia 1 de setembro próximo passado entrei no caso da licença que por V. Ex.^a me foi concedida em 14 do mesmo mês” (REIS, 1868b, p. 1). Por fim, em 1869 e 1870, encontramos apenas mais dois ofícios de afastamento de Maria Firmina dos Reis de suas funções educacionais, um por ano (REIS, 1869; 1870).

Essa queda nos pedidos ajuda-nos a pensar na relação da escritora com a imprensa, uma vez que se nota, naquele contexto, também uma diminuição nas colaborações da autora em periódicos. Assim, consideramos que os ofícios requisitados por Maria Firmina dos Reis estavam diretamente associados com a intensificação ou baixa da sua produção literária na imprensa. Ressaltamos também que, em todos os requerimentos, não foram explicitados os motivos do afastamento de Reis, contudo, sua frequência coincidia com os períodos de maior número de publicações da autora na imprensa maranhense.

Tudo isso nos leva a crer que sua estreia e permanência na imprensa estavam diretamente ligadas à conciliação com a docência, já que Reis contava com mais de dez alunas ao mesmo tempo em que estava participando de antologias e colaborando nos periódicos. Por ocupar essas duas funções que demandavam esforços, tomamos os requerimentos como ferramentas estratégicas para conciliá-las, auxiliando na consolidação da carreira de escritora e poetisa de Maria Firmina dos Reis.

Nas fontes analisadas acima, podemos perceber a voz de Maria Firmina dos Reis e o eco do funcionamento da docência na província do Maranhão. Por meio delas, conseguimos ter um vislumbre do conteúdo dado em suas aulas e a interferência social de comportamento legitimada por órgãos institucionais. Além disso, foi possível analisar os pedidos de afastamento das tarefas docentes de Maria Firmina dos Reis como uma estratégia da autora, ou seja, consideramos que ela utilizou os ofícios como ferramentas para conseguir conciliar suas trajetórias – a docente e a literária.

Ao longo desta seção, procuramos demonstrar como foi a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa, dimensionando como se deu sua estreia nesse espaço público e quais

eram as especificidades da imprensa maranhense. Além disso, buscamos pensar como a permanência da literata no espaço tipográfico ocorreu e quais as possíveis estratégias e negociações utilizadas por ela para manter-se atuante no período.

Portanto, refletimos sobre como o percurso de Reis na imprensa estava interligado com determinados fatores que marcaram a atuação desta mulher de letras. Assim, a partir de sua estreia literária, evidenciamos os possíveis motivos que levaram à construção da carreira da escritora na imprensa maranhense. Por meio da análise de suas colaborações, buscamos dimensionar como sua relação de proximidade, sobretudo com Francisco Sotero dos Reis, auxiliou tanto na entrada quanto na consolidação de Maria Firmina dos Reis naquele meio. Ademais, como a autora era também professora pública, propomo-nos a pensar sobre a relação entre as duas esferas de trabalho assumidas por ela. Desse modo, pudemos detectar as possíveis estratégias utilizadas por Reis para conciliar sua vida educacional e sua vida literária na sociedade maranhense oitocentista.

Por fim, constatamos que a trajetória desta mulher de letras foi perpassada por especificidades que, direta ou indiretamente, impactaram sua carreira literária. Nesse sentido, analisar a história de Maria Firmina dos Reis permite-nos ter acesso às formas encontradas pela autora para transitar no ambiente da imprensa periódica maranhense do Oitocentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maranhão, 16 de janeiro de 1911. Pela manhã, o governador Luiz Domingues visita a “distinta poetisa” Maria Firmina dos Reis, como parte de sua agenda oficial em Guimarães (PACOTILHA, 1911). Não sabemos o que os dois conversaram naquela ocasião, porém, o fato dessa visita ter sido incluída na agenda do governador mostra-nos que essa mulher de letras conseguiu adquirir reconhecimento social em sua vida, mesmo que tenha falecido pobre e cega anos depois (MORAIS FILHO, 1975).

Durante a sua vida, Maria Firmina dos Reis ocupou o universo das letras, tanto como docente quanto como mulher de letras no Maranhão Imperial. Sua trajetória torna-se significativa, pois, a partir dela, pudemos entender como conseguiu, como mulher negra, ser atuante na imprensa, publicando romances, contos, colaborando em periódicos e consolidando sua carreira literária naquele contexto. Compreendemos que seu trânsito na imprensa deu-se com base em várias especificidades que marcaram a vida desta mulher maranhense.

Nesse sentido, tanto a educação recebida por Reis – em um momento em que a estruturação da educação feminina ainda caminhava a passos lentos, sendo realizada, em grande medida, por esforços familiares e autodidatismo – quanto a carreira pública de professora de primeiras letras da Vila de Guimarães garantiram que ela se distanciasse de outras mulheres negras filhas de forras do período, marcadas pela escravidão e pelo analfabetismo. Além disso, a instrução e a carreira docente permitiram que a escritora tivesse respaldo para transitar na imprensa, já que, em suas colaborações, exaltava-se o fato de ser professora pública.

Aliado a esses fatores, o contexto maranhense, de exaltação da literatura local e de seus literatos e de construção da Atenas Brasileira, fomentou a produção literária na imprensa, intensificando as atividades tipográficas naquela província. Assim, este ambiente de prestígio e *status* social advindos da literatura influenciou a carreira literária de Maria Firmina dos Reis.

Destacamos também que a proximidade familiar com Francisco Sotero dos Reis, professor, literato e redator maranhense, também favoreceu a escritora. Isso porque ele garantiu que Firmina dos Reis tivesse acesso à educação, já que, possivelmente, auxiliou nos seus estudos, como demonstrado. Além disso, tratava-se de uma figura importante em seu tempo, sendo ele também redator da tipografia em que *Úrsula* foi impresso. Dessa maneira, acreditamos que, por meio dessa relação com Sotero dos Reis, a autora conseguiu imprimir seu primeiro romance e pôde ter contato tanto com o tipógrafo Belarmino de Mattos, dono da

Tipografia Progresso, quanto com os demais literatos que circulavam ali. Esse contexto garantiu que Reis participasse de importantes antologias na província, como o *Parnaso Maranhense* (1861), e colaborasse nas folhas impressas pelo tipógrafo.

Por meio desta dissertação, constatamos que as negociações de Maria Firmina dos Reis na conciliação das suas funções como professora e literata, bem como a proximidade com Sotero dos Reis e Belarmino de Mattos, foram essenciais na trajetória desta mulher de letras, já que, após a morte dos dois, sua produção na imprensa caiu consideravelmente. Acreditamos, portanto, que o percurso de Reis na imprensa foi marcado, sobretudo, por esses fatores, que auxiliaram na sua inserção e permanência naquele espaço, bem como o contexto de construção da Atenas Brasileira e de valorização da literatura, sobretudo local.

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra e, em seu tempo, marcado pela escravidão, nada se falou a respeito da sua cor de pele, nem nos requerimentos, nem em nenhum periódico ou antologia dos quais ela participou. Apesar do silenciamento com relação a esse assunto nessas fontes, “na prática, a cor mantinha-se como estigma, marca da escravidão presente ou passada” (MATTOS, 2016, p. 18). Assim, como já evidenciamos, a literata enfrentou dificuldades por conta de sua cor de pele.

A partir da trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa, tivemos acesso à sociedade maranhense oitocentista e às estruturas que a compunham. Nesse sentido, por meio da atuação desta mulher de letras, dimensionamos os aspectos e estruturas educacionais realizadas na província, bem como as dinâmicas e influências dos espaços tipográficos. Além disso, conseguimos delinear as importantes relações de proximidade que auxiliaram a autora a adentrar e permanecer atuante no espaço da imprensa.

Mediante as fontes disponíveis, foi possível entender o contexto turbulento em que Maria Firmina dos Reis nasceu e cresceu, bem como conhecer um pouco mais da relação familiar, debatendo as estratificações de cor no Maranhão e o impacto da escravidão na sua vida. Consideramos a trajetória desta mulher na imprensa uma experiência marcada por especificidades da própria vida de Reis e do lugar em que ela vivia. Assim, não acreditamos que a autora trilhou um caminho individual que a tornou singular, e sim que ela estava inserida em um contexto de intensificação de produção de mulheres e utilizou relações de proximidade para adentrar no espaço da imprensa oitocentista.

A principal contribuição desta pesquisa reside no fato desta análise de Maria Firmina dos Reis partir de suas contradições e vivências na sociedade, verificando como tudo isso impactou a carreira da autora. Assim, pensar Firmina dos Reis como um sujeito histórico permitiu que olhássemos seu percurso na imprensa problematizando a sua inserção naquele

espaço, observando as principais negociações e relações que permitiram que ela pudesse atuar ali. Desse modo, entendemos que Maria Firmina dos Reis lidou com as especificidades do seu tempo e conseguiu transitar no espaço da imprensa periódica maranhense.

Assim, podemos dizer que a carreira literária construída por ela com certeza deixou um legado, pois possibilitou que várias pessoas, posteriormente, pudessem se sentir representadas pelo seu trabalho. Somos gratos à Maria Firmina dos Reis por mostrar-nos o caminho e os aspectos de sua vida que a tornaram a primeira romancista afrodescendente do Brasil. Pensamos, portanto, que, de onde ela estiver, estará feliz por suas obras terem transcendido os séculos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **“O Dote é a moça educada”**: Mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “bello sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: UEMA, 2013a.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís no século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003. p. 1-5. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.20_7.pdf. Acesso em: 2 abr. 2019.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. Conselho para as moças – a educação feminina nos periódicos do século XIX. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, IMPRESSOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX, 3., 2013, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013b. p. 1-10.

ABREU, José António Carvalho Dias de. **Os abolicionismos na prosa brasileira**: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

A COALIÇÃO. São Luís: Tipografia do Progresso, 1862-1866. 1862.

ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis**: uma missão de amor. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

A FACEIRA. Rio de Janeiro: Tipografia Ao Luzeiro, 1911 – 1918. 1914.

A IMPRENSA. São Luís: Tipografia do Progresso, 1857-1862. 1857-1861.

ALMANAK DO POVO PARA 1867. São Luiz do Maranhão: J. M. C de Frias, 1867-1868. 1867.

ALMANAK HISTÓRICO DE LEMBRANÇAS BRASILEIRAS. São Luís: Typ. do Frias, n.1. 1862-1868. 1863.

ANDRETA, Bárbara Loureiro. **Visões da escravidão na América Latina**: “Sab” e “Úrsula”. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

ARAÚJO, Johny Santana de. A Imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, Piauí, v. 33, p. 360-383, 2014.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. **Tramas Femininas na Imprensa do Século XIX: Tessituras de Ignez Sabino e Délia**. 2008. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de

Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Caminhos na produção da notícia:** Imprensa diária no Rio de Janeiro (1875 – 1891). 2015. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A economia brasileira no fim da época colonial; a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de História**, São Paulo, n. 119, p 1-21, 1988. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18569>. Acesso em: 27 maio 2020.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão. **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 67-110, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/04.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Cultura popular e sociedade regional no maranhão do século XIX. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 3, n. 1, p. 1-25, 1999. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3672/1670>. Acesso em: 31 out. 2019.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **De caboclos a bem-te-vis:** formação do campesinato numa sociedade escravista - MA, 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura:** a imprensa periódica no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro e a colonização dos sertões na construção do novo império português na América (1808-1822). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 442-464, jul-dez, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000200442. Acesso em: 31 out. 2019.

BASTOS, Ana Karine Pereira de Holanda; REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. Os anúncios publicitários do século XIX e XX: tradições discursivas nos jornais do Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGENS E GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize editora, 2017. p. 1-12.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil (1808 – 1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **A escola elementar no século XIX:** o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BATIGUIANI, Rosangeli de Fatima. **Caminhos entrecruzados:** história, escravidão e literatura em *Úrsula* (1859) e *As Vítimas Algozes:* Quadros Da Escravidão (1869). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Montes Claros, 2016.

BATISTA, Larissa Teresa Amorim. **Educação e elite na São Luís da segunda metade do século do XIX.** 2005. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2005.

BELO, Frankdene Lemos. Posse, comércio e circulação de impressos a partir dos anúncios nos jornais ludovicenses (1831 – 1841). *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 3., 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013. p. 1-9.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?**: Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A Queiroz, 1988.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882-1902. t. 6. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 13 out. 2020.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Linha Gráfica Editora, 1991.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um maranhão no império brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BRANCO, Joseilma Lima Coelho Castelo. **Instituição da escola primária privada na província do Maranhão (1834 – 1854)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BRASIL. **Decisão nº 222 do Ministério do Império, de 10 de dezembro de 1830**. Declara que os menores de 25 anos não podem ser nomeados professores de primeiras letras. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1830. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: [s. n.]. p. 71, v. 1 pt. I, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Imperio. Rio de Janeiro: Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 11 nov. 2020.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras o "orbe literario" e a construção do império brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, democracia e sociedade brasileira. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, S.G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. **Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

CARVALHO, Roberto Sousa. **A atividade editorial em São Luís do Maranhão** – memórias do passado, realidade presente. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) - Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

CARVALHO, Virginia Silva de. **A effigie escrava: a construção de identidades negras no romance Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Fundação Universidade Estadual do Piauí, Piauí, 2013.

CASTRO, César Augusto (org.). A ação da inspetoria geral de instrução pública no maranhão império: 1841-1889. 2011. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. p. 1-10. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/439.pdf. Acesso em: 21 abr. 2019.

CASTRO, César Augusto. Inspetoria da instrução pública e profissão docente no maranhão império. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 58-73, jan.-abr. 2015.

CASTRO, César Augusto (org.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835 – 1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, César Augusto. Os percursos da obrigatoriedade escolar no Maranhão. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013. v. 1, p. 99-114.

CASTRO, Fabiana Leonel. **Negras, jovens, feministas: sexualidade, imagens e vivências**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CIRINO, Raíssa Gabrielle Vieira. **Pela boa ordem da província e pela glória do Império** – famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão (1750 – 1840). 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

COELHO, Fernando; FERNANDES, Thaís. O modo de traduzir de Odorico Mendes: observações acerca do Canto I da Eneida brasileira. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 63-75, 2014.

COELHO, Josivan Costa. **Ofício docente disciplina escolar: uma análise acerca das aulas públicas primárias na Província do Maranhão (1854-1889)**. 2014. Trabalho de conclusão de

curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

COELHO, Nelly Novais. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Typographia do Frias, 1878.

CORREIA, Janaina Dos Santos. **O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

COSTA, Odaleia Alves da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 10, n. 20, p. 241-262, 2018.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro**. Campinas: Unicamp, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar. **Blogueiras Feministas**, 2015. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2015/10/05/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **Notandum**, São Paulo/Porto, ano 21, n. 48, p. 151-166, set-dez. 2018.

CUNHA, Maria de Lourdes da Conceição. **Os Destinos Trágicos da Figura Feminina no Romantismo Brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2010.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. **A alma do negócio: A trajetória do negociante Antônio José Meirelles no Maranhão (1820 – 1832)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís: Tipografia do Frias, 1855-1911. 1876.

DIAS, Antônio Gonçalves et al. **Parnaso maranhense: Coleção de poesias**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1861.

DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. “EU VI”: representações da escravidão no romance *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo. In: COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (org.). **O Maranhão Oitocentista**. 2. ed. São Luís: Café & Lápis; UEMA, 2015.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação**: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras “Úrsula” e “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Literatura feminina e crítica literária. **Travessia**, Santa Catarina, n. 21, p. 15-23, jan. 1990. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17198>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: no rastro da história. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19180>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DUARTE, Eduardo Assis. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul.-dez., 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/16787/10936>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ECHO DA JUVENTUDE. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1864-1865. 1864-1865.

ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-Rio - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão**. 1988. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1988.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: Edufma, 2012.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio; XAVIER, Giovana (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FAROL MARANHENSE. São Luís: Tipografia Nacional e Imperial. 1827-1831. 1828.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2005.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros de História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8.

FERRETI, Danilo José Zioni. A publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista. O “momento europeu” da edição Rey e Belhatte (1853). **Varia História**, Belo Horizonte, v.

33, n. 61, p. 189-223, 2017.

FERRONATO, Cristiano de Jesus; SANTOS, Bárbara da Silva; SANTOS, Anderson. Escritos panfletários e imprensa periódica no Brasil dos oitocentos: contributos para a história da educação. *In*: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2016, Natal. **Anais** [...]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. p. 1-22. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo7/submissao_14699956201821472992111169.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

FISHER, Luís Augusto; PEDROSO, Roberta Flores. A História e a escrita de Maria Firmina dos Reis, uma pioneira. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2017/11/a-historia-e-a-escrita-de-maria-firmina-dos-reis-uma-pioneira-cj9tutwzb00ra01qgvt2i4nu2.html>. Acesso em: 4 fev. 2019.

FRANCISCO, Carla Cristine. **Mãe Susana, Mãe África** – a ‘invenção’ da diáspora negra em Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Université de Provence Aix Marseille I, Marceille, 2010.

FRANCO, Maria S. Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRIAS, José Maria Correia de. **Memória sobre a tipografia maranhense**. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978.

FURTADO, Lucciani M. **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Uirapuru, 2017.

GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir” “Jurar” e “Aclamar”: o Império do Maranhão (1823-1826). **Revista Almanack**, Guarulhos, n. 1, p. 105-118, 2011a.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. Comemorações vintistas no Maranhão (1821-1823). **Outros Tempos** – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana, São Luís, v. 8, n. 12, p. 1-16, dez. 2011b.

GALVES, Marcelo Cheche. Política em tempos de revolução do porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. **Passagens** - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 4-38, jan.-abr. 2012.

GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. A mulher na literatura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANNPOLL. 2., 1990, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. p. 159-189. v. 1.

GIGLIO, Célia Maria B. **Uma genealogia de práticas educativas na Província de São**

Paulo: 1836-1879. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. Trad. Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Gisele Ambrósio. **Entre o público e o privado:** A construção do Feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-1846. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

GUIMARÃES, Sandra. Jornalismo e Literatura as duas faces da mesma moeda. **Letrônica,** Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.111-124, fev. 2012.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista de Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 05 jun. 2013.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HARTSOCK, John C. **A history of American Literary Journalism:** the emergence of a modern narrative form. Amherst: University of Massachusetts Press, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Tentativas de mitologia.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Laços & Enlaces:** relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís: EDUFMA, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: construção da memória. **História,** São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Três Mulheres da Elite Maranhense. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, p. 225-248, 1996.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escritas femininas no século XIX. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 38, p. 367-394, jan.-jun. 2012.

JOB, Sandra Maria. **Em texto e no contexto social: mulher e literatura afro-brasileiras.** 2011. Tese (Doutorado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

JORGE, Sebastião B. **Política movida a paixão – o jornalismo polêmico de Odorico Mendes.** São Luís: Departamento de Comunicação Social/UFMA, 2000.

JORGE, Sebastião B. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1987.

JORGE, Sebastião B. **A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 - 1900)**. São Luis: Lithograf, 2008.

JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO. São Luís: Tipografia Maranhense, 1845. 1845.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comercio, 1875-1952. 1928.

JORNAL DO COMMERCIO: instructivo, agrícola e recreativo. São Luís: Tipografia Comercial de Antônio Pereira Ramos de Almeida, 1858-1860. 1860.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota; SANTIAGO, Alda Margarete Silva Farias. História da educação e memórias: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. Guimarães/MA, 2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 14., 2018, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018. p.1-11. Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524848923_ARQUIVO_ald_a_artigo_congresso.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Recife: Massangana, 2002.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A educação na baixada maranhense (1822 – 1889)**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão - 1822**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos ilustres maranhenses já falecidos**. 2. ed. São Luis: Alumar, 1987. v. I.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2006.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOBO, Luíza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1993.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA, Ludmila de Souza. **Viajantes de saias: Gênero, Literatura e Viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, Século XIX)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. **Relatório com o excellentissimo senhor doutor João Silveira de Souza, presidente da província, passou a administração da mesma ao exm. senhor doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861**. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1861. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. **Fala que o Exm^o. Sr. vice-presidente, Dr. José Francisco de Viveiros, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 6 de maio de 1874; acompanhado do relatório com que o Exm^o. Sr. presidente, dr. Augusto Olympio Gomes de Castro lhe passou a administração da província, no dia 18 de abril do mesmo ano, 1874**. Maranhão: Typ. Do Paiz, 1874. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. **Relatório com que o Dr. Francisco José Cardoso de Araújo e Abranches, passa o governo da Província do Maranhão, ao 1^o vice Presidente Senador Luiz Antonio Vieira da Silva, em 17 de janeiro de 1876**. Maranhão: Typ do Paiz, 1876. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. **Relatorio que s. exc. o sr. dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides apresentou á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião da instalação de sua sessão ordinaria, no dia 18 de outubro de 1877**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1877. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. **Fala com que o Exm. Sr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva, presidente da província, instalou a 2^o sessão ordinária da 23^o legislatura provincial do Maranhão em 19 de fevereiro de 1881**. Maranhão: [s. n.], 1881a. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. **Livro da Assembleia Provincial do Maranhão**. São Luís: Assembleia Provincial do Maranhão, out. 1847. APEM.

MARANHÃO. **Relatório com que o Exm^o Senr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva, Presidente da Província, passou a administração da mesma ao Exm^o Senr. Conselheiro João Paulo Monteiro de Andrade, 1^o vice presidente, no dia 17 de novembro de 1881**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1881b. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1881&item_id=3576#?h=1881&c=4&m=102&s=0&v=0&r=0&xywh=234%2C405%2C752%2C1178. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. **Relatórios do presidente da província do Maranhão de 1855-1878.** Maranhão: Typ. Const. de I. J. Ferreira, 1855-1878. Disponível em: <http://www.wapps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. **Regulamentos e outros autos da presidência da Província do Maranhão de 1854 e 1855.** São Luís: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1856a. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARANHÃO. **Regulamento da instrução Pública 2 de fevereiro de 1854.** Regulamentos e outros atos da presidência da Província do Maranhão de 1854 e 1855. Maranhão: Typ. Constitucional, 1856b. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 31 out. 2019.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** Maranhão: Tipografia de Frias, 1870. Reedição fac-similar do Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.

MARQUES, César Augusto. **Almanak Histórico de Lembranças Brasileiras.** São Luís: Tipografia do Frias, 1863. v. 1.

MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade - Prefácio. *In*: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 21-36, set.-dez. 2017.

MARTINS, Carolina C. de Souza. São Luís, cidade negra; cultura popular e Pós-abolição no Maranhão. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília. 2017. p. 1-11.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. **Atenienses e Fluminenses: a invenção do cânone nacional.** 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. **Animus** – revista interamericana de comunicação midiática, Santa Maria, v. 9, n 18, p. 107-129, 2010.

MATTOS, B. de. **Almanak Administrativo e Industrial.** São Luís: Tipografia do Progresso, 1859. v. 2.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio** – o significado da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. De pai para filho: África, identidade racial e subjetividade nos arquivos privados da família Rebouças (1838-1898). *In*: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe. **Escravidão e subjetividades.** Marseille: OpenEdition Press, 2016. p. 1-31. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/792#text>. Acesso em: 31 out. 2019.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: Raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 20, p. 7-85, 2003 (Dossiê Erotismo).

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. Mulher, professora e Historiadora dos Oitocentos: Herculana Firmina e seu Resumo da História do Brasil (1868). *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2017. p. 1-8. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489599891_ARQUIVO_ARTIGOANP_UH2017.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

MENDES, Algemira de Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Bevilaqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística e Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2006.

MENDES, Melissa Rocha Teixeira. **Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

MINERVA. São Luís: Tipografia Nacional e Imperial, 1828-1829. 1828.

MIRANDA, Reginaldo. Caetano José Teixeira. **Portal Entretextos**, Teresina, 10 maio 2017. Disponível em: <https://www.portalentextos.com.br/post/caetano-jose-teixeira>. Acesso em: 5 jul. 2019.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no XIX. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, jul. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200005. Acesso em: 30 abr. 2020.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOREIRA, Regina L. Os diários pessoais e a (Re)Construção Histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 177-184, 1996 (Dossiê Diário de Vargas). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2021/1160>. Acesso em: 31 out. 2019.

MOREIRA, Sandra Careli Moreira. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. **MÉTIS: história & cultura**, v. 2, n. 2, p. 285-306, jul.-dez. 2002.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

MOTTA, Diomar das Graças. Pioneirismo da escolarização feminina no Maranhão. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 5., 2008, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008. p. 1-7.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, p. 225-233, 2003.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro.** 2009. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). **Blog Navegando na História da Educação Brasileira**, p. 1-8. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html. Acesso em: 10 jan. 2011.

NERES, José. O estudo de literatura no Maranhão do século XIX pelos livros didáticos de Sotero dos Reis. **SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA**, 3., 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UEMA, 2013. p. 1-9.

NEVES, Leonardo dos Santos; PINTO, Helder de Moraes. O diário é uma série de vestígios: Possibilidades de análise de narrativas autobiográficas como método de pesquisa para a História da Educação em Minas Gerais. *In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH – MG*, 18., 2012, Mariana. **Anais [...]**. Ouro Preto: EDUFOP, 2013. p. 1-9. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 02 dez. 2020.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** Tradução Juliana Vacaro. São Paulo: Aurora, 2016. Disponível em: <http://www.edicoesaurora.com/ensaios/Ensaio6.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

NUNES, Irajane Cantanhede; SANTOS, Livia da Conceição Reis. Práticas educativas e de leituras femininas no Maranhão oitocentista. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 6., 2011, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. p. 1-12. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/583.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

O CHRYSALIDA: publicação mensal – redacção de meninas. Caxias: Tipografia do Comércio de Caxias, 1884. 1884.

O ESPÍRITO SANTENSE. Vitória: Tipografia Espírito Santense. 1870-1889. 1871.

O JARDIM DAS MARANHENSES. São Luís: Tipografia do Comércio, 1861-1862. 1861-1862.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance *Úrsula de Maria Firmina dos Reis***. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Sales. Na Querela dos Folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. **Revista de História**, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

OLIVEIRA, Cristiane Maria Costa de. **A escritura vanguarda de Maria Firmina dos Reis: inscrição de uma diferença na literatura do século XIX**. 2001. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da História de Guimarães**. 2. ed. Goiás: Cegraf, 2008.

O PAIZ. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1863-1889. 1885.

O PROGRESSO: jornal político, litterario e comercial. São Luís: Tipografia Maranhense, 1847-1853. 1847.

ORDEM E PROGRESSO. São Luís: Tipografia do Frias, 1860-1862. 1861

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

PACOTILHA. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1880-1909. 1881-1911.

PALMEIRA, Francineide Santos. **Vozes femininas nos cadernos negros: representações de insurgência**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PARNASO MARANHENSE. São Luís: Tipografia do Progresso, 1861. 1861.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, Francinete Poncadilha. A mulher escrava nos anúncios dos jornais de São Luís. *In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA - IMPRESSOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX*, 3., 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013. p. 1-8.

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. **A obra educacional de Nicollet em Guimarães - MA (1953 – 1965)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. **Labirintos: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses**, Feira de Santana, n. 8, p. 1-14, 2010.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Impressos no Maranhão: uma primeira leitura sobre a fundação da imprensa local. *In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 2., 2004, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p.1-15.

PINHEIRO, Thayara Rodrigues. **Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, abr. 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Provincia de Goyaz: Typographia de Silva, 1832.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012.

PORTO LIVRE. São Luís: Tipografia do Comércio, 1862. 1862.

PRADO FILHO, Enock Edson Teixeira do. **A Trajetória política de Cipriano Barata e a formação do estado Nacional Brasileiro (1821-1835)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: Tipografia I. J. Ferreira, 1842-1885. 1857-1881.

QUIRINO, Gisele Dias. Família e Compadrio: um estudo das relações sociais na Vila de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2010. p. 1-11. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276695084_ARQUIVO_GiseleDiasQuirino.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura Histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RAMA, Ángel. **A cidade das Letras**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

RECREIO DOS MARANHENSES. São Luís: Tipografia Monárquica Constitucional, 1839. 1839.

REGO JUNIOR, João Cândido de Moraes. **Almanaque do Maranhão**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1860.

REIS, Maria Firmina. **Autos de justificação de nascimento de Maria Firmina dos Reis**. Documento nº 4171, Caixa nº 114, 1847. Fundo da Arquidiocese do Maranhão, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Prólogo Horácio Almeida. Ed. fac-sim. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula; Escrava**. Atualização de texto e Posfácio Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: Editora Mulheres – PUC/MG, 2004.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula: romance; A Escrava: conto**. 6. ed. Prefácio Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018. *E-book*.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, ago. 1856. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, nov. 1859. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 29 abr. 1862a. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 12 maio 1862b. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 7 fev. 1863a. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, out. 1863b. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 6 jun. 1868a. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 6 out. 1868b. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 3 out. 1869. Documentos Avulsos, APEM.

REIS, Maria Firmina dos. [**Requerimento**]. Destinatário: Presidente de Província do Maranhão. Guimarães, 21 ago. 1870. Documentos Avulsos, APEM.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. Prefácio. *In*: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro: [s. n.], 1930-1939. 1936.

RIBEIRO, Elisa de Moura. **Entre adesões e rupturas: Projetos e identidades políticas na Bahia (1808-1824)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RIO, Ana Carla Carneiro. **Autoria, dever e interdição: os “entre-lugares” do sujeito no romance Úrsula**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

ROCHA, Paraguassu de Fatima. **A representação do herói marginal na literatura afro-brasileira: uma releitura dos romances Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Faculdade de Letras, Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2008.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2010.

SALES, Tatiana da Silva. A mulher e a educação feminina em São Luís na primeira metade do século XX. **Outros Tempos**, São Luís, v. 7, n. 9, p. 275-293, jul. 2010 (Dossiê Estudos de Gênero).

SANTOS, Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANTOS, Katiana. **Relações de gênero na segunda metade do Século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. O 25 de março de 1884 e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 33, n. 2, p. 158-180, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/issue/view/1778>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SÃO LUÍS (MA). **Códices**. Lv. 1.321 (1809- 1822). APEM.

SÃO LUÍS (MA). Instrução Pública. **Requerimento para presidente de província**. São Luís, 16 jul. 1847. Documentos Avulsos, APEM.

SCHUELER, Alessandra Frota M de. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860 – 1889). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, n. 17, p. 1-16, 2008.

SECRETARIA DO GOVERNO DO MARANHÃO. Portarias de nomeação, licenças e demissões (1839-1914). **Fundo Secretaria do Governo**: Livro1561, São Luís, f. 55, 1847. APEM.

SEMANÁRIO MARANHENSE. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1867-1868. 1867-1868

SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo A Imprensa no Maranhão (1820-1880)**. Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1883.

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem**: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Diana Rocha da. **As Casas de ensino no Maranhão**: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912). 2017. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

SILVA, Maria Batriz Nizza. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SOUZA, Antônia Pereira de. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, Vanessa Figueiredo de. **Entre a letra e a lei**: Narrativas e Identidades Femininas. 2014. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2014.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Trad. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria. 2 v. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 2 set. 2020.

TELLES, Norma. **Encantações**: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX. 1987. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla B. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

VIEIRA, Mírian Stefen. **Atuação literária de escritoras no Rio Grande Do Sul: Um estudo do periódico Corjumbo, 1885-1925.** 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão.** São Luís: [s. n.], 1953.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade, na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOLF, Virginia. **A Room of One's Own.** Harmondsworth: Penguin, 1975.

YVES-MERIAN, Jean. **Aluisio Azevedo: vida e obra (1857-1913).** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

ZILBERMAN, Regina. Leitoras de carne e osso: A mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX. **Revista Estudos Literários**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-47, out. 1993.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.